

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDRÉIA CARLA TONIN

**ABUSO SEXUAL INCESTUOSO:
O SEGREDO MAIS BEM GUARDADO**

Teresa K.L.
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09/08/2005

Florianópolis

2005

ANDRÉIA CARLA TONIN

**ABUSO SEXUAL INCESTUOSO:
O SEGREDO MAIS BEM GUARDADO**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Catarina Maria Schmickler.

Florianópolis

2005

ANDRÉIA CARLA TONIN

**ABUSO SEXUAL INCESTUOSO:
O SEGREDO MAIS BEM GUARDADO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

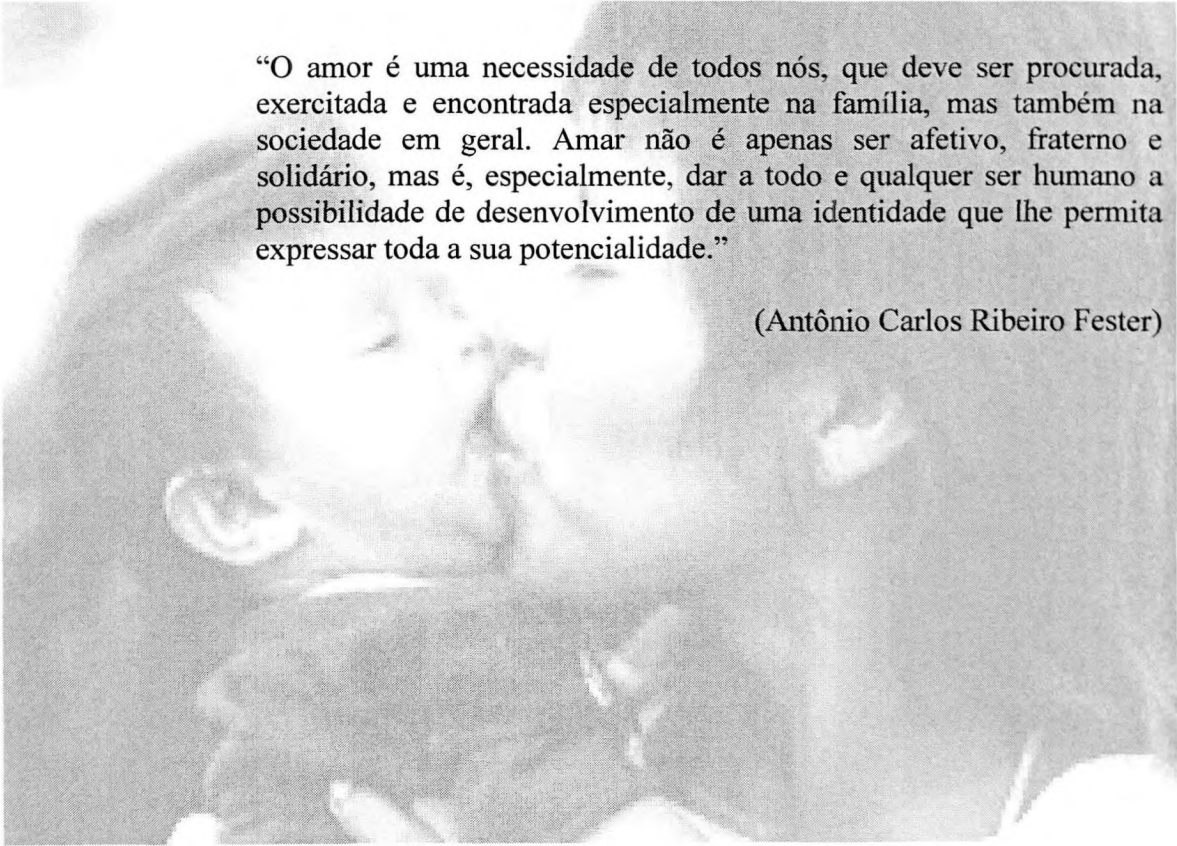
Florianópolis, 09 de agosto de 2005.



Catarina Maria Schmickler
Profa. Dra. Do Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientadora

Léia Mayer Eyng
Proa. Msc. Do Departamento de Serviço Social – UFSC
1º Examinadora

Lílian Keli Rech
Assistente Social - Mestre em Serviço Social
2º Examinadora



“O amor é uma necessidade de todos nós, que deve ser procurada, exercitada e encontrada especialmente na família, mas também na sociedade em geral. Amar não é apenas ser afetivo, fraterno e solidário, mas é, especialmente, dar a todo e qualquer ser humano a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade que lhe permita expressar toda a sua potencialidade.”

(Antônio Carlos Ribeiro Fester)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso àqueles que me ensinaram a dar valor a vida: meus queridos pais, Jurandir e Lili. Minha gratidão e meu amor mais sincero a eles, amigos e companheiros, que muitas vezes na tentativa de acertar, cometeram falhas, mas que inúmeras vezes foram vitoriosos, que se doaram por inteiro e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, pudesse realizar os meus. A vocês dois que, mesmo diante das adversidades, confiaram e apostaram nos meus sonhos, dentre eles o de ser Assistente Social. Minha gratidão vai além de meus sentimentos, pois, vocês cumpriram o dom divino. O dom de ser Pai, o dom de ser Mãe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por tudo o que fui, o que sou e ainda serei, e principalmente, por nunca me ter deixado nos momentos difíceis além de me ter permitido chegar até aqui. Senhor, obrigada por mais esta etapa que se encerra em minha vida com muito êxito e alegria, e obrigada acima de tudo, por durante os meus vinte e poucos anos de história ter colocado pessoas, amigos, colegas, profissionais e companheiros iluminados no meu caminho.

A todos os meus colegas do Curso de Serviço Social, pelas alegrias e frustrações, desavenças e reconciliações que juntos passamos ao longo dos rápidos quatro anos de graduação, especialmente àqueles que tive oportunidade de conhecer melhor e compartilhar momentos de alegria: Renata, Ana Cristina, Taise e Narjara. Às amigas do turno da noite: Nalu, Patrícia, Mônica e Andréia Silva, pessoas queridas de quem jamais esquecerei. Às colegas que iniciaram esta caminhada de saberes e conhecimentos juntamente, porém por motivos de força maior não puderam se formar com a turma: Thais, Daia e Tati. *“Vocês fizeram muita falta”*.

Em especial à Giseli Mara Shena, além de colega, minha grande amiga querida, com quem tive muitos momentos de aprendizado, troca de conhecimentos e alegrias. Amiga, que me acompanhou por esta e muitas fases da minha pessoal e acadêmica, e que acima de tudo, soube, com seu jeito compreensivo, meigo e confiável, ser a Amiga de todas as horas. *“Gi, você é muito especial.”*

À Professora Dra. Catarina Maria Schmickler pela orientação deste trabalho, pelos momentos troca e de muito aprendizado.

À Professora Léia Mayer Eyng que aceitou prontamente participar da banca examinadora deste trabalho.

À toda equipe de profissionais do SOS Criança, onde tive a oportunidade de estagiar durante dois anos, em especial à Assistente Social Sidnéa Goulart, pelo apoio e troca de experiência durante e após meu estágio curricular obrigatório. Também a Assistente Social Lilian Keli Rech, pelos cursos, pelas conversas sobre ética e compromisso profissional, pelos

momentos de aprendizado, pelos desabafos e angústias sobre os casos do SOS Crianças, pela motivação e incentivo para atuar profissionalmente na área da violência doméstica. *“Lilian você foi peça-chave na construção deste trabalho!!”*

Às colegas e companheiras de estágio, Elayne, Betina, Alice, Roseli, Adriana e Lisiane pelo aprendizado e trabalho desempenhado no SOS Criança, e em especial à Cinthia Cristina da Rosa, minha amiga querida!

Ao Alexandre, meu grande amor, agradeço a sua companhia, o seu sorriso, as suas palavras, o seu rico incentivo, a sua felicidade, a sua preocupação, a sua presença e até mesmo a sua ausência que foram expressão de amor profundo. As alegrias de hoje também são tuas, pois teu amor, teu apoio, teu estímulo e teu carinho foram as armas desta vitória. *“Amo você!”*

Aos meus irmãos, Adriane, Leila e Junior e a minha cunhada Andréia que deixei em minha terra natal, Erechim/RS, por acreditarem e me apoiarem na maioria das minhas decisões, e também por investirem em mim em todos os sentidos. *“Também amo muito vocês!”*

Aos meus sobrinhos queridos, Pedro Henrique, Anna Carolina e Isadora que mesmo distante fizeram de minha vida dias mais felizes. *“Vocês são crianças especiais!”*

À Leila, mãe do Alexandre, pelas conversas sobre antroposofia, e pela capacidade de mostrar que podemos tirar grandes proveitos de situações adversas, e ao Sasha, meu cunhado querido.

Às minhas amigas Pitti, Vivi, Aline, Míche, Nessa e Taisa que estão fisicamente longe, mas que sempre estiveram e estarão muito perto de mim de outras formas. Com elas aprendi o valor de uma amizade, e que verdadeiros amigos duram a vida inteira. *“Gurias, adoro vocês!”*

Enfim, o meu muito obrigado a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se realizasse.

TONIN, Andréia Carla. **Abuso sexual incestuoso: o segredo mais bem guardado.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 118 f.

RESUMO

A presente pesquisa trata do abuso sexual incestuoso tendo como objetivo identificar e contextualizar quais foram os fatores que contribuíram para que as vítimas guardassem o segredo do abuso em silêncio durante anos no seio familiar e quais foram os elementos precipitadores da revelação do segredo. O método, qualitativo de cunho exploratório, utilizou a pesquisa documental como instrumento privilegiado de coleta de dados. Desta forma o universo da pesquisa foram 10 Prontuários de Denúncia de abusos sexuais arquivados na instituição governamental SOS Criança do município de Florianópolis – SC e a amostra consistiu na análise intencional de 2 deles, uma vez que estes possuíam maior riqueza de detalhes registradas nos Prontuários. Os resultados revelaram que nos 2 casos pesquisados os fatores que levaram as vítimas a permanecerem em silêncio durante anos se encontravam intrinsecamente relacionados às estratégias utilizadas pelo abusador: medo, chantagens, sedução, culpa, ameaças e vergonha; às atitudes de descrédito da mãe em relação às filhas, a responsabilização das vítimas pelo incesto, a ausência de medidas de proteção e segurança para as vítimas; e à falta de um ambiente seguro e protetor. Ambos abusadores sexuais se apropriaram das vulnerabilidades de cada vítima, e além do abuso sexual foram os autores de outras formas de violência – física, psicológica e negligência – mantendo a guarda de segredo e evitando a revelação. Este estudo evidenciou que nem sempre a genitora pode ser considerada uma aliada natural da criança ou da adolescente que sofre abuso sexual, pois como revelou a pesquisa, as filhas escolheram como primeira pessoa de confiança as mães, e continuaram sendo vitimizadas sexualmente pela falta de proteção materna. A pesquisa também revelou que todas as vítimas haviam escolhido pessoas de confiança fora da família para revelarem o segredo do abuso sexual, porém somente a terceira pessoa de confiança foi aquela que destinou medidas de proteção, segurança e realizou a denúncia nos órgãos de proteção. A partir deste estudo, concluímos que para entendermos o contexto do abuso sexual e, conseqüentemente, quais são as peculiaridades do segredo numa relação incestuosa, precisamos entender que a violência sexual é a que mais silencia e assombra a maioria dos lares, fazendo com que crianças e adolescentes experienciem o abuso sexual dentro de suas próprias casas, cometido por aqueles que deveriam ser os cuidadores e mantenedores sociais e legais de seus direitos. Consideramos que na medida que os profissionais que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes conhecerem de forma mais profunda os segredos familiares e suas conseqüências em todo o processo sexual abusivo, poderão entender melhor toda a dinâmica incestuosa e, conseqüentemente, intervirão de maneira mais direta e eficaz em cada caso que lhe for apresentado.

Palavras-chave: abuso sexual incestuoso; segredo; silêncio; revelação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR	15
1.1 Considerações sobre o Conceito de Violência	15
1.2 Violência Intrafamiliar: Uma das Faces da Violência Contra Crianças e Adolescentes	21
1.3 Abuso Sexual Incestuoso: Uma Modalidade da Violência Intrafamiliar	29
1.3.1 A família em que ocorre o incesto: estrutura e funcionamento	35
1.3.2 O incesto: sedução, culpa e segredo	45
CAPÍTULO 2 - INCESTO: O SEGREDO MAIS BEM GUARDADO	59
2.1 Prontuário 1 – “Vitória”	64
2.1.1 Fontes de informação: o episódio do abuso sexual incestuoso	64
2.1.2 Elementos de revelação do segredo	66
2.1.3 Outra vítima em segredo: a irmã	69
2.1.4 Outras pessoas envolvidas na revelação ou na ocultação do segredo	72
2.1.5 O segredo do abuso e a figura materna	74
2.1.6 Informações acerca do relacionamento entre filha(s) vítima(s) e pai (abusador)	75
2.2 Prontuário 2 – “Rafaela, Daiane, Patrícia, Carla e Ana Paula”	78
2.2.1 Fontes de informação: o episódio do abuso sexual incestuoso	78
2.2.2 Elementos de revelação do segredo	80
2.2.3 Outras vítimas em segredo: as irmãs	82
2.2.4 Outras pessoas envolvidas na revelação ou na ocultação do segredo	88
2.2.5 O segredo do abuso e a figura materna	91
2.2.6 Informações acerca do relacionamento entre enteada/filha(s) vítima(s) e pai/padrasto (abusador)	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	108
Apêndice A - Prontuário 1: “Vitória”	108
Apêndice B - Prontuário 2: “Rafaela, Daiane, Patrícia, Carla, Ana Paula”	112

INTRODUÇÃO

Por trás de muitas portas fechadas encontram-se milhares de crianças e adolescentes que sofrem violência doméstica de pais, como também de outros familiares. Às vezes elas são vítimas do acúmulo de frustrações e da falta de amor ou são mais um anel da trágica cadeia de maus tratos que os seus próprios pais sofreram quando crianças. Azevedo e Guerra (2000) salientam a importância de fazer uso do termo “abuso vitimização” para conceituar o fenômeno da violência doméstica, uma vez que o mesmo designa os dois pólos de uma relação interpessoal de poder, ou seja, de um lado o pólo adulto, o mais forte (abuso) e de outro o pólo infantil, o mais fraco (vitimização).

As autoras (1998, p.32) no livro “Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada” definem violência doméstica contra crianças e adolescentes como sendo:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Como todas as formas de violência doméstica – física, psicológica, sexual e negligência – o abuso sexual contra crianças e adolescentes é igualmente complexo e multifacetado, o que requer um olhar instrumentalizado dos profissionais das mais diversas áreas para compreendê-lo em sua amplitude, uma vez que na grande maioria das vezes, este tipo de violência mantém-se oculto pela cumplicidade silenciosa dos envolvidos: a vítima é a única testemunha, e sua palavra é confiscada pelo agressor por meio do medo, chantagens e/ou ameaças; as pessoas ou demais parentes não agressores muitas vezes fecham os olhos,

silenciam os fatos e se omitem de atitudes de proteção à vítima ou de denúncia do agressor, e os profissionais geralmente são atingidos pelos reflexos do silêncio, uma vez que o segredo entre o agressor, a vítima e outros membros da família oculta os fatos incestuosos.

O que ocorre geralmente é que crianças e adolescentes podem manter-se em silêncio por vários motivos, que vão desde as ameaças e coerção do perpetrador, chantagens, constrangimento, vergonha, medo de ninguém acreditar nelas, sentimento de humilhação, e também, até o sentimento de pena do abusador. “Algumas crianças podem manter segredo para evitar o rompimento da família e/ou para proteger o perpetrador da prisão” (DATTÍLIO; FREEMAN, 1995, p.236 *apud* COSTA, 2000, p.17).

Apesar de vários sintomas suscitarem a suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes, tais como problemas de comportamento, baixo rendimento escolar, sintomas psicossomáticos ou depressão, distúrbios de sono, enurese, medo do escuro, vestir várias camadas de roupas para dormir, representação das genitálias e de atos sexuais em desenhos, comportamento sexualizado, dentre outros, o rompimento do segredo através da revelação verbal da criança é necessariamente a evidência mais contundente, embora às vezes desacreditada por pessoas do entorno.

Diante do exposto, no decorrer do Estágio de Serviço Social realizado no Programa Sentinela/Projeto SOS Criança¹, da Prefeitura Municipal de Florianópolis,

¹ O SOS Criança faz parte do Programa Sentinela do Município de Florianópolis. Trata-se de um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes abusadas e/ou exploradas sexualmente, bem como de seus familiares. É uma extensão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual, vinculado ao Governo Federal e Ministério da Assistência Social. O plano está disponível em: <<http://www.mj.gov.br/exploracao/plano.htm>>. Cada município tem autonomia para formatar o Programa de acordo com a sua realidade. No município de Florianópolis/SC, o Programa Sentinela, destinado a vítimas de violência física severa e violência sexual, até o mês de dezembro de 2004 atuava em quatro vertentes: Projeto SOS Criança: verificação social de denúncias, através da localização da criança e/ou adolescente e de seus responsáveis; diagnóstico da suspeita de violência e de seus supostos atores; identificação de fatores de risco e de proteção presentes na situação, assim como orientações e cuidados necessários dependendo de cada situação apresentada. Também desencadeia medidas de proteção, defesa da vítima e responsabilização do agressor junto às demais instituições e programas de atendimento. A verificação social objetiva confirmar ou descartar o teor de violência denunciado e tomar as providências fundamentais. Projeto Acorde: atendimento de proteção, defesa da criança e do adolescente e responsabilização do agressor. Realiza o acompanhamento de toda e qualquer criança e/ou adolescente vítima de violência e exploração sexual, e agressão física severa comprovada ou quando existe uma suspeita. Casa de Passagem: abrigo provisório, como

compreendido no período de março de 2003 a fevereiro de 2005, por meio das experiências vivenciadas, foi possível compreendermos que atuar no campo da violência doméstica exige do profissional de Serviço Social além de preparo teórico-metodológico, propostas estratégicas e criativas para intervir junto a famílias que apresentam em sua dinâmica uma ou mais modalidades de violência doméstica intrafamiliar (física, psicológica, sexual e negligência), e um compromisso ético-político voltado para o fenômeno.

Concomitantemente à experiência vivenciada no campo de Estágio, e de consulta à literatura naquele período e nos dias de hoje, pudemos perceber dentre inúmeros fatores, que as crianças e os adolescentes vítimas de abuso sexual freqüentemente são obrigados a manter o segredo ou se sentem impedidos de revelá-lo para qualquer pessoa dentro da família ou fora dela, pelo fato de o agressor geralmente estabelecer um vínculo ou pacto de segredo para com a vítima, através do afeto, coerção e/ou culpa.

Deste modo elegemos como questão de pesquisa: quais são as peculiaridades do segredo nas relações incestuosas cometidas contra adolescentes atendidas no Programa Sentinela/Projeto SOS Criança da Prefeitura Municipal de Florianópolis?

Para tanto formulamos alguns objetivos específicos, a fim de darmos visibilidade a nossa questão de pesquisa: caracterizar o tipo de abuso sexual sofrido por adolescentes atendidos no SOS Criança; conhecer seu contexto; saber quais foram os mecanismos de coerção utilizados pelos agressores; identificar a participação da figura materna no

preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Consiste numa proteção transitória que visa abrigar crianças, adolescentes e mães (quando acompanhadas de seus filhos) que em decorrência de situação de risco foram encaminhadas ao abrigo. Estes permanecem na casa aguardando providências sociais-jurídicas dos órgãos que os encaminharam. Projeto Mel: “Prevenindo e combatendo a violência para resgatar a doçura da infância”, “nasceu” como um subprojeto do SOS Criança em 1996, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção primária, secundária e terciária à violência contra crianças e adolescentes. Em 2000, com a adesão do município ao Programa Federal Sentinela, o Projeto Mel assumiu status de “projeto independente” dentro deste, sendo seu foco prioritário, a prevenção secundária. Dentre outras atividades, desenvolve pesquisas. A partir do mês de Janeiro de 2005, houveram mudanças na formatação, nomenclatura e metodologia dos projetos do Programa Sentinela, sendo que hoje o SOS Criança não efetua o atendimento de denúncias, apenas realiza o registro através do Disque Denúncia e as repassa para os Conselhos Tutelares. No ano de 2004, o Projeto SOS Criança registrou um número equivalente a 1347 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, das quais 318 correspondem à violência psicológica; 351 a violência física; 291 a violência sexual; 381 a negligência e 06 denúncias não foram identificadas como campo de intervenção do projeto.

conhecimento do abuso; conhecer a pessoa de confiança escolhida pelas adolescentes para revelar o segredo do abuso sexual incestuoso.

Esta pesquisa² é de natureza qualitativa sendo seu delineamento de cunho exploratório, e de acordo com Gil (1999, p.43):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Para a construção deste estudo procuramos, de início, realizar um levantamento bibliográfico, tendo como alvo livros, publicações e artigos científicos, pois embora seja considerado um tema ainda pouco explorado, o segredo revela peculiaridades próprias. Acentuamos também que na bibliografia pesquisada pouco foi encontrado sobre o tema, seja de forma explícita ou direta, encontrando, no entanto, poucos autores que retratassem o assunto de maneira específica.

Posteriormente ao levantamento bibliográfico, utilizamo-nos de uma consulta junto a cinco³ dos quatorze Assistentes Sociais do SOS Criança com a finalidade de saber se estes prestaram atendimento a adolescentes⁴ que revelaram verbalmente o segredo do abuso sexual. Conforme sugestão dos profissionais selecionamos dez (casos) atendidos no ano de 2003 em que as vítimas haviam revelado o segredo.

De acordo com os dez (10) casos sugeridos pelos profissionais, optamos por trabalhar com uma amostra⁵ de dois (2) deles, uma vez que após a leitura do Prontuário de

² A realização desta pesquisa ocorreu durante os meses de agosto a dezembro de 2004, durante o período de Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social junto ao Projeto SOS Criança de Florianópolis.

³ O levantamento se deu apenas para cinco (5) Assistentes Sociais, devido nosso recorte privilegiar àqueles que possuíam mais de dois (2) anos de experiência na área de violência doméstica.

⁴ Nossa prioridade em pesquisar casos de vítimas adolescentes deu-se em função da idade, isto é, por considerarmos que as mesmas possuem maior apropriação da fala, noções de tempo e de espaço, bem como capacidade de relatar o abuso sexual incestuoso com maior riqueza de detalhes.

⁵ Nosso universo constitui uma amostra de dois casos, que de acordo com Gil (1999, p.104) é caracterizada como amostragem por acessibilidade ou conveniência, isto é, “aquela em que o pesquisador seleciona os elementos a

Denúncia percebemos que estes possuíam maior riqueza de detalhes no que concerne a dinâmica do abuso sexual incestuoso, bem como a formação do segredo por parte do agente abusador.

O principal instrumental de coleta de dados constitui-se, portanto, na pesquisa documental⁶, baseando-se nas informações contidas nos Prontuários de Denúncia arquivados no Projeto SOS Criança de Florianópolis, os quais são compostos pelos seguintes documentos: 1.Ficha de Denúncia ou Solicitação de Atendimento; 2.Ficha familiar; 3.Relatório de Atendimento; 4.Parecer Social ou Psicossocial e anexos; 5.Outros documentos.

Faz-se necessário destacar que os Prontuários de Denúncia, somente foram consultados mediante a autorização da Chefe de Plantão do SOS Criança, bem como da coordenadora do Programa Sentinela. Tivemos cuidados ainda para evitar a identificação das pessoas envolvidas nas denúncias, cumprindo o protocolo institucional do SOS Criança quanto à manutenção do sigilo das informações acerca da identificação dos sujeitos envolvidos nas denúncias atendidas. As vítimas receberam nomes fictícios e as datas referentes à efetuação da denúncia, de atendimento e de encerramento, por exemplo, foram substituídas por noções de tempo mais genéricas: uma data como a de 11/03/2001 foi apresentada como “na primeira quinzena” de janeiro de 2001, por exemplo.

Acreditamos que o resultado deste trabalho poderá proporcionar um olhar mais atento para os profissionais que trabalham com a questão do abuso sexual incestuoso - especialmente aos Assistentes Sociais e Psicólogos do SOS Criança - e para aqueles que atuam diretamente na defesa dos direitos da criança e do adolescente, quais sejam – família, sociedade civil e Estado – uma vez que revelará que o abuso sexual intrafamiliar envolve

que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”. É ainda, considerado o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem.

⁶ Este tipo de pesquisa assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica, sendo que a única diferença entre ambas está na natureza das fontes, ou seja, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999).

dinâmicas fortemente estruturadas em segredos, evidenciando assim a importância de um compromisso ético-coletivo com vistas a prevenir o fenômeno, desconstruindo preconceitos, mitos e tabus acerca do segredo na relação abusiva.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo expressaremos os principais conceitos de violência, tecendo considerações especialmente no que concerne à violência intrafamiliar, isto é, a violência contra crianças e adolescentes que ocorre no interior da família e que envolve parentes que vivem ou não sob o mesmo teto. Apresentaremos as formas pelas quais este tipo de violência se traduz, sobretudo o abuso sexual incestuoso, enfocando o funcionamento, a estrutura e a dinâmica pela qual a família incestogênica se configura. Algumas das estratégias utilizadas pelo abusador sexual para manter a vítima em silêncio, tais como a sedução, a culpa e principalmente o segredo, serão ainda evidenciadas neste capítulo.

No segundo capítulo iremos apresentar os resultados da pesquisa documental caracterizando as peculiaridades do segredo dos abusos sexuais incestuosos estudados. Para tanto utilizaremos algumas categorias de reflexão que permitiram-nos uma melhor compreensão do fenômeno, a saber: elementos de revelação do segredo; outras vítimas em segredo; outras pessoas envolvidas na revelação ou ocultação do segredo; o segredo do abuso e a figura materna e informações acerca do relacionamento entre vítima e abusador. Por fim serão expostas as considerações finais e as referências bibliográficas consultadas.

CAPÍTULO 1

O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

1.1 Considerações Sobre o Conceito de Violência

Os seres humanos são constituídos, potencialmente, de capacidades que os distinguem de todas as outras espécies, entre elas a capacidade do discernimento consciente, que permite julgar, apreciar, optar, conferindo-lhes um grau superior entre os seres vivos e tornando-os sujeitos do processo histórico-social, dotados também de um direito que lhes é essencial: a liberdade.

De acordo com Veronese (1998) falar em Direitos Humanos significa defender a vida, a integridade física, a liberdade de expressão, de opinião, de religião, significa possibilitar distintas opções políticas e ideológicas, sendo que na medida em que se impede o ser humano de se desenvolver plenamente, dá-se início a um processo de violência.

O fenômeno da violência costuma ter diferentes conceitos para diversos autores podendo assim ser definido de várias formas, porém considera-se que existe sempre uma linha de base comum a todo ato violento, ou seja, são ações, omissões e/ou diferenças que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Chauí (1985), define violência não como uma violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sob dois outros ângulos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUI, 1985, p.35).

De acordo com Chauí (1985 *apud* AZEVEDO; GUERRA, 1989) a violência é uma relação de forças caracterizada num pólo pela dominação e no outro pela coisificação⁷, ou seja, um pólo de dominação se aproveita e se beneficia em detrimento de outro. O pressuposto dessa definição é a idéia de liberdade de Spinoza (*apud* CHAUI, 1985):

[...] a liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinantes do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela (CHAUI, 1985 p.36).

Nesse sentido, ao entender a liberdade como uma capacidade e um direito fundamental do ser humano, infere-se que a violência é uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito constituinte da própria história. Johan Galtung, (*apud* FIGUEIREDO, 1996, p.13) refletindo sobre o tema, advoga que “a violência está presente quando seres humanos são influenciados de tal modo que sua realização atual, somática e mental é inferior à sua realização potencial.” Em outras palavras, existe violência quando, em função de ações ou omissões, os seres humanos são impedidos de realizarem-se plenamente, de acordo com o padrão societário e com as possibilidades do período histórico em questão⁸.

⁷ Chauí (1985) fez uso do termo *coisificação* a fim de elucidar a negação dos direitos que os seres humanos têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

⁸ Para exemplificar sua definição o autor menciona o caso de um doente de tuberculose: seu falecimento em decorrência da doença seria historicamente aceitável se ocorresse no século XVIII, na medida em que, naquela ocasião, não existia cura para a doença; no entanto seria uma violência se o mesmo caso ocorresse na atualidade,

Neste sentido, Galtung (idem) compreende que a violência é a causa da diferença entre o potencial e o atual, entre o que poderia ser e o que é. A violência é pois, o que faz aumentar a distância entre potencial e o atual e o que impede a diminuição dessa distância, ou seja, a violência se apresenta quando são subtraídos ou eliminados os meios para os seres humanos se desenvolverem.

Para Guerra (1985) o termo violência é normalmente empregado para se referir às situações de força (sobretudo de procedência exterior à pessoa que a sofre) que se opõem à espontaneidade, à naturalidade, à responsabilidade jurídica, à liberdade moral, etc. A violência pode ser entendida também como força material, ativa, vertida para o exterior e a causa de prejuízo físico. Por outro lado a autora adverte que a violência também pode ser compreendida como “fenômeno em que uma pessoa impõe seu poder a outra através de meios persuasivos, abatendo a resistência dos que a ela se opõe” (Idem, p.15)

Baseado em Loll (1993 *apud* KOLLER, s/d., p.33) podemos dizer que o fenômeno da violência ocorre em relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, em que há uma desigualdade e/ou uma relação de subordinação. O violador toma decisões sobre a vida do violado, sem avaliar as necessidades básicas e os desejos deste, levando em conta, unicamente, as suas próprias necessidades e seus próprios desejos.

Segundo Loll (idem), a primeira violação nestes casos diz respeito aos direitos humanos. A pessoa que violenta a outra, não a reconhece como ser humano e cidadão de direitos. Tem uma relação com sua vítima, seja por ser hierarquicamente superior (caso do pai que abusa sexualmente da filha dependente economicamente), seja porque a vítima se considera subordinada (caso da filha sustentada), ou por desigualdade (casos de violência entre pessoas de faixas etárias ou níveis sócio-econômicos diferentes). Outras relações

violentas envolvem, ainda, discriminação de gênero, de raça, de religião, de nível sócio-econômico etc.

Saffioti (1997), compartilhando parcialmente da visão de Loll (1993), ao discorrer sobre violência, considera que esta possa ser oriunda não apenas de relações interpessoais, todavia decorrente do embricamento de três componentes antagônicos: classe, raça e religião, as quais se estabelecem formando um nó. A autora considera ainda que o fenômeno tende a descrever uma escalada, tendo início com agressões verbais e podendo atingir até mesmo o homicídio, contudo, esta escalada não acontece forçosamente, pois o êxito do agressor depende das reações da vítima.

Saffioti (1997) propõe o uso do termo *violência de gênero* como um conceito amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, que designa um tipo específico de violência que visa a preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e na desigualdade de lugares sociais sexuais. Segundo a autora a *violência de gênero* tem duas faces: é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem não detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não consentimento de quem sofre a violência.

Observa-se na vida cotidiana a distribuição desigual do poder e da riqueza entre homens e mulheres, sendo que estas, ao longo dos séculos, foram educadas para submeterem-se aos homens, na medida em que estes últimos precisavam assegurar a posse de sua descendência. Assim:

o fato de que a maternidade é certa e a paternidade apenas presumível (ou incerta) sempre foi um fantasma para a organização da cultura patriarcal. O controle da sexualidade e da vida reprodutiva da mulher garante a imposição das regras de descendência e patrimônio e, posteriormente, um sistema rígido de divisão sexual do trabalho. Assim, a mulher passa a ser tutelada por um homem, seja pai, tio ou marido (BRASIL, 2001, p.15).

De acordo com (BRASIL, 2001) esta estrutura de divisão do trabalho, que almejou inicialmente regulamentar a reprodução e organizar as famílias, acabou por dar aos homens e mulheres uma carga simbólica de atributos, gerando uma correlação entre sexo e personalidade que foi interpretada como característica inerente aos sexos. Atribuiu-se à natureza de homens e mulheres aquilo que era da cultura.

Saffioti (In: MADEIRA, 1997, p.144), diverge de Azevedo e Guerra (1989) por estas tratarem a violência de gênero, de forma geral, como fenômeno das relações interpessoais, como se estas existissem fora da estrutura social. A rigor, coloca que as mesmas pensam a estrutura de classes, de um lado e, de outro, as relações interpessoais, tratando-se de um equívoco, pois nenhuma relação social se passa fora da estrutura. Todas elas obedecem às normas que estruturam a sociedade por inteiro. A referida autora, argumenta que conceber relações interpessoais separadamente da estrutura de classes representa visão dualista, que não contribui para esclarecer porque a sociedade comporta a violência intrafamiliar, a doméstica, contra mulheres e a de gênero. Sob pena de se perder a visão da sociedade como totalidade, não se podem separar relações interpessoais e estruturais.

Neste sentido, Saffioti (s/d.) aponta que para combater a violência de gênero, faz-se necessário compreender que as pessoas são diferentes, mas nem por conta disso desiguais, devendo-se assim:

pensar os seres humanos como portadores de necessidades, interesses e aspirações diferentes, cuja satisfação pode mais facilmente ocorrer se as categorias de gênero mantiverem relações simétricas. Isto é, não só a diferença não precisa ser suprimida como pode ser cultivada, quando a igualdade constitui pano de fundo, o elemento fundamental a argamassa das relações de gênero (SAFFIOTI, s/d., p.06).

Na obra de Azevedo e Guerra (1993) os conceitos *violência intrafamiliar*, *violência doméstica* e *violência contra a mulher* são frequentemente usados para nomear a violência que acontece no espaço doméstico e familiar, atingindo crianças, adolescentes e

mulheres. De acordo com Saffioti (s/d., *apud* ARAÚJO, 2002) ainda que de certo modo, estes conceitos se insiram na violência de gênero, existem argumentos para justificar sua permanência em separado, já que esta não envolve apenas relações violentas entre homens e mulheres – nas quais, vias de regra, os homens figuram como agressores – mas também de adultos contra crianças e adolescentes.

Apesar da ligação existente entre esses recortes, há especificidades em cada um desses conceitos, a saber: *A violência intrafamiliar* (BRASIL, 2001) apesar de apresentar grande sobreposição com a doméstica, designa a violência que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. *A Violência Doméstica* (BRASIL, 2001), por sua vez, não se limita à família, uma vez que envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico vinculadas ou não por laços de parentesco. *A Violência contra a Mulher*, de acordo com a Assembléia Geral das Nações Unidas (1993 *apud* DAY, 2003) é:

qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada.

Em síntese, as diferentes visões da violência mostram que a compreensão do problema é extremamente complexa, sem que se possa identificar uma origem da violência ou um só ângulo para abordá-la. Conforme diz da Matta (1982 *apud* FALEIROS, 1997) a violência se torna um filtro pelo qual podemos discernir a realidade numa múltipla constelação, e é um modo pelo qual a sociedade se manifesta historicamente, não se podendo cristalizar uma visão do problema como se fosse a única, como não são únicas as concepções de prazer, de sexualidade e de cotidiano, por exemplo.

A concepção de violência intrafamiliar será explorada com maior afinco no próximo item, tendo-se em vista a relevância do tema para o desenvolvimento deste estudo.

1.2 Violência Intrafamiliar: Uma das Faces da Violência Contra Crianças e Adolescentes

“O primeiro e indiscutível direito da criança é aquele que lhe permite expressar livremente suas idéias e tomar parte ativa no debate concernente à apreciação da sua conduta e também na punição.”

Janusk Korczak

A violência estrutural que se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade e condições do capitalismo moderno, se articula com as formas particulares de violência, pois a estrutura das relações violentas é ao mesmo tempo econômica, cultural e de poder. São relações que se encontram tanto nas relações familiares como nas condições de vida e na sociedade.

Para iniciar a discussão sobre uma das faces da violência que mais acomete crianças e adolescentes – a intrafamiliar - é fundamental considerar diferentes conceitos de família, os quais abordaremos neste item.

Para tanto, recorreremos a Chauí (1986 *apud* SILVA, 1992, p.69) que problematiza a família como espaço institucional contraditório, analisando que:

a família se apresenta, portanto, como mescla de conformismo às exigências sociais e como forma fundamental de resistência contra essa mesma sociedade no interior dessa mesma sociedade – mantêm a subordinação feminina e filial, mas protege mulheres, crianças e velhos contra a violência urbana; força os homens à dominação contra a subordinação do trabalho; conserva tradições e elabora um projeto para o

futuro. É não só o lugar onde se obtém o prazer, mas também núcleo de tensões e de conflitos.

A este respeito, Reis (2001) diz que a família não é algo natural, mas sim uma construção social que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades da sociedade. Pondera que a família tem estado em evidência em detrimento das divergências de pensamento, uma vez que para algumas pessoas ela é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo, e para outras a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social, sendo muitas vezes o local onde se exerce a maior dominação sobre as crianças e as mulheres.

No entanto, o autor supracitado avalia que apesar destas divergências, não se pode negar a importância da família tanto ao nível das relações sociais, nas quais ela se inscreve, quanto ao nível da vida emocional de seus membros, pois é “na família, mediadora entre indivíduo e sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele” (REIS, 2001, p.99).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p.13) entende-se por família o grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consangüinidade ou de convivência. Ela é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos, em que são transmitidos pela primeira vez, valores, usos e costumes que irão formar a personalidade e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização das famílias fundam-se na distribuição dos afetos, criando, na esfera doméstica, um complexo dinamismo de competições. Estas duas disputas implicam nas relações de poder entre sexos e as gerações e, ao mesmo tempo, são motivadas pela conquista de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas do ser humano. Estas disputas envolvem sentimentos muito freqüentemente ambíguos e contraditórios de amor/ódio, aliança/competição, proteção/abandono entre seus integrantes.

As famílias que não estão preparadas para compreender, administrar e tolerar seus conflitos podem se tornar violentas.

Mioto (1997, p.120) conceitua a família como um

núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

Com relação à família brasileira, a autora (idem, p.118) afirma que a mesma apresenta, na atualidade, “mudanças significativas em todos os segmentos da população, mudanças essas decorrentes do processo de modernização a sociedade na segunda metade do século XX.” Estas transformações são motivadas por uma série de variáveis, dentre as quais se destaca a transformação e a liberalização dos hábitos e costumes, sobretudo em relação à sexualidade e ao papel da mulher; o desenvolvimento técnico-científico, que trouxe o anticoncepcional e os meios de comunicação de massa; e o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo brasileiro, que repercutiu no empobrecimento acelerado das famílias na década de 1980, migração exagerada do campo para a cidade e aumento significativo do trabalho feminino e infantil.

É importante considerar, conforme diz Mioto (2000), que as famílias não são apenas espaços de cuidado, mas, sobretudo, espaços a serem cuidados, uma vez que algumas famílias “falham” no cumprimento de suas tarefas, e necessitam de apoio para poder levar a cabo as suas funções.

Conforme Faleiros (1998) os efeitos da violência estrutural são por vezes reduplicados na esfera familiar, não se podendo pensar a violência intrafamiliar sem analisar o processo estrutural de produção e manutenção da violência. É preciso também considerar a violência estrutural das relações de gênero que se manifesta nos laços familiares, principalmente nas relações entre pai, padrasto, tio e crianças do sexo feminino, sem se

descartar as relações sexuais na família entre adultos e crianças ou adolescentes do sexo masculino. É preciso, ainda, levar-se em conta, a violência familiar intergeracional entre irmãos mais velhos e novos e entre primos.

A mesma autora reflete que a família não deve ser vista apenas segundo o critério da consangüinidade, uma vez que o conceito mais amplo de família implica pensá-la em relação à dinâmica social (vínculos afetivos e de responsabilidade, relações etárias e de gênero). Como exemplo a autora diz que a maioria das estatísticas revela que o abuso sexual intrafamiliar é, em sua grande maioria, cometido por homens adultos contra crianças e adolescentes do sexo feminino, sendo rara a agressão sexual mãe/filho.

No Brasil a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes não é uma questão nova, uma vez que atravessa os tempos e se instaura em uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, cultura e etnia, constituindo um fenômeno social grave como caracterizam alguns estudos (AZEVEDO; GUERRA, 1989; 1993), (SAFFIOTI, 1997). Segundo o Ministério da Saúde (2001) esta forma de violência envolve qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um de seus membros, contudo as estatísticas revelam que o homem adulto comete com maior frequência abusos físicos e/ou sexuais contra mulheres e crianças.

O estudo do fenômeno da violência intrafamiliar permite desvelar uma das faces que as famílias têm interesse em ocultar, para poder preservar a sua imagem “sagrada”⁹. Deste modo Faleiros (1995) destaca que as violências encerradas no lar, na maioria das vezes, não aparecem socialmente, ou são deliberadamente encobertas. Quando estas violências são visibilizadas, elas se inscrevem em duas vertentes: ou como punição do agressor ou como proteção à vítima, “reduzindo o problema a uma expressão individual de abuso e não como

⁹ A família santuário é uma concepção ideologizada, mistificadora de família, concepção esta subjacente à regra de ouro do comportamento filial: *honrarás pai e mãe*. Ou seja, a obediência incontestada às normas e imposições paternas é, simultaneamente, uma forma de preservar a visão idílica da família harmoniosa sem conflitos e de obstaculizar a revelação do abuso enquanto violência impensável e escândalo na estrutura da *sagrada família* (AZEVEDO; GUERRA, s/d., p.11).

um processo cultural complexo e de relações estruturantes/estruturadas de poder” (FALEIROS, 1995, p.479).

Por isso, faz-se necessário compreender que a violência intrafamiliar é apenas uma das manifestações da violência que ocorre contra crianças e adolescentes, e como tal está inserida em determinados grupos familiares como parte de sua cultura e de suas relações sociais, ou seja, “em algumas famílias a educação dos filhos ocorre de forma violenta com a pretensão de discipliná-los”, como afirma Azevedo (1995, p.128). Idealizações sobre as famílias devem ser desconstruídas, de modo que o fenômeno seja compreendido e abordado de forma ampliada, ou seja, são as relações e as dinâmicas familiares que são violentas, sendo que todos os membros da família – e o contexto no qual estes vivem – precisam ser considerados.

Saffioti (1995) analisa que a esfera intrafamiliar é – infelizmente – um âmbito privilegiado de ocorrência e reprodução da violência, visto que ocorre por conta da posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. Através desta estrutura, a família tem garantida a manutenção de uma situação repleta de violências e desigualdades. Deste modo:

constrói-se, em virtude da sacralidade da família, um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo. Em nome da defesa de uma privacidade que existe apenas para homens e não para as mulheres, a sociedade em geral [...] não atua no sentido de alterar as violentas formas de sociabilidade desenvolvidas pela família. [...] A propalada “esfera privada”, que se prefere chamar de espaço intrafamiliar, [...] constitui o caldo da cultura propício a rotinização das relações violentas (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p.34).

Baseado nas informações supracitadas ressaltamos que cabe não somente aos pais e responsáveis, mas à sociedade em geral, zelar pelo desenvolvimento físico e emocional de crianças e adolescentes, provendo as suas necessidades materiais, sociais e afetivas, além de garantir-lhes proteção e segurança. Todavia, pode-se descrever que existe violência

intrafamiliar, quando os pais e/ou responsáveis¹⁰ utilizam o poder que lhes conferem estes papéis, para fins de dominação e exploração, satisfação de desejos e necessidades pessoais, ao mesmo tempo em que, as crianças são consideradas como seres incapazes, objetos de obediência e controle, desiguais e inferiores aos primeiros.

A este respeito, Oliveira (2003) e Faleiros (1997) ressaltam que todas as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes no espaço familiar assentam-se concretamente em relações de poder desiguais, com a imposição do desejo e/ou das necessidades do (a) mais forte sobre o (a) outro (a) mais fraco. Faleiros (idem, p.10) diz que a figura de parente, pai, chefe de família não deve ser usada como motivo para justificar e tolerar as práticas de violência destinadas a crianças e adolescentes, uma vez que o poder de pai não anula o outro como poder ser e ser de poder.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) destaca alguns fatores de risco para a ocorrência da violência intrafamiliar, sendo eles: a distribuição desigual de autoridade e poder de acordo com os papéis de gênero e de gerações, a existência de uma estrutura familiar fechada e de relações familiares centradas em papéis definidos de forma rígida, assim como a indiferenciação de papéis familiares, o que denota a falta de limites entre seus integrantes. Soma-se a isso a presença de um modelo familiar violento na infância e/ou adolescência dos familiares, a tensão permanente, manifestada através da dificuldade de diálogo e agressividade, o baixo nível de autonomia dos integrantes da família, a dependência econômica e/ou emocional e baixa auto-estima de alguns familiares, levando à impotência ou fracasso em lidar com as situações violentas.

A violência intrafamiliar se expressa de diversas formas e com diferentes graus de severidade, não ocorrendo de maneira isolada, entretanto faz parte de uma série de episódios,

¹⁰ Um levantamento inédito realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República revela que mães (26,2%) e pais (23,9%) lideram os números de denunciados por maus tratos nos Conselhos Tutelares. (Jornal Diário Catarinense, 26 jun 2005).

da qual o homicídio é a manifestação mais intensa. São algumas de suas expressões a negligência, a violência física, a violência psicológica e a violência sexual, a saber:

- Negligência: é umas das formas de violência caracterizada por um ato de omissão do responsável pela criança ou pelo adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão em termos de cuidados diários básicos tais como alimentação, cuidados médicos, vacinas, roupas adequadas, higiene, educação e supervisão adequada, e/ou falta de apoio psicológico e emocional as crianças (CLAVES¹¹, s/d.; CRAMI¹², s/d.; ABRAPIA¹³, 1997 In: BRASÍLIA, 2003, p.45).
- Violência Psicológica: é um conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas com o objetivo de envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente. Ela ocorre quando existem xingamentos, rejeição, isolamento, terrorismo, abandono, cobrança, alta exigência de crianças e adolescentes. Apesar de ser extremamente freqüente, esta modalidade de violência é uma das mais difíceis de serem identificadas e podem trazer sérios danos ao desenvolvimento emocional, físico, sexual e social da criança (ABRAPIA, 1997; CRAMI, 2000; A REDE, s/d. In: BRASÍLIA, idem).
- Violência Física: é o uso da força física de forma intencional, não-acidental por uma agente agressor adulto. (ou mais velho que a criança ou adolescente). Normalmente esses agentes são os próprios pais ou responsáveis que agem com o objetivo de machucar, lesionar a criança ou adolescente. Esta forma de violência pode se manifestar através de tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, lesões por amas ou objetos, etc. A violência física

¹¹ Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde.

¹² Centro Regional aos Maus Tratos na Infância

¹³ Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e a Adolescência

pode ou não deixar marcas evidentes e nos casos extremos pode causar a morte (CLAVES, s/d.; ABRAPIA, 1997 In: BRASÍLIA, idem, p.46).

- Violência Sexual: é descrito como toda a situação de caráter sexual, em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de pessoas mais velhas. O uso do poder pela assimetria entre abusador e abusado é o que mais caracteriza esta situação. Abrange situações como o estupro, carícias não desejadas, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos de forma forçada, exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo e masturbação forçados, uso de linguagem erotizada, em situação inadequada, ser forçado (a) a ter ou presenciar relações sexuais com outras pessoas etc. (ABRAPIA, 2002 In: BRASÍLIA, idem, p.47).

Estas expressões da violência intrafamiliar devem ser entendidas de modo dinâmico e interativo, raramente encontrando-se uma forma isolada de violência, ou seja, o mais comum é a co-morbidade entre as classificações, ou seja, a combinação entre algumas ou todas as variáveis descritas.

Destacamos que dentro do amplo contexto da violência contra crianças e adolescentes, o enfoque na violência intrafamiliar foi intencional, não que esta seja a única forma grave de violência, mas sem dúvida nenhuma, o perigo para as crianças e adolescentes, na maior parte do mundo moderno, ainda mora verdadeiramente em casa. A abordagem deste fenômeno é aqui utilizada para revelar a necessidade de romper mitos referentes à violência perpetrada contra os sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, ou seja: crianças e adolescentes. Romper mitos¹⁴, no intuito de enfatizar que o abuso sexual

¹⁴ Os mitos são criações de uma época. São imagens, alegorias. Produto da imaginação são reais porque são vividos no cotidiano. Todavia, as representações míticas são reais não só porque orientam a ação, mas também porque todos acreditam nelas. Logo, as representações míticas são legitimadas como verdadeiras, têm força de verdade (SILVA, 1992, p.69).

intrafamiliar é praticado por parentes próximos, dentro do próprio lar, e que o agressor frequentemente é uma pessoa que a criança conhece, em quem confia, com quem se relaciona, e na maioria das vezes ama. Romper mitos, no sentido de evidenciar que o abuso sexual cometido por parentes vai muito além dos atos sexuais, expandindo-se para o contexto onde eles se constroem, se mantêm e se escondem, sendo o segredo e a relação de confiança estabelecida entre agressor e vítima, um dos principais alicerces do processo abusivo, em que os fatos do abuso ficam guardados no interior da família e o vivido não deve ser comunicado.

1.3 Abuso Sexual Incestuoso: Uma Modalidade da Violência Intrafamiliar

“Por muitos anos a sociedade se recusou a reconhecer a profundidade do sofrimento causado a uma criança pela violência doméstica... foi muito mais fácil dizer que tal evento não ocorreu por que, de outra forma, o mundo em que vivemos seria um lugar intolerável de injustiça, crime e sofrimento.”

Marylin J. Masson, *Lost Prince*

Para alcançar os objetivos deste estudo elegemos o abuso sexual - dentre as modalidades de violência intrafamiliar - a fim de ser examinada de forma mais detida, uma vez que Azevedo e Guerra (1988) revelam que a maior ocorrência dá-se no meio intrafamiliar e tem, geralmente, o próprio pai ou padrasto como vitimizador.

As práticas de abuso sexual interpessoal contra crianças e adolescentes são, acima de tudo, uma violação de seus direitos humanos e sexuais, e dos direitos peculiares dos sujeitos em desenvolvimento¹⁵. A este respeito Faleiros (2001) diz que, além da violência

¹⁵ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 em seu artigo 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades,

sexual ser um ato de violação à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, à sexualidade responsável e protegida, é violado o direito ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios. “A violência sexual na família é uma violação ao direito a uma convivência familiar protetora” (FALEIROS, 2001, p.09).

O referido autor descreve ainda que os abusos sexuais contra crianças e adolescentes, sobretudo os cometidos por familiares ou conhecidos, é um espaço de silêncios, segredos e sigilos, e que freqüentemente o pacto de silêncio é mantido por familiares, amigos, vizinhos, comunidades e profissionais que o encobertam, desqualificando assim, revelações verbais e até mesmo não verbais das vítimas.

Segundo Azevedo e Guerra (s/d., p.8) o conceito de abuso-vitimização sexual refere-se a “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos, tendo como fim estimular sexualmente a criança ou utilizá-las para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra”.

Todavia, as autoras (idem) consideram que quando se tratar de abuso-vitimização sexual intrafamiliar, se deve substituir na definição acima a expressão adulto - considerado genérica demais – por pais (biológicos, por afinidade), responsáveis (tutores...), parentes (irmãos, avós, tios, primos...).

Gabel (1997) referencia que o abuso sexual de crianças por adultos, mais especificamente quando o perpetrador é conhecido ou faz parte da família da vítima, incorpora uma das faces mais perversas da natureza humana, e é freqüentemente praticado sem uso da força física, não deixando marcas visíveis, o que dificulta sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas. A autora (idem) descreve que:

o abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: do poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo (GABEL, 1997, p.10).

Entende-se, portanto, o abuso sexual intrafamiliar como toda e qualquer atividade que tenha um caráter sexual, podendo se expressar das mais variadas formas, a saber: abuso sexual sem contato físico (assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo¹⁶, pornografia etc) e abuso sexual com contato físico (atos físico-genitais que incluem carícias nos órgãos genitais, atentado violento ao pudor¹⁷, tentativas de relação sexual, masturbação, estupro, penetração vaginal e anal, atos libidinosos etc).

O abuso sexual incestuoso está inserido no *rol* da violência sexual, e consiste na participação de criança e/ou adolescente em atividades sexuais inadequadas à sua idade e ao seu desenvolvimento. De acordo com Cohen (2005, p.212) é o “abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum membro do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio”, portanto, incesto é um ato intimamente associado ao “proibido”.

O autor supracitado analisa o incesto não apenas como uma relação sexual entre duas pessoas, mas como uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse contê-lo, sendo suas principais características o abuso sexual e o vínculo familiar.

¹⁶ É o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas. Nas relações sexuais entre adultos, o voyeurismo pode ser uma prática sexual consentida, porém com crianças e adolescentes a experiência pode ser perturbadora, acarretando sérias conseqüências ABRAPIA (2002, In: BRASÍLIA, 2003, p.49).

¹⁷ Consiste em constranger alguém a praticar atos libidinosos, utilizando violência ou grave ameaça, podendo ocorrer sob a forma de masturbação e/ou toque em partes íntimas, sexo anal e oral. Nesta categoria devem entrar todos os tipos e formas de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes do sexo masculino, que incluam penetração. Quando praticados contra mulheres de qualquer idade com penetração vaginal são criminalizados como estupro. Este é considerado crime hediondo, inafiançável, devendo a pena ser cumprida em sistema de regime fechado (BRASÍLIA, 2003, p.49).

A proibição do incesto¹⁸, presente em quase todas as culturas parece estender-se à proibição de se falar no assunto, tornando-se um tabu e é representada através dos mitos, religiões e códigos sendo uma regra universal. Segundo Levi-Strauss (1969 *apud* COHEN; GOBBETTI, s/d., p.01), a proibição do casamento entre parentes próximos pode ter um campo de aplicação variável, de acordo com a definição de parentesco, mas a proibição ou a limitação das relações sexuais está presente em qualquer grupo. Desta forma, a proibição do incesto situa-se no limiar entre a natureza e a cultura.

Referindo-se ao abuso sexual incestuoso de crianças e adolescentes, Azevedo e Guerra (1989) consideram o fenômeno como toda atividade de caráter sexual que envolve uma criança de zero a dezoito anos e um adulto que tenha para com ela, seja uma relação de consangüinidade, seja de afinidade ou de mera responsabilidade.

Azevedo (2005) designa ainda que o abuso sexual incestuoso é toda coação exercida à criança por um adulto a ela ligado por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com a intenção de levá-la a participar de práticas eróticas. A autora afirma que este tipo de incesto consiste numa modalidade “privilegiada” de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Isto ocorre porque esta “é uma forma qualificada de violência privada na medida em que além das práticas sexuais propriamente ditas pode implicar agressão física e abuso emocional” (AZEVEDO, 2005, p.197).

Em consonância com Caminha (s/d. In: *Violência Doméstica*, s/d., p.52) incesto é não apenas o contato sexual reprodutivo entre consangüíneos, aparentados, como também os

¹⁸ De acordo com Cohen e Gobbetti (s/d) várias teorias têm sido utilizadas para explicar a finalidade da proibição do incesto, podendo ser divididas em biológicas, sociais e psicológicas, a saber: as *Teorias Biológicas* constituem um “horror ao incesto nato” que seria a proteção natural contra os malefícios resultantes do cruzamento endogâmico, sustentando que o cruzamento endogâmico causa diminuição da variabilidade dos genes, e, portanto, oferece uma maior chance de expressão da recessividade. As *Teorias Sociais* priorizam a importância da exogamia, pois ela amplia a família e possibilita um sistema mais cooperativo e democrático. Para Levi-Strauss (1969) a proibição do incesto está diretamente relacionada à origem do casamento que está calcada num sistema geral de trocas ao qual se denomina exogamia. Sua consequência é garantir a vitalidade dos grupos humanos, permitindo ver a família como um sistema aberto de relações. Segundo as *Teorias Psicológicas* a não atuação do incesto permite a diferenciação e a simbolização de funções dentro da família (pai, mãe e irmãos), possibilitando o desenvolvimento do indivíduo e da família. Nesta perspectiva, a proibição do incesto é um fator organizador, demarcando limites (COHEN, s/d., p.01).

contatos sexuais que não geram prole envolvendo qualquer pessoa com quem a criança possua uma relação de confiança. Essa relação é quebrada com interação sexual, não sendo necessário ocorrer a relação sexual com contato físico para designar abuso sexual incestuoso. Conforme amostra do Ambulatório de Maus Tratos da cidade de Caxias do Sul/ RS, coletada por Caminha (1996;1997) pais e padrastos cometem mais de 50% dos abusos sexuais.

Para Forward e Buck (1989) a definição de incesto mais próxima da realidade cultural da sociedade contemporânea, é aquela que considera os papéis sociais dos envolvidos, logo os autores definem o incesto como:

qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou que acreditem tê-lo. Esta definição inclui padrasto e madrasta, meio-irmãos, avós por afinidade e até mesmo amantes que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam o papel de pais. Se a confiança especial entre uma criança e um parente ou figura de pai e mãe foi violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto (FORWARD; BUCK, 1989, p.11).

De acordo com os autores supracitados, em toda a natureza a principal tarefa dos progenitores é preparar seus filhos para a independência. As aves ensinam os filhotes a voar; os leões ensinam os seus a caçar; os seres humanos ensinam as crianças a falar, a contar, a tomar decisões, a tomar banho, e outros milhares de comportamentos que são necessários para o funcionamento de um ser humano na sociedade depois de deixar a proteção da casa paterna.

Em nenhuma outra espécie, o filho depende por tanto tempo de seus pais quanto a criança humana, logo o processo de preparação da criança para a independência é altamente complexo, e o tabu do incesto participa desse processo, tornando-o o mais suave possível (FORWARD; BUCK, 1989, p.23).

Forward e Buck (1989) descrevem que o tabu do incesto ajuda o desenvolvimento da personalidade, contribuindo para estabilizar a família, no entanto atribuem ao antropólogo A. D. Coult a teoria de que a proibição do incesto desenvolveu-se para evitar a confusão dos papéis no interior da família. Se alguém assumir mais de um papel – como exercendo

simultaneamente os papéis de pai e marido da mesma pessoa – o resultado é um conflito do qual decorrem tensões que podem vir a destruir a família. No mesmo sentido, o psiquiatra Martin Weich criou uma teoria interessante sobre o uso das palavras “mãe”, “pai”, “irmã”, “irmão” e assim por diante, como uma defesa contra o incesto.

Dando aos membros da família os nomes de seus papéis, em vez de chamá-los por seus nomes de batismo, nós lembramos constantemente dos papéis que desempenham, o que nos impede de pensar neles de qualquer maneira (FORWARD; BUCK, 1989, p.23).

Lembramos que os abusos sexuais contra crianças e adolescentes cometidos por estranhos¹⁹, em geral, são raros. Guerra (1996) utiliza o termo “mito do estranho” para esclarecer o fato de que é comum ensinarmos as crianças desconfiarem e se protegerem de adultos estranhos, de *carros pretos*, mas, simultaneamente, a serem obedientes e afetuosas com todos os adultos que cuidam delas. O abuso sexual ordinário²⁰ é o incesto pai-filha, apesar de uma pesquisa realizada por Azevedo e Guerra; Vaiciunas (1993) ter revelado um maior número de abusos sexuais cometido pelo *padrasto*.

Através das colocações até aqui feitas, percebemos que o abuso sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo o cometido por familiares ou conhecidos, é realmente um espaço de silêncios, segredos e sigilos. Verifica-se uma verdadeira ocultação de informações sobre esta realidade, uma vez que fatores como o poder destinado aos adultos, garantem a submissão infantil e o silêncio das vítimas e o pacto de confiança firmado com o agressor em contrapartida, serve para esconder a freqüência e a extensão do fenômeno.

¹⁹ No Rio Grande do Sul, apenas 15% dos casos de abusos sexuais denunciados nos Conselhos Tutelares são cometidos por pessoas desconhecidas da vítima (BRUM, 1997 *apud* FALEIROS, 1998, p.28).

²⁰ Para Azevedo e Guerra (2005, p.197) o incesto ordinário compreende aquelas ocorrências de incesto que são mais freqüentes, o pai-filha; aquele que se trata de uma prática indigna, socialmente desqualificadora, seja para as vítimas, seja para os agressores, e aquele que pode ser um processo que ocorre no lar de forma repetitiva, mesclando-se ao cotidiano da vida das pessoas.

1.3.1 A família em que ocorre o incesto: estrutura e funcionamento

“E agora que vocês viram no que a coisa deu, jamais esqueçam como foi que tudo começou.”

Bertolt Brecht

A família em que ocorre o incesto é denominada de incestogênica (AZEVEDO; GUERRA, s/d., p.11), e enquanto sistema social apresenta definições e características particulares, as quais serão expostas a seguir.

Segundo Azevedo e Guerra (s/d) um dos referenciais que vem sendo utilizado para compreender a estrutura e funcionamento deste tipo de família é o da Abordagem Sistêmica, que por sua vez caracteriza a família incestogênica como aquela onde as interações entre seus membros são manipuladoras da criança e do adolescente vítima, forçando-a a uma transação interdita culturalmente: o *incesto*. “Trata-se de uma família que é capaz de produzir e reproduzir o abuso incestuoso, ou seja, é alimentadora e gestora da violência incestuosa”. (AZEVEDO, s/d, p.11)

Segundo Forward e Buck (1989, p.12) o abuso sexual incestuoso se desenvolve em famílias perturbadas, e em lugar de causar a ruptura da família, ele é o resultado dessa ruptura, onde os membros da família estão muitas vezes emocionalmente isolados uns dos outros, havendo geralmente uma boa quantidade de tensão, caos emocional e confusão de limites individuais e papéis familiares, o que prepara a cena para o incesto.

No que concerne aos componentes deste tipo de família, o *agressor*²¹ geralmente é homem, pai, padrasto, parente ou pessoa que tem proximidade ou afeição para com a vítima e

²¹ Salientamos que o incesto não ocorre apenas por parte de pais e padrastos, porém estes serão destacados com maior ênfase neste trabalho, em decorrência de nossa amostra revelar que pais e padrastos foram os autores dos abusos sexuais. Faz-se necessário destacar também, que estudos privilegiam a dinâmica incestuosa envolvendo

é de sua confiança. Segundo Azevedo e Guerra (1998), o agressor incestuoso de crianças e adolescentes “[...] é tipicamente um *agressor sexual situacional*, do tipo regredido que abusa de seus próprios filhos [...]”, diferente do *agressor sexual preferencial* ou *pedófilo*²² que tem crianças e adolescentes como objeto sexual preferido.

Forward e Buck (1989) descrevem que os abusadores sexuais raramente cometem incesto para satisfazer necessidades puramente sexuais. Na verdade, usam o sexo com suas filhas, por exemplo, como uma tentativa frustrada de satisfazer uma série de necessidades emocionais – necessidades que não são capazes de entender, que não tem como saber de que modo poderiam ser atendidas. Às vezes, para se defender de sentimentos profundos de desajuste, um pai comete abuso sexual como um exercício de poder, uma demonstração do poder que é muitas vezes frustrado fora de casa.

Os autores supramencionados apresentam que os agressores que procuram o poder por meio do abuso incestuoso podem ser muitas vezes homens violentos, os quais freqüentemente são incapazes de manter seus empregos, conservar amizades ou fugir de pais dominadores. Afirmam sua masculinidade “governando” a família e utilizam-se de ameaças físicas ou maus tratos como únicos instrumentos que lhes permitem convencer a si mesmos de seu poder.

O tipo mais comum de agressor, contudo, é o não violento, recorrendo ao incesto como uma reação à solidão e ao abandono emocional. Embora o agressor possa ser um bom pai em todos os outros aspectos, perde o controle em um certo ponto e torna-se potencialmente vítima de seus próprios impulsos, o que não diminui sua responsabilidade pelo abuso incestuoso, mas suas ações são geralmente menos nocivas que as do agressor violento.

pais e padrastos, deixando uma lacuna no que diz respeito à dinâmica de irmãos, tios, primos, avós, dentre outros.

²² Para Azevedo e Guerra (1998), a distinção entre os dois tipos básicos de agressores sexuais de crianças se faz necessária, uma vez que o que os diferencia é a intencionalidade do abuso. “O *agressor sexual situacional* que não tem uma verdadeira preferência sexual por crianças, ou seja, geralmente mantém relações sexuais com adultos, acaba se envolvendo em sexo com elas por várias razões (insegurança, fugir do *stress*, oportunidade, curiosidade, vingança, etc.) e o *pedófilo* enquanto *agressor sexual preferencial* que prefere fazer sexo com crianças, dificilmente mantendo relações sexuais com adultos.”

Lembramos também, que em geral, os abusadores sexuais apresentam comportamento exemplar, sendo esta mais uma de suas estratégias.

De acordo com o CRAMI (2002), a *vítima* é geralmente do sexo feminino, e as situações de abuso iniciam normalmente quando a criança ainda é muito jovem, passando a entender que a violência sexual - até então não vista como tal - é uma forma de carinho. Geralmente o abuso inicia através da sedução, mas na medida em que a criança vai percebendo e tenta oferecer resistência começam as ameaças e até mesmo as agressões físicas.

A criança sente-se aprisionada pelo medo, pela dúvida e pela culpa, e quando tenta comunicar o que acontece a alguém e este não lhe dá crédito, fica mais isolada e com mais dificuldades de voltar a falar no assunto. Torna-se quase impossível sair desta situação apenas por si mesma (CRAMI, 2002, p.20).

Conforme as descrições de Forward e Buck (1989) sobre as vítimas de incesto, a maioria delas não se sente amada por outros membros da família. A criança sente necessidade de receber o amor do pai ou do irmão, e o que recebe é “carinho sexual”. Neste ínterim, a vítima pode tornar-se “sensível” a estas carícias incestuosas – uma vez que elas podem representar, muitas vezes, a única manifestação de afeto que ela jamais conheceu. O abusador a trata como se fosse especial, fazendo do ato incestuoso uma demonstração de amor paternal que confunde a criança, a qual geralmente aceita a “atenção” que lhe é destinada como única fonte de carinho recebida.

Forward e Buck (1989) relatam que na maioria dos casos de abusos sexuais incestuosos a vítima - em virtude das ameaças perpetradas pelo abusador - pode sentir medo de ser surrada, de ser expulsa de casa, ou de não ser acreditada, o que fortalece a atitude de não contar sobre o ocorrido a ninguém. De acordo com os autores sua vergonha faz com que fique em silêncio, sendo que, às vezes, tem medo de que seu pai venha a ser preso se ela o delatar, e de que por causa disso a família acabe ficando desamparada. Seja qual for a razão, a

vítima se encerra num mundo de segredo – um mundo de vergonha, desespero e culpa – onde se sente isolada de todas as outras pessoas:

Não há ninguém a quem possa recorrer; ninguém em quem possa confiar; ninguém em quem possa pedir ajuda. A criança jovem, vulnerável, inexperiente precisa lidar sozinha, num meio familiar frio, que não lhe dá apoio, com conflitos explosivos e com a culpa extrema gerados pelo incesto (FORWARD; BUCK, 1989, p.32).

De acordo com os autores supracitados, compreendemos que em meio a sua necessidade de amor, ao seu envolvimento aparentemente voluntário, a criança além de estar na condição de vítima sexual, carrega também a responsabilidade pela guarda do segredo, o dever de manter as aparências, não falar e proteger seu abusador, transportando para si sentimentos esmagadores de responsabilidade e de culpa pela ocorrência do abuso.

No que se refere às *mães* pertencentes a famílias incestogênicas elas podem apresentar-se como protetoras e não protetoras. Segundo estudos realizados (FORWARD;BUCK, 1989; FURNISS, 1993; CRAMI, 2002) nas famílias em que ocorre abuso sexual contra crianças e adolescentes, as mães normalmente têm o papel de *progenitor não-abusivo*, cuja função de proteção é essencial para evitar a ocorrência prolongada do abuso sexual.

No que tange às mães protetoras, Furniss (1993) analisa que situações de abuso sexual também ocorrem nas famílias que têm um relacionamento próximo e protetor para com as filhas, porém, o ato abusivo não continuará através dos anos, porque estas mães confiam no relato da(s) filha(s) e geralmente tomam medidas para protegê-las induzindo a revelação do abuso sofrido.

Quanto às mães não-protetoras, Furniss (1993) afirma que estas não são boas cuidadoras de suas filhas apesar de aparentarem ser muito próximas e carinhosas. A distância da díade mãe-criança e/ou adolescente vem à tona nas questões de proteção contra o abuso sexual, sendo que, “quando as crianças tentam indicar abertamente que está acontecendo

abuso sexual, as mães ou desconsideram essas declarações ou não levam a sério suas filhas(os)” (FURNISS, 1993, p.53).

Forward e Buck (1989) relatam que as mães, de alguma forma estão envolvidas na relação sexual incestuosa, e representam provavelmente oitenta a noventa por cento de todas as mães de vítimas. Dessas mães participantes seis por cento tem uma participação ativa consciente, porém a mãe da vítima típica participa do abuso de maneira inconsciente, sendo então chamada de cúmplice silenciosa.

Os referidos autores descrevem que a cúmplice silenciosa típica é aquela incapaz de manter qualquer tipo de relação generosa, afetuosa, com seu marido ou com sua filha. Muitas vezes se afasta da família numa tentativa de se livrar de suas obrigações emocionais, e pode ficar deprimida ao perceber que não é mais tão jovem e atraente como costumava ser, além de invejar ou ficar ressentida com a juventude e a sexualidade nascente de sua filha. Esse abandono emocional da família muitas vezes faz com que o marido e a filha procurem refúgio emocional um com o outro.

O que a distingue é sua tendência a lidar com seus problemas transferindo-os para a filha. Inconscientemente, ela abdica de seu papel materno, passando gradativamente para a filha os deveres que se tornaram desagradáveis, da manutenção da casa ao sexo com o marido (FORWARD; BUCK, 1989, p.56).

A mãe que participa ativamente do incesto tende a ser uma mulher dependente, sendo que no início ela se apóia no marido, mas à medida que sua filha assume uma responsabilidade cada vez maior pelos afazeres domésticos a mãe passa a depender dela. Desta forma, ela começa a se sentir ressentida em relação à filha, como se esta, em lugar de estar sendo pressionada a assumir cada vez mais o papel materno, estivesse apoderando-se indevidamente desses privilégios.

À medida que esse ressentimento cresce, a mãe desenvolve uma forte hostilidade em relação à filha, o que faz com que esta se aproxime do pai e com que a mãe passe a desejar ver a filha punida e humilhada (FORWARD; BUCK, 1989, p.60).

Com relação à dinâmica da família incestuosa, podemos dizer que o abuso sexual possui uma lógica particular, a qual favorece a sua permanência por anos a fio no seio familiar, como demonstram algumas investigações (FURNISS, 1993; FOWARD; BUCK, 1989; COHEN, 1992; 1997) as quais indicam que abusadores sexuais foram, provavelmente, também vítimas de violência física e sexual em sua infância, iniciando-se aí a trama que poderá permitir que o abuso sexual se estenda por várias gerações de uma mesma família.

A este respeito Azevedo e Guerra (s/d) analisam que na dinâmica destas famílias geralmente percebe-se uma fronteira organizacional pouco permeável ao exterior, por conseqüência, apresentam relações exteriores rarefeitas e pouco consistentes. Simultaneamente

As relações intrafamiliares são rígidas, estruturadas no princípio da homeostase, segundo o qual qualquer mudança é considerada um terror a evitar. A família incestogênica é, portanto, uma família resistente a mudanças (AZEVEDO; GUERRA, s/d., p.11).

As referidas autoras destacam que a constelação de forças configura uma verdadeira ditadura familiar, sendo que o poder exercido se encontra, sobretudo, na figura do pai (patriarca) ou seu representante, que elabora as leis de forma absolutista e as transgride na medida de seus interesses e desejos. Sobre estas leis ficam submetidas às figuras mais fracas: vítima, irmãos, e na maioria das vezes, a mulher.

O ideário e as práticas familiares incluem como regras de ouro: o respeito incontestável à autoridade do pai de família, a obediência necessária dos filhos, a discriminação entre papéis de gênero com conseqüente defesa da mulher – e a noção de criança é tida como objeto sexual do poder masculino (AZEVEDO; GUERRA, s/d., p.11).

De acordo com Furniss (1993) nas famílias em que ocorre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, observa-se que as fronteiras intergeracionais²³ foram rompidas em certas áreas de funcionamento familiar e permanecem inatas em outras. A inversão da hierarquia familiar entre pais e filhos em algumas áreas, leva a incoerência entre diferentes níveis de funcionamento familiar, o que desorienta e perturba a criança. No nível do cuidado prático, não parece haver diferença nos padrões das famílias com abuso sexual e os de outras famílias. No nível sexual, contudo,

A dependência estrutural da(o) filha(o), enquanto criança, opõe-se ao seu papel de parceiros pseudo-iguais no inadequado relacionamento sexual intergeracional com a pessoa que abusa. Em termos de dependência emocional, o pai está em um mesmo nível de imaturidade, semelhante ao da criança (FURNISS, 1993, p.50).

No que refere-se a distribuição de papéis entre pais e filhos, Cohen (1997) considera que as funções familiares são alteradas, isto é, o pai passa a ser o marido, a mulher perde a função de esposa e de mãe, e a filha deve exercer simultaneamente a função de esposa do pai e de mãe de suas irmãs. Desta forma, “a filha afetada assume uma grande quantidade de funções parentais, enquanto os pais mantêm uma aparência da suposta competência de seus papéis” (COHEN, 1992, p.76 *apud* BORBA, 2004).

O padrão de relacionamento não deixa claras as regras de convivência, sendo que a comunicação não é aberta, o que envolve dinâmicas fortemente estruturadas em segredos, com o objetivo de manter a coesão do grupo familiar. As demonstrações de afeto, quando existem, tendem a ser confundidas com doses de erotismo, conforme Furniss (1993, p.50):

²³ Ou seja, os limites e regras que permitem a diferenciação entre as gerações.

quando uma criança vem em busca de cuidado emocional, ela recebe uma resposta sexual. Mais tarde, as crianças que sofreram abuso sexual, em sua confusão entre cuidado emocional e experiência sexual podem apresentar comportamento sexualizado, quando na verdade querem cuidados emocionais.

A negação é um dos principais mecanismos de defesa utilizado pela família incestogênica. Segundo dados do CECOVI²⁴ (2004, p.26) a negação pode variar de acordo com os autores envolvidos:

O pai considera o incesto como educação para seus filhos; quando o abusador é o pai, a mãe na maioria dos casos fica sabendo, entretanto é incapaz de reconhecer e processar os óbvios sinais de incesto; e a criança pode utilizar a negação para diversos fatores, dentre eles, como proteção contra a vergonha e a culpa, para obscurecer a perversão do pai e preservar a família.

É importante afirmar que nem todas as famílias com o perfil até agora traçado cometem incesto, por isso é que se faz necessário tomar cuidado para não tirar conclusões precipitadas, que possam estigmatizar ainda mais este tipo de família. É de suma importância saber que as pessoas que praticam violência sexual intra e/ou extrafamiliar contra crianças precisam ser responsabilizados pelos seus atos, porém elas também carecem de ajuda a fim de que não os repitam e aprendam a respeitar os direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

No que se refere às conseqüências do abuso sexual incestuoso, muitas vezes os sentimentos relacionados ao ato sexual podem ser negados ou reprimidos, como é o caso de crianças e adolescentes vítimas que fingem não serem elas e tentam ver o abuso a distância, outras tentam entrar em estado alterado de consciência como se estivessem dormindo e pensam que o abuso foi um sonho, e outras ainda dissociam o corpo dos sentimentos, algumas negando a existência da parte inferior do corpo (BRASÍLIA, 2003; FURNISS, 1993).

²⁴ CECOVI – Centro de Combate a Violência Infantil. Curitiba/PR. Curso de Capacitação no Enfrentamento à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes por nós realizado no ano de 2004.

O abuso incestuoso é traumático para qualquer vítima, independente de cor, raça, idade, etnia, e/ou classe social sendo vivido e revivido com profunda comoção e mantido através do segredo, em que a revelação é um processo extremamente difícil porque põe em jogo os laços e vínculos da família, sua própria dinâmica e, por vezes, sua própria existência. Furniss (1993) analisa que o segredo se une à confusão de hierarquias nos diferentes níveis de cuidado prático, cuidado emocional, parceria sexual entre os pais, assim como entre os progenitores e a criança. A confusão sistêmica de hierarquias nos diferentes níveis funcionais em um sistema de segredo une os membros da família em um sistema conivente, em que o abuso pode continuar por muitos anos.

O que ocorre é que independente do abuso sexual ser incestuoso ou não, ele produz diferentes implicações sobre todas as crianças e adolescentes que a ele são submetidos. Deve-se considerar que indivíduos ou grupos de indivíduos respondem aos estímulos do meio de forma singular, ou seja, as conseqüências dos abusos sexuais dependem de numerosos fatores que se embaraçam, dentre eles: o contexto no qual o incesto ocorre, isto é, a situação da criança em sua família; o elo que une a criança e o agente abusador; o tipo de abuso sexual imposto à criança; a idade e a maturidade da vítima; o tempo de duração do abuso; formação e manutenção do segredo etc.

Em uma pesquisa comparativa realizada entre ex-crianças de rua de Nova York e São Paulo (SANTOS, 2002 In: BRASÍLIA, 2003, p.63) constatou-se que os ex-jovens de rua de Nova York viveram sua experiência de abuso sexual como um terrível trauma que marcou quase definitivamente suas vidas. Em contrapartida, os jovens brasileiros descreveram como uma experiência muito ruim, mas disseram que já superaram ou estavam lutando para superá-la.

A fim de elucidar as informações supracitadas recorreremos a alguns autores, tais como Grunspun (s/d., p.01) o qual indica o termo resiliência²⁵ para referenciar a capacidade de se recuperar ou ser imune psicologicamente quando se é submetido à violência de outros seres humanos ou das catástrofes da natureza. Segundo Yunes (2003)²⁶ o termo resiliência freqüentemente é utilizado para referenciar o processo que explica a superação de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações.

Avaliamos que o abuso sexual incestuoso é um problema familiar altamente destrutivo, que se inscreve numa relação interpessoal e assimétrica de poder. Sua devastação é maior que a das violências sexuais não incestuosas contra crianças e adolescentes, uma vez que se insere na constelação das emoções e dos conflitos familiares. Devemos ainda considerá-lo não apenas como uma relação sexual entre duas pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse impedi-lo. Conforme Imber-Black (1994)

Há, naturalmente, uma boa razão para rompermos o aprisionamento do silêncio e os segredos dolorosos. O segredo do incesto, se deixado fermentando dentro do indivíduo ferido, distorce a sua experiência de vida e freqüentemente leva à angústia da doença emocional e à dor psíquica implacável (IMBER-BLACK, idem, p.185).

A referida autora aborda cuidadosa e metodicamente os segredos vinculados ao abuso sexual incestuoso, uma vez que são complexos e duradouros. Refere que:

²⁵ O autor refere que o termo é emprestado da física, sendo que quando uma barra é submetida a forças de distensão até seu limite elástico máximo tende a voltar ao seu original quando estas forças deixam de atuar; é uma força de recuperação. Resiliente, de acordo com o autor, é o indivíduo que por apresentar resiliência, se recupera psicologicamente de traumas, estressores ou catástrofes e não se torna vítima.

²⁶ A autora ratifica que na língua portuguesa, a palavra resiliência, aplicada às ciências sociais e humanas, vem sendo utilizada há poucos anos. Neste sentido, seu uso no Brasil ainda se restringe a um grupo bastante limitado de pessoas de alguns círculos acadêmicos. Muitos profissionais da área da Psicologia, da Sociologia ou da Educação nunca tiveram contato com a palavra e desconhecem seu uso formal ou informal, bem como sua aplicação em qualquer das áreas da ciência. Por outro lado, profissionais das áreas da Engenharia, Ecologia e Física, e até mesmo da Odontologia, revelam certa familiaridade com a palavra, quando ela se refere à resistência de materiais. Nos diferentes países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, a palavra resiliência vem sendo utilizada com freqüência, não só por profissionais das ciências sociais e humanas, mas também em referências da mídia a pessoas, lugares, ações e coisas em geral (YUNES, 2003, p.76).

Como o naturalista que ingressa com sucesso no habitat da criatura selvagem observando e sendo observado, os profissionais desta área devem encontrar modos de criar um ambiente relativamente seguro, no qual o segredo do incesto possa ser revelado como parte de um relacionamento genuíno (IMBER-BLACK, 1994, p.198).

Os elementos que colaboram para que as situações de abuso sexual sejam mantidas em silêncio durante muito tempo serão explicitados no próximo item.

1.3.2 O incesto: sedução, culpa e segredo

"[...] as crianças confiam nos adultos. Confiam como uma bússola ou um oráculo. Agarram-se a seus atos e palavras como uma bóia no oceano ameaçador de uma vida à qual recém foram apresentadas."

Rafaela Brum

A análise da violência intrafamiliar em suas várias manifestações, como a prática do abuso sexual justamente por parte dos indivíduos encarregados formalmente pela proteção das crianças ou adolescentes, atrelado à coerção, a submissão, medo, culpa e ao silêncio ocupa espaço central neste trabalho.

Como vimos anteriormente, a literatura aponta que nem sempre as situações de abuso sexual incestuoso são estabelecidas por meio de atos de violência física, sendo que o abusador pode fazer uso de outras estratégias muito mais eficazes para seu intento, como por exemplo: *a sedução, a culpa e o segredo*. Pode-se dizer que as estratégias, no entanto variam de caso para caso, isto é, os agressores sentem-se capazes de identificar as crianças vulneráveis e aproveitar-se dessa vulnerabilidade para abusar sexualmente delas, e desta forma também, fomentar o segredo.

De acordo com Lamour (In: GABEL, 1997) falar de abusos sexuais de adultos contra crianças nos confronta com uma situação na qual nos deparamos com dois parceiros

que possuem funcionamento assimétrico e características físicas, evidentemente, bem diferentes. É por isso que, a fim de especificar a diferença de funcionamento entre criança e adulto, a autora (idem) faz uso do termo *sensualidade* para falar da sexualidade da criança, uma vez que este tem por objetivo reconhecer o aspecto de excitações e prazer a ela ligados. O termo *sensualidade* é considerado por ela mais adequado, pois sua conotação traz uma carga menor de sexualidade adulta que o termo “erotismo” evoca.

As cenas de *sedução*, segundo Laplanche e Pontalis (1988, p.610) são definidas como:

cenas reais ou fantasmáticas em que o indivíduo (geralmente uma criança) sofre passivamente por parte de outro (a maioria das vezes um adulto) propostas ou ‘manobras sexuais’ [...]. Dizer que a cena de sedução é vivida passivamente pela criança não significa apenas que o indivíduo tem um comportamento passivo nessa cena, mas ainda que a suporta sem que ele possa evocar nela qualquer resposta, sem que ela faça eco a representações sexuais.

Entretanto, ressaltamos que cada criança responde diferentemente aos ataques abusivos, ou seja, suas características pessoais somadas às estratégias utilizadas pelo abusador é que irão definir seu comportamento perante o a experiência abusiva.

Segundo Saffioti (1995a, p.24 *apud* BORBA, 2004) a criança envolvida na trama de sedução, não consegue distinguir entre manifestações de carinho e de desejo sexual. Sobre isso, a autora ressalta que:

a criança pode consentir, porque não tem capacidade de discernir. Então o que vai acontecendo com a criança é um envolvimento emocional crescente, e, é claro, de prazer também. Nós precisamos deixar de lado o preconceito, dizendo que a menina que sofre abuso sexual é uma sofredora [...], ou seja, que não sente prazer nenhum [...] O que acontece com essa menina ou com a criança que foi aos pouquinhos sendo seduzida pelo adulto? Num certo momento, ela percebe que aquela relação está encaminhando para um sentido que é proibido, que é tabu, mas já está envolvida e não se percebe mais como vítima e sim como co-participante daquela relação. Aí vem a culpa.

A respeito da sedução ainda, Rouyer (In: Gabel, 1997) contribui enfatizando que juntamente com as primeiras tentativas de sedução por parte do adulto, geralmente somam-se ameaças para forçar a criança a submeter-se ao abuso.

O que ela pode aceitar aos quatro ou cinco anos de idade como uma brincadeira secreta, conforme lhe dizia o adulto, torna-se uma relação imposta, da qual, pouco a pouco, toma consciência (ROUYER In: GABEL, 1997, p.66).

A *culpa* é outro aspecto bastante presente nas relações incestuosas. A vítima, sobretudo nos casos em que o abusador fez uso de estratégias de sedução, sente-se culpada por ter se deixado envolver por este. O abusador também se sente culpado por não resistir aos impulsos, diz Furniss (1993), mas na grande maioria dos casos, este sentimento não é assumido conscientemente. O progenitor não-abusivo, por outro lado, pode culpar-se por não ter protegido a vítima.

Furniss (1993) destaca que a culpa é formada pelo componente legal e pelo componente psicológico. O componente legal refere-se “à responsabilidade legal da pessoa que cometeu o abuso como figura parental, como um resultado da dependência estrutural da criança no abuso”. Já o elemento psicológico veicula-se “ao aspecto relacional da participação e resulta do fato de que a pessoa que cometeu o abuso e a criança estão igualmente envolvidas no abuso em termos interacionais” (FURNISS, 1993, p.17). A distinção entre os componentes legal e psicológico da culpa significa que somente o abusador pode ser considerado culpado. O autor acrescenta que:

a experiência da criança como participante no abuso explica como as crianças que sofreram abuso prolongado frequentemente expressam fortes sentimentos de culpa, independentemente do grau de cooperação e da vontade de participar do abuso. O sentimento de culpa da criança origina-se de seu senso equivocado de responsabilidade, que ela deriva do fato de ter sido uma participante no abuso. Essa confusão muitas vezes é reforçada pelas ameaças da pessoa que cometeu o abuso, de que a criança será responsável pelas conseqüências se revelar o abuso (FURNISS, 1993, p.17).

Falar da culpa é referir-se a uma instância moral que se estabelece sobre o que é bom ou mal diz, Lamour (In: GABEL, 1997). Essa instância é primeiramente externa ao sujeito, ou seja, são os valores morais dos pais e os valores morais da sociedade. A culpa está muito presente na criança em razão de diversos mecanismos, aos quais se deve acrescentar um específico: a identificação com o agressor. Ferenczi (1993, *apud* LAMOUR) descreveu-o, precisamente no seu quadro das situações incestuosas:

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente dessa maneira: um adulto e uma criança se amam; a criança tem fantasmas lúdicos, como o de desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. Esse jogo pode ganhar um contorno erótico, mas, não obstante, permanece sempre no nível de ternura. O mesmo não acontece com os adultos que têm predisposições psicopatológicas. Confundem a brincadeira da criança com os desejos de uma pessoa já sexualmente madura e deixam-se envolver em atos sexuais sem pensar nas conseqüências (FERENCZI, 1993, p.130 *apud* LAMOUR IN: GABEL, 1997, p.50).

Ferenczi (1993, *apud* LAMOUR In: GABEL, 1997, p.50) descreve que o “primeiro movimento da criança após o abuso sexual é o de uma resistência violenta de recusa, ódio ou nojo, isto é, algo parecido seria a reação imediata se a vítima não fosse inibida por um medo intenso.” O que ocorre, segundo o autor (*idem*), é que as crianças sentem-se física e moralmente indefesas, tem sua personalidade ainda muito fraca para que protestem, mesmo em pensamento, a força e a autoridade esmagadora dos adultos as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência.

Para Summit (1983 *apud* LAMOUR In: GABEL, 1997, p.54) os adultos, na grande maioria das vezes, não compreendem os comportamentos da criança neste momento específico.

Para eles, trata-se de comportamentos contrários à natureza, opostos a sua expectativa, ou seja, à projeção de sua própria reação enquanto adultos (protestos, recusa, movimento defensivo) sendo assim, duvidam muitas vezes da palavra da criança e a acusam de ser mitômana²⁷.

Para Summit (1983 *apud* LAMOUR In: GABEL, 1997, p.54), a criança aparece duplamente como vítima, em primeira instância por sofrer o abuso sexual e em segunda pelo descrédito dos adultos.

De acordo com Furniss (1993) o abuso sexual referencia que, particularmente a criança deve ser vista como um ser estruturalmente dependente de adultos e imatura no nível desenvolvimental. Esta combinação significa que a criança é capaz de achar que tudo o que o adulto responsável faz é bom para ela e vai favorecer o seu desenvolvimento. No caso do abuso sexual, mesmo a criança tendo noção de que o que aconteceu é errado, sofre influências que a impedem de revelar o segredo, quais sejam: a participação na interação do abuso (ativa ou passiva); a culpa (ligada ao sentimento de cumplicidade); as implicações da acusação (verbalização da ocorrência); os fatores ligados ao segredo, à vergonha e ao medo.

A abordagem do *segredo* relacionada ao abuso sexual de crianças, feito pelo autor (*idem*) é referenciada como uma “*síndrome de segredo*”. Esta síndrome engloba três fatores de forma interativa, a saber: fatores externos, fatores interacionais do abuso e fatores psicológicos. Os *fatores externos* dão conta de condições controladas pela pessoa que abusa, como a falta de evidências médicas ou materiais; e circunstâncias externas responsáveis por fazer desacreditar a palavra da criança, ou mesmo estimulá-la de não falar. Tais circunstâncias incluem o silêncio esperado das regras do segredo; tentativas de revelação frustradas;

²⁷ Crianças “fabuladoras”, ditas mitômanas, que fazem acusações infundadas de agressão sexual, contra esta ou aquela pessoa e às vezes até contra o pai. Vale ressaltar que de acordo com a nossa experiência de estágio realizada no SOS Criança, bem como a literatura acessada, estes casos aparecem muito raramente em comparação com o os demais.

mentiras obtidas por ameaças e/ou ganhos secundários; e, ansiedades ligadas a conseqüências de uma revelação.

Dentre os *fatores interacionais*, Furniss (1993) destaca a negação do abuso, quando a criança não percebe a comunicação inconsciente deste, de forma diversa da mentira, quando a criança está consciente do abuso, mas mente sobre ele, baseada nos fatores externos. A anulação da interação abusiva dá-se em três níveis: 1) contexto do abuso: as crianças freqüentemente descrevem como o abuso ocorria em silêncio, ou sem qualquer contato visual, ou em total escuridão e com as cortinas fechadas; 2) transformação da pessoa que abusa em “outra pessoa”: acontecerá quando a criança estranhar o comportamento diferente da pessoa que dela abusa, uma vez que este fará gestos incomuns, apresentará voz alterada e comportamento físico estranhos, ligados ao fato de estarem excitados sexualmente. Esta “outra pessoa” é responsável pela desagregação entre a realidade e aquilo que a criança consegue nomear, uma vez evitado o reconhecimento claro do que aconteceu; e 3) o último nível, dos rituais de entrada e de saída do abuso, gera um espaço de tempo - o tempo do abuso - que parece não ter existido²⁸.

Como *fatores internos*, Furniss (1993) elenca a acomodação, a síndrome do campo de concentração, e a excitação sexual. A acomodação pode ser compreendida como um processo de adaptação psicológica àquilo que é intolerável, através de estruturas psicológicas básicas que permitem a sobrevivência psíquica à custa de percepções distorcidas da realidade vivenciada. Como resultado, a criança atua uma pseudonormalidade, e a realidade não tem status de “abuso”. Algumas das estratégias psicológicas adaptativas incluem olhar à distância, entrar em estados alterados de consciência como se estivessem dormindo e simular que a parte do corpo tocada não existe.

²⁸ Como uma metáfora para o abuso, algumas poucas palavras, na maior parte das vezes desprovidas de conteúdo sexual, ou sinais, comunicam o abuso.

Como uma síndrome do campo de concentração, as crianças podem apagar da memória o abuso, e as lembranças voltam como *flashbacks*. Tal adaptabilidade é oriunda da condição de a criança ser forçada a viver com seu perpetrador, como os judeus nos campos de concentração nazistas.

A excitação sexual, a gratificação secundária e a formação de vínculos sexualizados contêm elementos positivos de experiência positiva no abuso sexual. Eles contribuem para o comportamento extremamente leal de algumas crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual (FURNISS, 1993, p.36).

Aos olhos deste autor a força do segredo motiva a não revelação do abuso e envolve quatro personagens: a pessoa que abusa, a criança vítima, a mãe e os profissionais. A pessoa que abusa está motivada a não falar movida pelo grau de ameaças objetivas de punição, e a atitude legal e social em relação às pessoas que abusam, “uma resposta punitiva aumenta a motivação das pessoas que abusam para manter o segredo” (FURNISS, 1993, p.42). A criança muitas vezes está motivada a não falar por não ter sido acreditada, por ter sido castigada, por temer as conseqüências de uma revelação, pelas ameaças de desastres por parte da pessoa que abusa, ou por ter vivenciado experiências como bodes expiatórios em tentativas anteriores de revelar.

A figura materna não está motivada a romper o segredo, porque teme perder o parceiro, teme rupturas familiares, perdas financeiras, por lembrar seu passado, uma vez que muitas foram crianças vítimas, por ser questionada em seu papel maternal na manutenção do abuso e por entender a ação dos serviços de proteção como mais danosos do que positivos para ela e a família.

Diante de tais impedimentos à revelação do abuso e o subsequente fim do abuso, o mesmo autor enfatiza, como fundamental, um cuidado especial na intervenção dos profissionais envolvidos que buscam a revelação: a abordagem dos medos subjacentes, das ameaças e a subsistência material da família.

Quanto aos profissionais, a capacidade de manejo pessoal e profissional sobre o assunto, o apoio para atuar nele, o conhecimento sobre o assunto e uma estrutura material para o trabalho são critérios fundamentais para garantir uma intervenção adequada. “Nós enviamos constantemente mensagens muito sutis a clientes e famílias sobre aquilo que eles podem e aquilo que eles não podem nos contar” (FURNISS, 1993, p.43).

No abuso sexual da criança como síndrome de segredo, as crianças precisam de permissão e licença explícita para comunicar o ocorrido, o que faz com que a revelação dependa de um “processo psicológico” que elabore esta permissão para comunicar, enfraquecendo a síndrome do segredo. De acordo com Furniss (1993) dar as crianças permissão explícita para comunicar²⁹ sobre o abuso sexual significa dirigir-se abertamente a todas as possíveis ansiedades que podem motivar a criança a não revelar.

Estabelecer o abuso como um fato é primordial para a vítima e sua família, o que significa nomear a realidade criando uma realidade psicológica. “Sem as palavras, faladas claras e audivelmente, o abuso não existe” (FURNISS, 1993, p. 45). Os passos seguintes implicam criar e manter tal realidade, em que “nomear o abuso em voz alta tem, para os profissionais, o efeito, às vezes surpreendente, de que a pessoa que pronuncia as palavras passa a ser vista como a pessoa que cria o abuso” .

O autor chama de “evento nomeador” o rompimento do segredo, e serve como um ponto de referência duradouro para manter o abuso como realidade, quando os membros da família se sentem arrastados de volta para o segredo e a negação.

É preciso entender também o processo de comunicação entre o inconsciente e o segredo: muitas tentativas de comunicar um abuso incluem desenhos, cartas ou redações, às vezes consideradas fantasias sujas ou comuns à determinada idade, devem ser tratadas com

²⁹ Tal permissão inclui respostas para todas as ansiedades e algumas das alternativas para enviar mensagens para a criança são o uso da terceira pessoa, a história de outra pessoa e, filmes ou atividades de prevenção. Muitos profissionais evitam a abordagem do assunto, por não saberem o que fazer em uma situação. (FURNISS, 1993, p. 45)

cautela, e no caso de a criança sugerir eventos abusivos, o profissional deve explicitar a permissão para falar, diz Furniss (1993).

Perrone e Nannini (1997) também caracterizam o segredo como parte crucial do processo abusivo, em que os fatos do abuso ficam escondidos no campo familiar, e o vivido não deve ser comunicado. Os autores atribuem uma diferença importante ao segredo e ao pacto, sendo o primeiro implícito e o segundo explícito, isto é, o pacto é um acordo desigual de não revelação do abuso sexual. Sustentado por ameaças de vingança e por conseqüências do rompimento do pacto, não oferece aberturas para negociações. Desta forma, mesmo quando o segredo se rompe, não há rompimento do pacto e a vítima continua se sentindo obrigada a negar.

Um dos legados do segredo e do pacto, conforme Rech (2005, p.45) é a responsabilização da vítima em relação aos fatos familiares. Um processo de desvelamento³⁰ de abuso implica no empenho da criança em poder negar, para manter a imagem de família “normal”. Mais amiúde, a vítima também poderá conviver com a sensação de ser depreciável e culpada pelo abuso.

Imber-Black (1994) contribui para a análise dos segredos na família, alertando para a superficialidade e a supersimplificação com que o segredo é abordado. A autora (Idem) aborda o segredo de forma ampla, ou seja, as várias formas de segredo no universo familiar - desde segredos sobre o incesto até os segredos sobre a morte - no tocante ao *conteúdo*, ao *significado*, *efeitos*, *sintomas* e sua *localização*. Conforme a autora:

³⁰ Em sua Dissertação de Mestrado, Rech (2005) denomina o desvelamento como o processo pelo qual um abuso sexual se torna perceptível para aqueles não envolvidos no segredo: familiares conviventes ou não, profissionais da rede de atendimento, pessoas da comunidade, amigos, operadores dos serviços de proteção e dos órgãos de responsabilização. O processo encadeia pessoas diferentes em forma de circuitos, capazes de interceptar o próprio abuso, ou não, além de influenciar mudanças na vida da criança - protetoras ou não. O desvelamento pode incluir elementos materiais, testemunhais, emocionais, comportamentais e outros, e, identificados e interpretados, respondem mesmo de forma incompleta às questões: Quem? Quando? Onde? O quê? Como? Para maiores informações, consultar: RECH, Lillian Keli. Abrindo a Caixa de Pandora: O desvelamento do abuso sexual contra a criança e o adolescente. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

segredos são fenômenos sistêmicos. Eles estão ligados ao relacionamento, moldam as díades, formam triângulos, alianças encobertas, divisões, rompimentos, definem limites de quem está 'dentro' e de quem está 'fora' e calibram a intimidade e os distanciamentos nos relacionamentos (IMBER-BLACK, 1994, p.21).

Os triângulos moldados pelos segredos podem tornar-se sobremaneira problemáticos, uma vez que a existência da díade que mantém o segredo torna-se, em si mesma, um segredo. Os triângulos familiares formam as lealdades familiares vigilantes para evitar qualquer revelação que, neste contexto, são considerados atos extremos de deslealdade.

De acordo com a autora, os segredos perigosos como é o caso do abuso sexual, com frequência são estabelecidos e mantidos por pessoas detentoras de maior poder relacional tanto físico como social, pelo uso da intimidação e até mesmo pelo anúncio de seu suposto e oportuno "direito à privacidade"³¹. Desta maneira, estas pessoas definem hierarquias nos relacionamentos, a partir do *conteúdo* do segredo. No conteúdo dos segredos encontramos as origens dos estigmas, vergonha, medo da revelação e dissolução familiar, mas também, é onde encontramos o alvo da manutenção do próprio segredo.

Alguns segredos podem ser positivos, como os temporários relacionados a rituais, tais como festas de aniversário, ofertas de presentes, segredos de adolescência nos processos de diferenciação, segredos carinhosos sobre vulnerabilidades entre casais, ou aqueles que as pessoas oprimidas guardam de seus opressores, garantindo-lhes fonte de conexão e vida. Os segredos nocivos têm na bagagem sintomas debilitantes e desgaste da confiança no relacionamento. Especialmente os segredos de abuso sexual e físico, além de nocivos, são perigosos, carecendo de intervenção imediata, escreve a autora.

Sobre os *significados* dos segredos Imber-Black (1994) diz que geralmente derivam dos conceitos sociais de uma determinada cultura, por isso, quaisquer segredos

³¹ Imber-Black (1994, p. 31) diferencia segredo e privacidade: "Qualquer informação que afete diretamente o bem-estar de um indivíduo, mas está sendo retido, dele mesmo ou de outros que podem efetuar a proteção necessária, assume uma dimensão de segredo, não de privacidade". A autora lembra que os segredos mais perigosos, os de violência e abuso, são mais frequentemente mantidos por pessoas mais poderosas física e socialmente, sob a justificativa de direito à privacidade.

podem ter múltiplos significados dentro de uma família. Uma mudança de significado pode por fim a um segredo. É o exemplo da adoção, a qual quando estava ligada à vergonha e estigmas pela ilegitimidade legal e cultural, era escondida por segredos. Os movimentos sociais e os meios de comunicação podem contribuir para alterar o significado e desafiar o segredo.

Roberts (1994) descreve cinco *efeitos* principais na guarda de segredos localizados nas famílias: 1.Distorções de percepção e comunicação. 2.Estabelecimento de pseudovínculos e distanciamentos negativos. 3.Ocorrência de processos familiares patológicos. 4.Esgotamento de recursos familiares. 5.Manutenção de ansiedades.

Imber-Black (1994), ressalta que os *sintomas* do segredo podem “ficar em segredo” na pessoa sintomática (como o alcoolismo); podem ser metáforas do segredo como em alguns casos de bulimia ou, ainda, histórias contadas na terceira pessoa por adolescentes podem ser alternativas metafóricas para falar sobre coisas que não podem ser ditas. Pode-se dizer ainda, que os sintomas de ansiedade, distração e culpa favorecem a manutenção do segredo.

A autora interpreta que um segredo pode estar localizado dentro de um indivíduo, envolvendo pensamentos, sentimentos ou ações sobre os quais a pessoa jamais falou com outra. Esta *localização* secreta freqüentemente corrói a auto-estima e a capacidade do indivíduo para confiar nas respostas de outras pessoas, porque aquele que mantém o segredo geralmente sente que “se outros realmente soubessem, deixariam de gostar de mim, poderiam desrespeitar-me, detestar-me etc”. (IMBER-BLACK, 1994, p.32).

Imber-Black (1994) diz que a localização do segredo dentro do círculo parental mais próximo pode ainda isolar o segredo do mundo exterior e criar subsegredos individuais, responsáveis por distanciar as pessoas. Existem outras localizações que incluem outras pessoas, como por exemplo, os profissionais. As ações de realocação de um segredo podem

conduzir à revelação, que precisa ser cuidadosa. Minimamente, a revelação segura precisa de um ambiente suficientemente seguro, certo preparo em relação às conseqüências imaginadas, definição de risco em revelar e possível necessidade do uso de símbolos para comunicar o incomunicável.

Mason (1994 *apud* RECH, 2005, p.48) acredita que os segredos ligados ao sexo são infinitamente maiores que os demais, relatando sobre uma enquete realizada entre 125 pessoas que assistiam a uma conferência sua, sobre um segredo em sua família, sendo que 124 respostas indicaram assuntos relativos ao sexo. Segundo a autora, nem todos eram vergonhosos, mas todos eram considerados *fontes de vergonha*. A vergonha está ligada ao segredo, e é geralmente internalizada pela vítima, e não pelo agressor. A autora entende a criança como detentora de grande potencial para a guarda de segredos na família, uma vez que costuma ser socializada para não ir além dos limites do que provoca ansiedade para aqueles de quem depende.

Para Mason (1994 *apud* RECH, 2005, p.48), a própria dependência infantil apóia a aprovação das regras familiares implícitas. Três condições atuam para esta adesão: a necessidade de entender e extrair sentido das coisas, geralmente intermediado por outrem; a capacidade limitada para dar sentido às coisas; e a dependência de cuidados dos responsáveis familiares, que o fazem com critérios pessoais convenientes.

Segundo Oliveira (2003) o abuso sexual intrafamiliar envolve dinâmicas fortemente estruturadas em segredos, com o objetivo de manter a união do grupo familiar. O segredo, no âmbito familiar, desencadeia não só a união familiar no sentido positivo, de proteção, afeto e confiança, mas também, e principalmente, a união familiar em torno de aspectos agressivos e inaceitáveis, em que a mulher encobre o companheiro, a filha encobre o pai, e assim sucessiva e reciprocamente, pondera o autor. Em síntese,

O segredo vem da censura, da auto-crítica, vem do medo da rejeição, do medo de perder os vínculos familiares, das ameaças, da ambivalência em relação ao agressor, vem, enfim, das mais diferentes fontes (OLIVEIRA, *idem*, p.140).

Faleiros (2003b, p.19 *apud* RECH, 2005, p.52) inscreve o abuso sexual nas estruturas de poder social, refletidas e reproduzidas nas relações afetivas, na sexualidade e nas relações de poder na família. Ideologias autoritárias, machistas e preconceituosas resultam em relações de força impostas sob a proteção do silêncio.

Esses pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades e profissionais, encobrem situações de abuso sexual, desqualificando revelações verbais e não verbais das vítimas, negando evidências e sinais, em nome de fidelidades, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais e da Justiça. Silêncios, sigilos e pactos esses que vêm servindo para ocultar a frequência e a extensão do fenômeno da violência sexual, bem como dificultando o estudo, o conhecimento e o enfrentamento dessa problemática (FALEIROS, 2003b, p.19 *apud* RECH, 2005, p.52)).

Faleiros (*idem*) afirma que romper com os pactos de silêncio do abuso sexual é o primeiro e decisivo passo para o enfrentamento da questão, um dos maiores desafios para as vítimas e para aqueles que têm conhecimento do fenômeno. Esta direção tende a superar a acomodação da sociedade, sustentada pelos pactos e pela impunidade e responsabiliza os adultos enquanto protetores a garantir a sexualidade responsável e protegida.

Diante do exposto, consideramos que elementos como a sedução, a ameaça, a negação, a culpa, a ambivalência³² e principalmente o segredo colaboram para que as situações de abuso sexual sejam mantidas em silêncio durante muito tempo. Julgamos necessário agregar um olhar mais cauteloso acerca do processo de revelação dos abusos sexuais, uma vez que esta não ocorre de forma automática, ou seja, a abertura do segredo do

³² De acordo com o Vocabulário de Psicanálise ambivalência significa a presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, por excelência o amor e o ódio. O termo ambivalência foi por Freud tomado a Bleuler, que o criou. Bleuler considera a ambivalência em três domínios. *Voluntário*: o indivíduo quer ao mesmo tempo comer e não comer, por exemplo; *Intelectual*: o indivíduo enuncia simultaneamente uma proposição e o seu contrário e *Afetivo*: ama e odeia num só movimento a mesma pessoa. Verbetes, *ambivalência*. (LAPLANCHE;PONTALIS, 1988, p. 48)

abuso é doloroso, desgastante e difícil para as vítimas. A criança, em um determinado momento, pode tomar coragem e revelar as situações de abuso sexual ou, por medo de provocar a desagregação da família, tem o silêncio como a única alternativa para manter sua família coesa.

Para finalizar, é importante ressaltar que o mito da família como refúgio sagrado e espaço de proteção é gradativamente desconstruído mediante a apresentação dos dados que seguem no próximo capítulo, cuja síntese encontra-se nos relatos das vítimas de abuso sexual que tiveram a coragem de não mais silenciar a experiência incestuosa sofrida.

CAPÍTULO 2

INCESTO: O SEGREDO MAIS BEM GUARDADO

O recorte temático abarcando especificamente a violência doméstica intrafamiliar, sobretudo o abuso sexual incestuoso - cometido contra crianças e adolescentes – deve-se a nossa experiência de estágio realizada no Projeto SOS Criança de Florianópolis, SC, cujo trabalho permitiu perceber que o abuso sexual, principalmente o cometido por pessoas próximas e conhecidas das vítimas, constitui-se em uma dinâmica fortemente norteadada pelo segredo. Este estudo então, decorre da necessidade de conhecer esta contundente realidade e afastar mitos relacionados ao abuso, possibilitando, assim, que a intervenção profissional do Assistente Social se efetive de maneira adequada e efetiva.

No que concerne ao segredo, foco deste trabalho, embora seja considerado um tema ainda pouco explorado, revela peculiaridades próprias, sendo uma área quase intocada, revelando que os próprios segredos são mantidos em segredo.

Para tanto, antes de revelarmos os resultados da pesquisa documental julgamos necessário discorrer sobre o estudo realizado por Perrone e Nannini (1997) acerca do abuso sexual ocorrido dentro de famílias, o qual indica que crianças abusadas costumam estar dissociadas do mundo que vai além do da sua família, vivendo, de algum modo, uma posição sacrificada e falsamente privilegiada, mantendo o segredo em prol da coesão familiar.

Os referidos autores contribuem para o entendimento da violência intrafamiliar, sobretudo o abuso sexual, caracterizando-o como uma dinâmica própria, capaz de concentrar nove tipos de relações entre seus membros, especialmente entre abusador e vítima. O primeiro

– uma *relação complementar* – que se caracteriza pela desigualdade e por procurar manter a diferença entre o adulto (abusador) e a criança (vítima). Na relação de abuso sexual incestuoso a tendência à imobilidade paralisa as relações, exclui as escapatórias e fecha as saídas: as vítimas têm grande dificuldade para encontrar alternativas e muitas vezes percebem sua situação como fatalidade. O segundo tipo, a *relação desigual*, especifica que o poder é utilizado pelo adulto com fins de dominação e controle da criança, ao mesmo tempo em que serve, especialmente para o proveito sexual. O poder do adulto se reflete em medo para dominar e controlar a criança, sendo que a relação desigual se converte assim, em uma relação abusiva. Na *relação abusiva* – terceiro tipo, o adulto se aproveita de sua vantagem intelectual e física, de sua posição de autoridade e de seu poder para abusar sexualmente de uma criança, sendo, pois o único beneficiário da relação sexual.

El niño está 'programado' para el beneficio sexual del adulto. Cuando el incesto se prolonga durante varios años, lo que es frecuente, la víctima queda atrapada en una telaraña relacional que de a poco carcome su resitencia y sus posibilidades de oposición (PERRONE; NANNINI, 1997, p.106).

A *relação de impostura*, quarto tipo, configura-se quando um adulto se apropria da confiança da criança, a engana e a induz voluntariamente a cometer um erro. O abusador manifesta uma ampla gama de argumentos, porém sempre com uma única intenção: aproveitar-se mediante sua esperteza, do objeto desejado. O adulto faz do abuso sexual um ato de normalidade³³ para a vítima, e progressivamente se apropria de sua sexualidade. O quinto tipo, é uma relação baseada na *perversão da dialética autoridade/responsabilidade* - em que a criança é a responsável pela segurança do adulto e seu silêncio é sua obrigação para garantir a aparente normalidade familiar, mesmo sem dispor de poder geracional. Neste tipo de relação o poder é flutuante, incerto e invertido, uma vez que a dialética entre o poder e a

³³ O adulto faz a criança acreditar que é normal a relação se organizar desta maneira, mentindo que em todas as famílias os pais possuem relações semelhantes com seus filhos. (PERRONE; NANNINI, 1997).

responsabilidade sofre um deslocamento, em que a criança se sente responsável pelo adulto. Para estas crianças o poder ganha um caráter mágico e ilusório caracterizado por ter em suas mãos o destino dos adultos. “*El silencio del niño protege no solo al abusador, sino a sí mismo y su familia*” (Perrone; Nannini, 1997, p.108). A *relação à margem da lei* é o sexto tipo, e durante o processo de socialização o abusador não tem interiorizado a proibição de seu ato, e por conseguinte não surge nenhum sentimento de transgressão, e muito menos de culpa. A lei, que ao seu ver só é válida para os outros e fora de sua família, é caracterizada como uma espécie de moral estranha e sem significado, ao contrário da lei familiar, que vale mais e se opõe à lei constitucional. O abusador atua como se a lei não tivesse existido para ele.

O sétimo tipo presente, a *relação fora de contexto*, se caracteriza pela alteração das fronteiras geracionais como um lugar inseguro para crianças, onde os papéis invertidos e a hierarquia familiar são vividos, embora negados. A família é considerada não como um lugar de proteção, mas sim como um grupo fechado e rígido que se mantém graças ao segredo. Uma *relação fora de controle* é o oitavo tipo e associa a dificuldade que cada um dos membros têm para controlar seus próprios comportamentos: “*el padre abusador desea a su hija sin poder resistirse, y la víctima refiere que le resulta imposible intentar cualquier resistencia*” (PERRONE; NANNINI, 1997, p.110). Uma das características dessa relação é a preocupação de manter o segredo do abuso longe das pessoas externas da família: o segredo está bem guardado e não há palavras que possa revelá-lo.

Como nono tipo, os autores apontam a *relação encantada*³⁴, cujo diferencial está na consciência reduzida da vítima, isto é, a vítima vive o incesto em um *estado segundo*, perguntando-se muitas vezes se o que está acontecendo é real ou não. O abusador descobre que sua ação provoca espanto e confusão nos membros da família e percebe que pode levar cada vez mais longe sua prática de domínio psicológico sobre os outros, e em particular sobre

³⁴ Os autores Perrone e Nannini (1997) utilizam o termo *hechizo* para caracterizar o nono tipo de relação incestuosa, que de acordo com a tradução para o português significa feitiço, embruxamento, encantamento.

a criança. A experiência é semelhante a uma feitiçaria, ou encantamento em relação aos demais.

O encantamento, como forma extrema de uma relação não igualitária, se caracteriza pela influência que uma pessoa exerce sobre a outra, sendo que a vítima registra o comportamento do agressor, porém o poder e domínio de que ele dispõe, são tais que não lhe permite escapar desta relação. Certamente a vítima ignora as condições que a levaram ao encantamento, desconhece o sentido das intenções e dos comportamentos da pessoa dominante e não pode detectar com clareza seus efeitos, sem contar que é atingida por uma perturbação sem tamanho, perdendo o sentido de sua identidade e de seu lugar.

Conforme Perrone e Nannini (1997) percebemos que o poder é utilizado pelo adulto como forma de dominação e controle da criança, podendo este ser observado de diversas maneiras dentro das relações familiares - pelas relativas diferenças físicas, geracionais e intelectuais, pela forma do adulto olhar, pela forma de o abusador falar e pelo modo de tocar a criança - são ações explícitas do domínio exercido pela figura adulta dentro da família. O fato de ele também ser o responsável pela educação, pelo provimento alimentar, vestuário, moradia e saúde pode, na maioria dos casos, contribuir para que as crianças cresçam pensando dever obediência total aos adultos, garantindo assim seu lugar submisso junto ao agressor.

Ao mesmo tempo em que o abusador utiliza o poder para intimidar e controlar a criança, também o faz para fins de proveito sexual, sendo assim o único responsável e beneficiário da relação sexual. A família por sua vez torna-se um ambiente inseguro, desprotegido e “desrespeitoso” para a criança, uma vez que se torna um núcleo pautado na desigualdade, na mentira e na alteração dos papéis domésticos que se mantém graças ao segredo.

Segundo os autores a origem destes tipos de relação, também ambientados na inversão de funções e de hierarquias familiares, acaba resultando sempre na formação e manutenção do segredo entre a vítima, o agressor e demais membros de sua família, os quais muitas vezes constroem um segredo familiar e o protegem por muros de silêncio.

Estas relações poderão ainda ocasionar outros resultados, como por exemplo, a ocorrência de novas violências; o surgimento de conseqüências devastadoras para as vítimas; a constituição de uma família ambientada em relações verticais em que o poder está sempre atribuído à figura mais forte (pai, mãe e/ou responsável) que desprezam e anulam as vontades e os desejos dos que consideram mais fracos, não permitindo a prática do diálogo. O que se vê são membros submissos às figuras “ditas” de respeito – pai e mãe – dando “luz” assim, a outro resultado: o “silêncio”.

A exemplo destas relações de violência intrafamiliar ora expostas pelos referidos autores, sobretudo o abuso sexual - caracterizado como detentor de uma dinâmica própria - dedicamos este segundo capítulo à apresentação dos dados da pesquisa documental sobre as peculiaridades do segredo do abuso sexual incestuoso encontradas nos dois casos pesquisados, haja vista que o segredo se fez presente em ambos.

A fim de oportunizarmos ao leitor o acompanhamento mais preciso de cada caso, bem como despertar um olhar mais abrangente acerca das informações, elaboramos resumos dos dois prontuários, os quais se encontram no Apêndice A e Apêndice B.

2.1 Prontuário 1 - “Vitória”

2.1.1 Fontes de informação: o episódio do abuso sexual incestuoso

- Tipo de Abuso Sexual: intrafamiliar – atos obscenos; atos libidinosos; assédio sexual.

- Vítima (s): adolescente de 14 anos

- Acusado: pai

- Denunciante: Secretária da Escola da adolescente

- Porta de Entrada: Disque Denúncia – SOS Criança (0800-643 1407)

- Teor Denunciado: *“O pai tem problemas, masturba-se na frente da filha. A princípio esta pensava que o pai estava passando mal. As agressões físicas por parte do genitor são constantes. Quando agride faz questão que a filha chore e há três anos a situação agravou-se. Segundo a adolescente, quando o pai lhe bate não chora mais, pois já chorou muito. O denunciante relata que o pai pede para a filha lhe trazer o sabonete e a toalha quando está no banho, e que faz questão de mostrar o pênis à filha, inclusive, sai do banheiro e circula pela casa desnudo. A genitora faleceu há três anos e a filha mais velha saiu de casa devido as tentativas de abuso por parte do pai. A adolescente pede que os técnicos do SOS Criança falem primeiramente com ela”* (Fonte original: Prontuário de Denúncia arquivado no SOS Criança).

- O Episódio: Vitória estava com quatorze (14) anos quando a secretária de sua escola efetuou a denúncia no SOS Criança. Após um mês e cinco dias em fila de espera³⁵, a

³⁵ Este termo foi utilizado pelos profissionais do SOS Criança desde o início de 1998, quando o montante das denúncias recebidas passou a não ser atendido - na totalidade - em razão do número insuficiente de Assistentes Sociais e de outras precariedades materiais. No ano de 2004 houve a contratação de cinco Assistentes Sociais

denúncia recebeu atenção dos técnicos por quatro meses e um dia. Os abusos sexuais começaram cedo na sua casa. A genitora, falecida três anos antes da entrada da denúncia, foi vítima de estupro, engravidando da filha mais velha chamada Jéssica. Posteriormente à ocorrência do abuso, o agressor, até então desconhecido, fugiu para um estado vizinho, onde permaneceu por cinco (5) anos e, após retornar para Florianópolis, procurou sua vítima, a qual foi obrigada a viver maritalmente com seu agressor. Jéssica, fruto de um estupro, começou a ser abusada sexualmente pelo pai aos oito (08) anos de idade através de atos libidinosos, e posteriormente submetida a manter relações sexuais com seu pai e também estuprador de sua mãe. Os abusos perduraram até seus quinze (15) anos, quando decidiu sair de casa para evitar maiores sofrimentos. Contudo, saiu ainda mais desolada com a situação, pelo fato de a mãe saber da ocorrência dos abusos e não adotar nenhuma atitude protetiva para com ela.

As investidas sexuais por parte do pai em Vitória começaram após a morte da mãe até a data da intervenção do SOS Criança. A adolescente morava sozinha com o genitor e, além de ser submetida a assédios sexuais, atos obscenos e atos libidinosos, era também vítima de violência física e psicológica.

A irmã mais velha foi impedida pelo pai de manter qualquer tipo de contato com Vitória e desconfiava que a irmã poderia estar sendo vitimizada por ele. Vale ressaltar que Vitória apenas desconfiava que sua irmã Jéssica pudesse ter sido molestada pelo pai, contudo, durante o atendimento do SOS Criança, a veracidade dos fatos veio à tona.

que na época trabalhavam com esta demanda. Em dezembro do mesmo ano este grupo atuava sobre as denúncias registradas em 2000 e 2001. O Relatório de Atividades do Programa Sentinela / SOS Criança confirmou a existência de 1.428 denúncias sem atendimento, desde o ano de 2000, até 2004. Para um estudo mais específico sobre a fila de espera nos serviços de proteção de Florianópolis, ver Passos (2004): "Violação de direitos: um estudo sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica que aguardam atendimento no Projeto Acorde."

2.1.2 Elementos de revelação do segredo

Conforme Imber-Black (1994) a família pode se tornar um perigoso esconderijo para a violência familiar, sobretudo o abuso sexual, quando é um *locus* para a guarda de segredos. O segredo do abuso sexual pode tornar-se uma arma poderosíssima na dinâmica da família, usada como forma de demonstração pessoal de poder, para criar limites ou alianças a fim de manipular os relacionamentos, manter uma ou mais pessoas reféns da outra, sendo pois, a revelação, a “fórmula” mais importante para que o segredo seja exposto e perca o seu poder.

Neste sentido, esta categoria de reflexão tem por objetivo sinalizar quais foram os elementos que suscitaram a revelação do segredo do abuso sexual por parte da adolescente, sendo as informações analisadas baseadas no teor denunciado.

Com base nas informações contidas no “Prontuário Vitória” compreendemos que a violência do incesto perpetrada pelo pai contra a adolescente não pode ser traduzida apenas pelos atos libidinosos, atos obscenos e assédio sexual, mas sobretudo pela falta de diferenciação das funções familiares, uma vez que a relação entre pai e filha foi baseada em poderes desiguais para fins de dominação, exploração, satisfação de desejos e necessidades pessoais do primeiro. Esta confusão de papéis, aliada ao constrangimento e ao desconforto da filha em conviver com o genitor, foi elemento, que ao nosso ver, favoreceu o rompimento do segredo do abuso sexual.

Paralelo ao segredo do abuso, identificamos que a violência física era uma prática constante no relacionamento familiar em que, além de agredir a filha fisicamente, o pai fazia questão de vê-la chorar. Conforme consta no teor denunciado, Vitória não chorava mais, pois já “*chorou muito*” o que nos leva a entender que as agressões físicas e a libertação da

condição do choro foram elementos que contribuíram para que Vitória tivesse iniciativa de revelar o abuso sexual. Acentuamos que a respeito da postura paterna, Forward e Buck (1989) descrevem que os agressores que procuram o poder por meio do abuso, afirmam sua masculinidade “governando” a família e utilizando-se de ameaças físicas ou maus tratos como únicos instrumentos que lhes permitem convencer a si mesmos de seu poder.

No que concerne às informações sobre o óbito da genitora e a saída da irmã mais velha de casa devido às tentativas de abuso sexual por parte do pai, estas nos levaram a crer que Vitória, infelizmente, não dispôs de uma rede de apoio, proteção e segurança intrafamiliar para que pudesse romper o silêncio da violência sofrida, pois, além de residir sozinha com seu pai, este era seu abusador. Avaliamos, neste caso, que a morte da genitora pode ser considerada tanto um fator de risco para a ocorrência do abuso sexual, quanto um elemento precipitador da revelação do segredo uma vez que, conforme nos remete o teor denunciado, a situação havia se agravado nos últimos três anos, isto é, após o óbito da genitora.

Ressaltamos ainda que a informação declarada pela adolescente sobre o agravamento da relação com seu pai após o falecimento da mãe, pode ter sido um mecanismo encontrado por ela para sinalizar que, de alguma maneira, recebia uma atitude protetiva de sua mãe, o que nos conduz a acreditar que a presença da figura materna servia, metaforicamente, como uma barreira para a ocorrência do abuso sexual.

A falta de um ambiente seguro e protetor, e principalmente a ausência de membros familiares que pudessem acreditar e proteger a adolescente contribuiu para que Vitória recorresse à ajuda externa, dando voz ao seu silêncio para algumas pessoas de sua escola³⁶, ou seja, escolhendo pessoas de confiança para romper o segredo. Conforme a análise do teor denunciado, bem como do Prontuário de Denúncia, ressaltamos que em nenhum momento encontramos informações descritas, sobre o fato da adolescente sinalizar ter

³⁶ Ressaltamos que o Prontuário não continha nenhuma informação referente a identificação destas pessoas, por exemplo, quem eram, que tipo de vínculo tinham com a vítima, e como a criança chegou até elas para revelar que estava sendo vitimizada sexualmente.

recebido qualquer medida de amparo daquelas pessoas que havia escolhido para revelar o segredo, ou sequer seu apelo foi denunciado aos órgãos de proteção. No entanto presumimos que, ou as informações não foram registradas no Prontuário pela Assistente Social, ou de acordo com as respostas recebidas pela criança da pessoa de confiança, houve a necessidade de que a mesma viesse a eleger outra pessoa a quem contar o segredo, desta vez, a secretária da escola que, desta feita, realizou a denúncia ao SOS Criança.

Esta trajetória percorrida por Vitória para revelar o segredo, permite-nos afirmar que nem sempre uma pessoa de confiança³⁷ escolhida pela vítima é uma pessoa protetiva³⁸. Hipoteticamente podemos dizer que, apesar da expectativa frustrada pela escolha das primeiras pessoas de confiança, aliada a novas expectativas depositadas em outra pessoa, a esperança de Vitória pode ter sido reacendida para a revelação do segredo, o que levou ao acolhimento dos órgãos de proteção. A este respeito, Furniss (1993) relata que a *pessoa de confiança* é aquela em cuja presença, as crianças que sofreram abuso sexual se sentem suficientemente seguras para começar a comunicar esta realidade secreta. O descrédito e a falta de medidas de proteção podem contribuir para que a vítima perca as esperanças, se encerre novamente num mundo de segredos e continue sendo vitimizada sexualmente.

Consideramos ainda, que o medo³⁹ foi tanto um dos ingredientes-chave para manter o silêncio da vítima, quanto um dos principais elementos de revelação do segredo, uma vez que se fez presente em todo e qualquer momento da relação familiar entre filha (vítima) e pai (abusador). Ao mesmo tempo em que consideramos o medo como uma constante que mantinha o segredo do ato sexual abusivo - utilizado pelo abusador como forma de alimentar o silêncio de sua vítima - percebemos que este foi empregado por Vitória como

³⁷ Um exemplo interessante do fracasso de uma escolha está no filme “*O mistério do rosário negro*”, direção de Fred Walton, produzido em 1987, cuja história mostra uma adolescente vítima de incesto que resolve contar para a professora freira. Como resposta, bate no rosto da aluna, e esta se suicida.

³⁸ Pessoas protetivas da criança vitimizada são pessoas do convívio da criança (familiares ou não) capazes de assumir atitudes concretas de proteção, diante de uma situação de ameaça ou um abuso sexual, por exemplo.

³⁹ O compartilhar do medo e do segredo pode desencadear muitas conseqüências negativas na maioria dos casos, dentre elas, o fortalecimento do próprio segredo e do poder do abusador, além, é claro, da continuidade da própria violência e/ou surgimento de novas violências.

um instrumento de defesa para evitar outras formas de assalto por parte do genitor, haja vista que a mesma fez brotar o segredo, revelando que sentia muito medo de ser estuprada pelo pai.

2.1.3 Outra vítima em segredo: a irmã

De acordo com os estudos psico-sociais ora expostos no Prontuário de Denúncia, encontramos outra vítima, única irmã de Vitória, a qual também sofreu abuso sexual (inicialmente na forma de atos libidinosos seguindo para o estupro) por parte do genitor. À época do atendimento realizado pelo SOS Criança, Jéssica estava com trinta (30) anos de idade e, em abordagens individuais descritas no Prontuário, percebemos que a mesma confirmou para a Assistente Social e Psicóloga ter sido abusada sexualmente pelo genitor dos oito (8) aos quinze (15) anos.

Jéssica revelou para as referidas profissionais que sua vida havia virado um inferno após seus cinco (5) anos de idade - época em que o pai passou a residir na casa juntamente com a mãe e a filha - e que apesar da pouca idade, lembra das cenas de espancamento da mãe perpetradas pelo genitor, revelando ainda que o mesmo também a agredia fisicamente, deixando lesões em seu corpo. Quando estava aproximadamente com oito (8) anos seu pai iniciou as investidas sexuais.

Consta no Prontuário de Denúncia que Jéssica teve que oferecer provas para ser acreditada pela mãe, isto é, certa vez o genitor tirou a blusa da filha e contorceu seus mamilos, até esta chorar de dor e que, por diversas vezes, contou o ocorrido para sua mãe, porém a mesma dizia que o fato revelado não era verdade. Certo dia, para provar a veracidade do abuso sexual, pediu para a genitora voltar mais cedo do trabalho. Quando esta chegou em casa flagrou o pai com a filha na cama. Jéssica relatou que, mesmo depois de ter visto as cenas do

abuso, a mãe não acreditou, e segundo o relato da filha descrito no Prontuário: “[...] *ele contou qualquer história, e ela acreditou.*”

Percebemos que, após ser desacreditada várias vezes pela figura materna, aos quinze (15) anos Jéssica decidiu sair de casa, quando se casou com um rapaz e teve dois filhos. Seu casamento não deu certo e, tempos depois, encontrou seu atual marido, com quem teve mais uma filha. Conforme descrição dos fatos, “*Está tentando reconstruir sua vida, mas confessa que sente muita mágoa da mãe que não a protegeu, e do pai por ter lhe causado tanto sofrimento.*”

Um fator que nos chamou atenção - porém não encontramos nenhuma indicação no Prontuário - diz respeito às peculiaridades do segredo, isto é, quais eram os aspectos do segredo que envolviam a filha mais velha? Será que Jéssica elegeu alguma pessoa de confiança externa da família para pedir ajuda e revelar o segredo? Seus tios, avós, primos, amigos tinham conhecimento do que realmente acontecia dentro de sua casa? De que maneira o abusador mantinha seu silêncio e que fator (es) contribuiu (ram) para que clamasse por ajuda à figura materna?

Os relatos do Prontuário de Denúncia demonstraram-nos que Vitória havia revelado o segredo do abuso apenas para a figura materna, não elegendendo outra pessoa de confiança a quem pudesse contar, levando-nos a crer que o tipo de resposta dada por uma pessoa de confiança quando a vítima revela o segredo do abuso, pode fragilizar os vínculos afetivos desta com a vítima, a ponto de a mesma se sentir desprezada e desacreditada, não tendo mais esperança para eleger uma segunda pessoa para revelar o segredo.

Entendemos assim, que o descrédito e o desprezo da primeira e - conforme nos indicou o Prontuário - única pessoa de confiança, neste caso a genitora, contribuíram significativamente para que Jéssica não buscasse novas lealdades protetoras e retornasse ao seu mundo de segredo. Por conseguinte, a convivência com seu agressor (ao contrário de sua

irmã Vitória, que recebeu por intermédio da segunda pessoa de confiança medidas de proteção), continuou. Após a efetuação da denúncia e conseqüentemente o atendimento do SOS Criança, os fatos foram revelados, bem como seu agressor foi notificado⁴⁰ pelos atos cometidos.

Outro fator relevante em relação ao segredo por nós observado, é que ambas as irmãs não compartilhavam desta “experiência silenciosa”, uma vez que as duas foram vítimas de abuso sexual perpetrado pelo mesmo abusador. A nossa impressão é de que uma não tinha certeza sobre o abuso da outra, todavia ambas sentiam os efeitos psicológicos da violência. O segredo, porém, foi revelado por Jéssica à mãe que compartilhou-o com a filha e o fez indiretamente com o abusador. Julgamos que a ausência do compartilhamento do segredo entre as irmãs, pode estar atrelado às ameaças do pai, pois quando Jéssica saiu de casa, foi impedida de manter qualquer tipo de relacionamento com Vitória.

Ressaltamos ainda que o foco da intervenção do Projeto SOS Criança à época da denúncia foi Vitória, uma vez que era menor de idade, e no entender dos técnicos dos serviços de proteção havia um fator de risco⁴¹ para a ocorrência do abuso sexual pois residia sozinha com o pai. No que concerne a Jéssica, faz-se necessário especificar que, na data de entrada da denúncia no projeto, a mesma era maior de idade (30 anos) não sendo então, demanda do referido projeto. Contudo, a informação de que ela também havia sido vitimizada sexualmente pelo genitor, levou-nos a retornar ao Setor de Arquivo do SOS Criança, para localizar algum registro referente ao abuso perpetrado pelo genitor, porém não encontramos nenhuma denúncia.

⁴⁰ Constava no Prontuário de Denúncia, um Boletim de Ocorrência contra o genitor, registrado pela Assistente Social responsável pelo atendimento do caso.

⁴¹ Existem outras situações entendidas pelos profissionais do SOS Criança como emergenciais e que demandavam pronto-atendimento, a saber: denúncias envolvendo bebês (altamente vulneráveis), lesões físicas (existência de materialidade e necessidade de cuidado de saúde), entre outras, que eram definidas a partir das informações contidas na denúncia.

Este estudo também suscitou algumas dúvidas com relação ao segredo, sobretudo do abuso sexual da filha mais velha que pode ter tido visibilidade, de alguma forma, em outras esferas (escolas, amigos, comunidade, vizinhança, por exemplo) mas o manifesto da vítima não teria sido suficiente para gerar uma denúncia ao sistema de proteção e/ou na esfera policial, haja vista que não encontramos nenhuma notificação de suspeita de abuso envolvendo Jéssica. Porém, outra observação merece destaque: o fato de não haver nenhum registro de denúncia nos arquivos do SOS Criança pode estar associado à idade da vítima no ano de criação do Projeto no município de Florianópolis - isto é, naquele ano Jéssica tinha mais de dezoito (18) anos de idade, o que não levaria ao atendimento do SOS.

2.1.4 Outras pessoas envolvidas na revelação ou na ocultação do segredo

Percebemos que existe uma lacuna de informação no Prontuário para o entendimento de se Jéssica (30) sabia ou não que Vitória estava sendo vitimizada sexualmente pelo pai. O prontuário nos informa que existe uma suposição a respeito do conhecimento do abuso em razão das informações prestadas por Jéssica: *“disse que sempre se preocupou muito com a irmã, e que quando saiu de casa ficou com medo de deixar ela sozinha com os pais.”*

Sobre a saída de Jéssica de casa, refletimos que o genitor utilizou seu poder parental adultocêntrico para afastar as duas irmãs, não permitindo que ambas mantivessem qualquer tipo de relacionamento, fomentando neste período a “erosão” dos vínculos fraternos com a intenção justamente de uma não saber do abuso da outra. De acordo com Roberts (1994) o estabelecimento de pseudovínculos e distanciamentos negativos, podem ser descritos como efeitos principais na guarda de segredos localizados nas famílias. Entendemos pois, que

o pai proibiu o relacionamento das irmãs como forma de manter o segredo do abuso, que caracteriza o que o autor chama de “distanciamento negativo”.

Com base nos relatos descritos no Prontuário, podemos dizer que houve uma revelação indireta por parte das vítimas sobre as atitudes do agressor, assim como houve a revelação da convivência materna, uma vez que identificamos que o pai informou a mãe que “*iria acostumar Vitória só no dedo*”, ou seja, iria abusar da filha por meio de penetração digital. Por outro lado a irmã mais velha relata o fato de que quando a mãe estava praticamente falecendo, chamou-a e pediu que cuidasse de Vitória, pois o mesmo iria vitimizá-la sexualmente e, caso ela facilitasse, a estupraria.

É importante destacar que a denúncia, e conseqüentemente o atendimento social do SOS Criança possibilitaram a abertura de segredos existentes entre as irmãs, bem como contribuiu para que fossem feitas as revelações para a família mais ampla. A tia paterna, após a revelação do segredo do abuso sexual, relatou para a Assistente Social que seu irmão sempre foi um homem agressivo, que batia em todas as mulheres da família, e que estas atitudes sempre eram apoiadas pela mãe, ou seja, pela avó paterna das vítimas. Conforme referenciam Forward e Buck (1989, p.44) “os agressores que utilizam violência física para praticar o ato sexual incestuoso, geralmente são incapazes de manter seus empregos, conservar amizades e fugir de pais dominadores.”

Cabe ressaltar neste momento, que percebemos outra lacuna no Prontuário no que diz respeito ao relacionamento do abusador com a família mais ampla. Não constava nos registros qual foi o impacto que a revelação do abuso causou nas relações familiares do abusador. Perguntamo-nos de que maneira a família poderia ter reagido perante a revelação deste segredo que perdurou por mais de vinte (20) anos no seio familiar? Outras perguntas ainda surgiram: A família paterna mantinha algum tipo de relação com o abusador? Em decorrência da atitude agressiva do mesmo na juventude, mantiveram algum tipo contato?

Estas atitudes agressivas do irmão, nunca conduziram a tia a desconfiar que seu irmão pudesse abusar sexualmente das filhas?

Referente ao segredo do abuso, notamos ainda que este foi realmente revelado pelas irmãs durante o atendimento do SOS Criança, o que, conforme registra o Prontuário, levou Vitória a residir com Jéssica. É de suma importância sabermos que uma violência denunciada, mas não diagnosticada pode ter resultados destruidores na vida das vítimas, sobretudo pelos fatores de risco que a envolvem, sejam eles, a continuidade do abuso, o agravamento das violências a ele associadas, sentimentos de desesperança da vítima, manutenção do segredo, retorno ao silêncio, estigmas dirigidos às vítimas, impotência perante a figura abusiva, dentre outros.

2.1.5 O segredo do abuso e a figura materna

De acordo com as informações contidas nos prontuários, observamos que a própria mãe foi abusada sexualmente pelo pai de Vitória, uma vez que o mesmo estuprou-a e fugiu para outro estado do país, retornando após cinco (5) anos e obrigando-a a morar com ele. Ao nosso ver, a própria mãe vivia num mundo de segredos, prováveis medos, vergonha e ameaças do agressor.

Furniss (1993) nos ajuda nesta reflexão, ratificando que a figura materna pode não estar motivada a romper o segredo devido a uma série de causas, dentre elas, por temer a perda do parceiro, temer rupturas familiares, perdas financeiras, e por lembrar seu passado, uma vez que muitas foram crianças vítimas [...]

O próprio relato de Jéssica (30) nos revela que a mãe mantinha o segredo do abuso. Quando viu o pai abusando da filha, não acreditou, contribuindo e possibilitando

diretamente para a reiteração do ato em relação a mais nova. Consideramos que o descrédito da mãe em relação à filha mais velha - que ao longo dos tempos se tornou corriqueiro – e também o conhecimento da intenção do companheiro em reproduzir o incesto com a mais nova, terminou por transformá-la em cúmplice do abusador, bem como do segredo que alimentava o abuso sexual incestuoso.

No que concerne a relação entre mãe e filha, Furniss (1993), mais especificamente, ressalta que a distância da díade mãe-criança e/ou adolescente vem à tona nas questões de proteção contra o abuso sexual, sendo que, “quando as crianças tentam indicar abertamente que está acontecendo o abuso sexual, as mães ou desconsideram essas declarações ou não levam a sério suas filhas e filhos” (FURNISS, 1993, p.53).

Analisamos que a figura materna foi a peça chave na manutenção do segredo neste caso de abuso sexual por nós pesquisado, pois além de ter sido vítima sexual do mesmo abusador de suas filhas, tinha conhecimento de que ele também abusava da filha mais velha, e revelava intenções de reproduzir o incesto para com a mais nova e nada fez.

A suposição de que a genitora é sempre uma aliada natural da criança ou adolescente que sofre abuso sexual, nos conduz a uma visão equivocada, pois como vimos neste estudo a filha apelou em vão pela proteção do progenitor não-abusivo, mas continuou sendo vitimizada sexualmente por seu pai, em virtude da incapacidade da genitora em proteger as filhas.

2.1.6 Informações acerca do relacionamento entre filha (vítima) e pai (abusador)

Esta categoria de reflexão está baseada nas falas de Vitória, registradas no Prontuário de Denúncia. Nossa intenção é, compreendermos parte do contexto da ocorrência

do abuso sexual incestuoso, revelando o extremo da desigualdade presente na relação vítima e abusador, em que o poder adultocêntrico impera sobre a esfera mais fraca: a vítima.

“Eu me sinto constrangida e com medo de ser estuprada por ele”. Como visto anteriormente, o medo é um dos ingredientes-chave na formação e manutenção do segredo, estando presente praticamente na totalidade dos episódios de abuso sexual. Conforme nos refere o relato, o pai lançava mão de estratégias⁴² para amedrontar a filha, relacionadas às violências que costumava praticar, porém Vitória declarou para a Assistente Social que sentia muito medo de ser estuprada pelo pai, fato que nos leva a refletir que, ao contrário da maioria das ocorrências de abuso sexual em que o medo é utilizado pelo abusador como meio de alimentar o segredo, neste serviu como elemento fundamental de revelação.

“Meu pai me dava mesada e dizia que agora eu estava devendo para ele, mas eu sabia que ele não estava se referindo ao dinheiro, e sim a outras formas de pagamento.” Analisamos que o abusador fazia uso de uma prática familiar (fornecimento de mesada) em troca de satisfação sexual. Este fornecimento de mesada é, em muitos casos, decifrado como forma de pagamento pelo silêncio das vítimas, e é denominado por Furniss (1993, p.37) como *“gratificação secundária”* e ocorre através de subornos e recompensas que podem ter efeitos extremamente corruptores. O autor relata que muitas crianças podem saber que as recompensas materiais recebidas pela pessoa que abusa, não são aceitas pelas crianças que não sofrem abuso, como revela o caso de Vitória.

“Me obrigava a limpar a casa quando eu estava doente, e quando eu estava lavando louça, às vezes ele esbarrava em mim só para encostar no meu corpo.” Neste relato percebemos que o agressor demonstrava seu “poder de pai”, através de imposições das tarefas domésticas, por exemplo, determinando que a filha era quem deveria lavar a louça e limpar a

⁴² Ressaltamos que as estratégias utilizadas pelos abusadores sexuais variam de caso para caso. Segundo revela uma pesquisa realizada por Conte; Wolf; Smith (1989) junto a vinte adultos que abusaram sexualmente de crianças, as principais estratégias utilizadas por eles variam desde tornar-se amigo de uma criança carente de afeto e de cuidados, até assustá-la e ameaçá-la para concretizar o ato abusivo (LAMOUR In: GABEL, 1997).

casa, mesmo quando não estava disposta ou encontrava-se debilitada, como podemos perceber no seu relato. Podemos caracterizar estas atitudes do agressor perante a filha, como uma *relação fora de contexto*, conforme especifica Perrone e Nannini (1997), a qual consiste na alteração das fronteiras geracionais como um lugar inseguro para crianças, onde hierarquias e papéis invertidos são vividos, embora negados. Uma *relação fora de contexto* estabelece uma paracultura em que a criança fica alienada do mundo normal próprio da infância, apenas como expectadora dos problemas do mundo adulto, para viver uma vida de adulto determinada pelo abuso sexual. Outro fator que merece reflexão diz respeito às atitudes sexualizadas do pai, pois percebemos que o mesmo se utilizava todo e qualquer momento da rotina familiar para abusar da filha.

“Meu pai me chama de cadela, égua e merda, e reclama de tudo o que eu faço.”

O Prontuário revela que a prática do abuso sexual está também atrelada a violência física e principalmente à psicológica - a qual alinhava todos os tipos de violência – e foi perpetrada pelo mesmo agressor sexual como mecanismo de manutenção do segredo do abuso. Desta forma, podemos considerar a co-morbidade entre os tipos de violência como parte da *relação complementar* (PERRONE; NANNINI, 1997) que procura manter as diferenças entre adultos e crianças, sem qualquer interesse em alterá-las, preservando assim o poder do adulto e garantindo a submissão infantil.

2.2 Prontuário 2: “Rafaela, Daiane, Patrícia, Carla e Ana Paula”

2.2.1 Fontes de informação: o episódio do abuso sexual incestuoso

Tipo de Abuso Sexual: intrafamiliar – conjunção carnal e atos libidinosos

Vítima(s): Rafaela – 17 anos, Daiane – 15 anos, Patrícia – 21 anos, Carla – 20 anos, Ana Paula – 04 anos

Acusado: João - padrasto/pai⁴³

Denunciante: as próprias vítimas

Porta de Entrada: Guia de Encaminhamento do CEVIC⁴⁴

Teor Denunciado: o Projeto SOS Criança recebeu Guia de Encaminhamento do CEVIC com o seguinte teor: *“O padrasto cometeu estupro e provocou gravidez na primeira, dois abortos na segunda e abuso contra a terceira enteada, permanecendo no lar. A mãe é conivente e possui com este mais quatro (4) filhos, sendo que uma também está sendo abusada pelo mesmo. A genitora tem oito (8) filhos ao todo, sendo que de cinco (5) homens diferentes”* (Fonte original: Prontuário de Denúncia arquivado no SOS Criança).

O Episódio: as quatro (4) adolescentes compareceram na sede do SOS Criança com a Guia de Encaminhamento do CEVIC para revelarem a situação de abuso sexual perpetrada pelo padrasto. A denúncia foi atendida na mesma data e, devido à gravidade da situação, o caso permaneceu em atendimento durante apenas quinze (15) dias, sendo o Relatório Social encaminhado com máxima urgência para o Juizado da Infância e da Juventude da Capital, 6ª Delegacia de Polícia, CEVIC e Conselho Tutelar.

⁴³ O acusado é caracterizado como pai e padrasto em decorrência de ser padrasto das quatro (4) adolescentes e pai da criança Ana Paula.

⁴⁴ Centro de Atendimento às Vítimas de Crime.

As adolescentes relataram que provinham de uma família numerosa (ao todo eram oito irmãos), carente de recursos financeiros, que a mãe era muito instável em seus relacionamentos amorosos e que, portanto, a maioria dos filhos nascia de pais diferentes. Segundo as adolescentes há cerca de dez (10) anos atrás a mãe, Nair, amigou-se com João, e desta união nasceram quatro (4) crianças.

Desde que Nair se uniu a João, o relacionamento entre mãe e filhas ficou muito difícil, pois o padrasto se mostrou autoritário, arrogante e sempre que podia colocava a mãe contra as filhas. Na casa onde a família residia tudo era ditado segundo as normas de João, sendo que Nair sempre aceitava tudo passivamente. Rafaela percebia que o padrasto tinha atitudes estranhas para com suas irmãs e que tinha um olhar de malícia para com todas. Certa ocasião a irmã Patrícia apareceu grávida e foi expulsa de casa pela mãe. Nair informou que Patrícia havia engravidado de João, mas que a culpa era da filha. A genitora ordenou que não queria que ninguém soubesse da situação e que os assuntos da família se resolveriam por ali, sem interferência externa. Meses depois a história se repetia com a irmã Carla que também engravidou, teve uma criança prematura que deixou na maternidade para adoção.

Rafaela disse que sempre desconfiou que o padrasto abusava de suas irmãs mas ficou calada por medo, vergonha e pena da mãe. Após Patrícia e Carla saírem de casa, Rafaela notou que João passou a concentrar a atenção nela. Rafaela contou que três meses antes da denúncia o padrasto entrou em seu quarto, trancou a porta e a estuprou. Rafaela disse que houve penetração, sangramento e muita dor. Depois do fato, Rafaela se calou sendo que há um mês antes da denúncia decidiu contar ao pai biológico, e que este então a retirou da casa da mãe e procurou a Delegacia de Polícia onde foi registrado Boletim de Ocorrência.

2.2.2 Elementos de revelação do segredo

Esta categoria de reflexão tem por objetivo sinalizar quais foram os elementos que suscitaram a revelação do segredo do abuso sexual por parte das vítimas, porém ressaltamos que mesmo diante da riqueza de informações deste segundo caso, o segredo do abuso sexual e conseqüentemente os fatores que contribuíram para sua revelação, estavam intrinsecamente conectados a dinâmica incestuosa da família e, devido a pouca visibilidade do tema no Prontuário de Denúncia, nossas reflexões estarão baseadas especificamente na dinâmica da família incestogênica.

Antes de efetuarmos qualquer comentário relacionado aos possíveis fatores que levaram as vítimas a revelarem o segredo do abuso sexual, consideramos importante tecermos algumas reflexões acerca do funcionamento familiar ora pesquisado. Primeiramente observamos que as vítimas encontravam-se encapsuladas pela violência psicológica e a negligência para então se iniciar o processo de vitimização sexual. A somatória das vulnerabilidades pessoais e familiares mostrou a perversidade do abuso sexual intrafamiliar, que aos poucos foi se instalando e envolvendo uma série de pequenas dominações no dia-a-dia de cada vítima.

Percebemos claramente que o poder do adulto prevaleceu sobre as vontades das adolescentes. Como exemplo, a *Relação fora de contexto* descrita por Perrone e Nannini (1997) foi identificada através da construção da hierarquia familiar, uma vez que a genitora levou as filhas para morar com ela com a intenção que cuidassem dos irmãos menores de idade e realizassem os serviços domésticos.

Em relação aos abusos sexuais, segundo o relato das adolescentes (Apêndice B), a genitora foi a primeira pessoa a desconfiar deles e, posteriormente, a saber da ocorrência da

relação incestuosa entre o companheiro e as filhas, porém em nenhum momento deu crédito às suas revelações, nem lhes ofereceu atitudes de proteção, contribuindo para que a ação transgressiva do abusador fosse protegida pelo segredo e pelo silêncio das vítimas.

Conforme nos indicou o Relatório Situacional, todas as irmãs desconfiavam que o padrasto abusava sexualmente uma da outra, porém identificamos que apenas Rafaela e Daiane compartilharam do segredo, o que ao nosso ver, pode ser considerado um elemento de revelação. Acreditamos que esta “troca de sentimentos” entre irmãos potencializou a iniciativa de Rafaela de recorrer a uma pessoa de confiança externa (pai biológico) para revelar o segredo do abuso, uma vez que não dispôs de uma rede de convivência para pedir ajuda.

Outro fator que pode ter incentivado, mais especificamente Patrícia, a contar seu segredo à tia materna, derivou-se das ameaças e proibições da mãe destinadas à filha. Constatamos no Prontuário de Denúncia que quando Nair desconfiou que Patrícia estava grávida de João pela segunda vez, proibiu a filha de freqüentar a casa do avô e fazer qualquer comentário sobre o ocorrido para os vizinhos pois, caso contrário, ela seria “*humilhada e o nome da família seria manchado.*” Após estas atitudes maternas, a adolescente fugiu para a casa do avô e posteriormente para a residência da tia materna.

Contudo, no nosso entender, os elementos de ocultação do segredo prevaleceram sobre os de revelação, uma vez que as vítimas permaneceram em silêncio por muitos anos, recorrendo à ajuda externa após inúmeras repetições do abuso por parte do padrasto. Refletimos que diante das situações vivenciadas as vítimas provavelmente sentiram-se sozinhas, desprotegidas, sem a ajuda dos familiares e muitas vezes sem força para se defender, o que poderia tê-las levado para o caminho mais fácil e o bem estar de todos: retornar ao silêncio.

Acreditamos que, aliada a uma certa cronologia dos intercursos sexuais, a força do segredo determinava que, ao mesmo tempo em que tinham que manter o segredo do próprio abuso, cada vítima deveria simultaneamente, manter o segredo do abuso das irmãs.

Furniss (1993) vem em nosso auxílio para esclarecer e explicar que muitas vezes a força do segredo motiva a não revelação do abuso sexual e envolve quatro personagens: a pessoa que abusa, a vítima, a mãe e os profissionais. A pessoa que abusa está motivada a não falar, em consequência do grau de ameaças de punição, medidas repressivas legais e sociais. A vítima pode estar motivada a não falar por não ter sido acreditada, por ter sido castigada, por temer as consequências de uma revelação, pelas ameaças de desastres, ou por ter vivenciado experiências negativas em tentativas anteriores de revelar.

A figura materna, segundo o referido autor, pode não estar motivada a romper o segredo, por temer a perda do parceiro, rupturas familiares, perdas financeiras, por ser questionada em seu papel materno na manutenção do abuso e por entender a ação dos serviços de proteção como mais danosos do que positivos para ela e a família.

Quanto aos profissionais, Furniss (1993) identifica que a capacidade de manejo pessoal e profissional sobre o assunto, o apoio para atuar nele, o conhecimento sobre a temática e uma estrutura material para o trabalho são critérios fundamentais para prover uma intervenção adequada.

2.2.3 Outras vítimas em segredo: as irmãs

Ao contrário do Prontuário “Vitória”, no qual encontramos apenas uma irmã que foi vítima de abuso sexual pelo mesmo agressor (o pai), neste caso encontramos cinco (5)

vítimas, sendo todas elas irmãs, quatro (4) enteadas do abusador sexual e uma (1) filha biológica.

Neste segundo caso, percebemos que o segredo do abuso era conhecido por todos os membros da família, e que constantemente era reafirmado pela figura materna dentro das leis internas que geriam a família. Uma das leis que permeava a dinâmica familiar era caracterizada como a lei do silêncio, a qual preconizava a proibição de falar, contar, demonstrar ou expor os problemas da família para qualquer pessoa fora dela. Ao mesmo tempo em que a revelação do segredo para o meio externo se dava como proibida, analisamos que o abusador e a genitora usavam o segredo para conservar a esfera familiar coesa, e simultaneamente fortalecer a negação ante a sociedade como forma de preservar a visão de família harmoniosa e sem conflitos.

Baseado nos estudos psico-sociais descritos no Prontuário de Denúncia, percebemos que as investidas sexuais por parte do padrasto, em relação à Patrícia, começaram quando as quatro (4) enteadas ainda residiam na casa do avô materno, informação que pode ser evidenciada no Apêndice B. Analisamos que as visitas da genitora às filhas mais velhas, caracterizaram-se como marco inicial destas investidas e começo do processo de formação do segredo por parte de João, uma vez que este sempre comparecia com a companheira nas visitas, e de maneira carinhosa e atenciosa se aproximava de sua primeira vítima: Patrícia.

Entendemos que Patrícia foi a primeira enteada a ser abusada por João e conforme nos mostra a literatura nem sempre as situações de abuso sexual incestuoso são estabelecidas por meio de atos de violência física – neste caso não foi diferente. Consideramos que o abusador sexual utilizou-se de outras estratégias mais eficazes para seu intento: atenção (elogios), sedução, e segredo, sendo que já nas primeiras visitas, João destinou sua atenção e seus elogios a Patrícia como forma de conquistá-la, segundo nos refere o relato: “*ele chegou*

perto de mim e disse: hum, que cafezinho bom que a Patrícia faz, acho que vou acabar casando com ela.”

Forward e Buck (1989), referenciam que a maioria das vítimas de incesto não se sentem amadas por outros membros da família. A criança sente necessidade de receber o amor do pai/padrasto ou do irmão, e o que recebe é “carinho sexual”. Desta forma, a vítima pode tornar-se “sensível” a estas carícias incestuosas – uma vez que elas podem representar, muitas vezes, a única manifestação de afeto que ela jamais conheceu. O abusador a trata como se fosse especial, fazendo do ato incestuoso uma demonstração de afeto paternal que confunde a criança, a qual geralmente aceita a “atenção” que lhe é destinada como única fonte de carinho.

Com base nas informações auferidas e nas colocações dos autores (idem) supracitados, compreendemos que as atitudes de atenção do agressor para com a enteada foram seguidas de movimentos de sedução, uma vez que João passou a destinar, além de elogios, atenção e carinho, frases de conotação sedutora para a enteada em que, através da fala, demonstrava à adolescente que não conseguia mais viver longe dela, além de tentar lambe seu pescoço, beijar sua boca, e também lhe pedir em namoro.

Refletimos ainda que Patrícia sentia-se envergonhada, mas ao mesmo tempo encontrava-se envolvida na trama de sedução, não conseguindo distinguir entre as manifestações de carinho e de desejo sexual do padrasto. Não respondia às suas insinuações, porém sentia-se sensível diante da atenção que recebia.

Partindo destas informações, interpretamos que o pedido de namoro por parte do agressor, pode ser caracterizado conforme explicações de Perrone e Nannini (1997), como sendo uma *Relação de impostura*, em que o adulto se apropria das qualidades de outrem, e através de mentiras e artimanhas dá ao abuso, uma conotação de “normalidade” e progressivamente se apropria de sexualmente da vítima. Sendo assim, o pedido de namoro pode ser considerado uma estratégia utilizada pelo abusador para apoderar-se da sexualidade

da enteada, dando, pois, outro significado ao abuso sexual. Percebemos que logo na primeira semana em que as enteadas estavam residindo na casa da genitora e do padrasto, João procurou Patrícia, e novamente de forma carinhosa disse à enteada que se sentia muito feliz por estarem mais próximos, e que por ela ser especial gostaria de tirar a sua virgindade.

Refletindo sobre estas estratégias utilizadas pelo padrasto para abusar de Patrícia, percebemos que o segredo se fez presente durante toda a relação, porém o ápice da manutenção do mesmo pode ser percebido, no momento em que João engravidou a enteada pela primeira vez. O Prontuário nos informa, que João tinha controle da data da menstruação da adolescente, e logo que percebeu o atraso, preparou um chá de ervas e obrigou-a a toma-lo. O padrasto também obrigou Patrícia a ficar em silêncio e não contar sobre a gravidez para sua mãe e, segundo o Relatório Social, efetivara o aborto da enteada por meio dos preparos caseiros.

Constatamos que o abuso sexual se prolongou por aproximadamente sete anos com Patrícia, e quando a adolescente engravidou pela segunda vez do padrasto - após várias tentativas de aborto - o mesmo implorou para a enteada não revelar a genitora que o filho era fruto da relação incestuosa, e que caso alguém lhe perguntasse, deveria afirmar ser de outro homem, desconhecido, que havia transado em uma festa. Identificamos que desta vez, o abusador fez uso de ameaças e chantagens como forma de alimentar o segredo do abuso sexual, proferindo que, se ela revelasse o segredo, ele iria para a prisão e ela ganharia uma surra da genitora.

Entendemos ainda que os irmãos mais novos, ou seja, os filhos do relacionamento entre Nair e João, também devem ser considerados vítimas sexuais, sobretudo Ana Paula, de quatro (4) anos de idade, a qual era submetida a práticas de atos libidinosos pelo pai. Com base na literatura por nós utilizada neste estudo, acreditamos que se estas crianças não estivessem sendo acompanhadas pela rede de proteção, estariam tanto sujeitas a

transformarem-se em vítimas do abusador e da desproteção materna, quanto reproduzirem na idade adulta o que lhes foi passado durante a socialização primária.

A respeito do relacionamento do padrasto com Carla, entendemos que se assemelha à *Relação de encantamento (hechizo)*, descrita por Perrone e Nannini (1997), em que a vítima vive o incesto em um *estado segundo*, perguntando-se muitas vezes se o que está acontecendo é real ou não. Carla não soube precisar quando o padrasto começou a molestá-la sexualmente, bem como de que forma ocorriam os abusos, uma vez que o mesmo mantinha relações sexuais com a enteada após dopá-la. Os relatos induziram-nos à reflexão de que Carla nunca soube ao certo, o que lhe acontecia, uma vez que quando apresentava os primeiros indícios de gravidez, o padrasto afirmava que seu corpo deveria estar mudando por conta de uma foto que sua mãe havia levado para a “*macumba*”. Como havia sumido uma foto sua da estante, Carla acabou acreditando nesta explicação e, a mando de João, começou a tomar remédios (de efeito abortivo), que conforme ele, a fariam melhorar.

Outro fato que nos chamou a atenção atribui-se às tentativas de aborto em Carla: na primeira gravidez o padrasto realizava preparos caseiros e obrigava a enteada a tomá-los. Já na segunda, além de repeti-los, afirmava que tinha um método mais eficaz de tirar a criança que havia dentro de sua barriga: assegurava que se penetrasse na vagina esta iria alargar-se e o bebê iria ter espaço para descer, alegando ainda que quando penetrasse Carla pela frente a “*bolinha*” ia para trás, então ele teria que penetra-la também por trás para jogar a “*bolinha*” de volta para frente. Desta maneira, João mantinha relações sexuais genitais e anais com a enteada durante a gravidez.

Identificamos que a relação familiar estava pautada no poder do adulto sobre a criança, isto é, a enteada pode ter acreditado na explicação dada pelo padrasto - com relação à gravidez - por ter sido treinada a enxergar a figura do adulto como a mais forte, aquela que

tem mais conhecimento de mundo, aquela detentora de sabedoria, aquela capaz de discernir o que é certo ou errado, mentira ou verdade, por exemplo.

Conforme Mason (1994) a dependência infantil intrínseca confirma a aprovação das regras familiares implícitas, sendo que três condições atuam para esta aprovação: a necessidade de apreender e extrair sentido das coisas, geralmente intermediado por outrem; a capacidade limitada para dar sentido às coisas e, a dependência de cuidados dos responsáveis familiares, que o fazem com critérios pessoais convenientes.

No que concerne à Rafaela, outra enteada vitimizada sexualmente por João, entendemos que a mesma percebia que o padrasto tinha atitudes estranhas para com suas irmãs e que lançava um olhar de malícia para com todas. Ela sabia que quando as irmãs apareciam grávidas em casa, o padrasto era o responsável. Esta informação, contida no prontuário, induziu-nos a refletir que o segredo da relação incestuosa entre padrasto e enteadas nunca havia sido revelado abertamente entre as irmãs, apenas entre Rafaela e Daiane que, em certa ocasião, revelaram uma a outra que haviam sido abusadas pelo padrasto, ao contrário das outras, que poderiam até saber dos fatos, mas não os comunicavam entre si.

Conforme registro no Prontuário de Denúncia, percebemos que após a saída de Patrícia e Carla de casa, João passou a concentrar sua atenção em Rafaela, que meses antes da denúncia havia sido estuprada pelo padrasto, mas não revelou o segredo para sua mãe, por saber que ela não a protegeria, além de sentir medo, vergonha e pena da mesma.

Porém, mesmo sem contar com o apoio da primeira pessoa de confiança – a mãe – Rafaela decidiu contar para seu pai biológico que havia sido estuprada pelo padrasto, e que o mesmo ocorria com as irmãs. Ao saber dos fatos o pai retirou-a da casa da mãe e procurou a Delegacia de Polícia, onde registrou um Boletim de Ocorrência.

Referente às informações que envolviam Daiane – outra enteada - na relação incestuosa, ponderamos que a enteada também desconfiava que alguma coisa errada havia

com as irmãs mais velhas, pois ambas apareciam em casa grávidas sem terem namorados. Ela e Rafaela desconfiavam do padrasto, mas quando falavam com a mãe encontravam muita resistência e as mesmas colocações do tipo “*o que acontece aqui em casa deve ficar entre nós.*” Daiane disse que certa ocasião o padrasto passou a mão em sua vagina e que ela lhe desferiu um tapa, e após este dia o padrasto não tentou mais nada com ela. A adolescente revelou sentir muita mágoa da mãe, que segundo ela, não foi protetora para com todas as filhas. Disse ainda que a irmã Ana Paula de quatro (4) anos verbalizou que João (no caso seu pai) costumava ficar pelado e pedia para que ela mexesse em seu pênis.

Diante destas informações, refletimos que o abusador utilizava-se de estratégias diferentes para abusar sexualmente das enteadas, o que nos causou dúvida se existiam ou não, fatores que levaram o padrasto a agir de forma singular para com cada uma delas. Independente de o abusador ter elegido uma das enteadas como vítima preferencial, acreditamos que o mesmo abusava simultaneamente das adolescentes, bem como de sua filha Ana Paula. Conforme evidencia o Prontuário de Denúncia, Carla sempre engravidava pouco tempo depois de Patrícia, e após a saída destas duas de casa, João passou a concentrar maior atenção em Rafaela. Ressaltamos por fim, que além das enteadas estarem na condição de vítimas sexuais, não receberam nenhuma proteção da genitora, sendo incumbidas de carregarem a responsabilidade pela guarda do segredo, de manter as aparências, não falar e proteger seu abusador, bem como conservar a dinâmica familiar incestuosa.

2.2.4 Outras pessoas envolvidas na revelação ou na ocultação do segredo

De acordo com Lamour (In: GABEL, 1997) o abuso sexual intrafamiliar, imposto por violência, ameaça, sedução, ou mesmo por uma relação sem palavras, geralmente

acontece em segredo, o qual tem por função manter a coesão familiar e proteger a família do julgamento do seu meio social. Esta realidade, de acordo com a autora (idem) faz com que a revelação seja considerada muitas vezes, uma atitude mais grave do que o próprio abuso, reforçando a culpa da criança e simultaneamente seu silêncio.

Com base nas informações supracitadas bem como nos dados relatados no Prontuário de Denúncia, percebemos que os mecanismos de ocultação do segredo e manutenção do silêncio utilizados pelo abusador e pela genitora, foram profundamente poderosos, uma vez que dificultaram e quase impossibilitaram o apelo das vítimas à ajuda externa.

No que concerne ao avô, percebemos que quando Patrícia e Carla engravidaram pela segunda vez do padrasto, e após várias tentativas de aborto praticadas pelo mesmo e por sua companheira – a mãe das vítimas - as adolescentes fugiram para a casa do avô e, Patrícia, posteriormente para a casa de uma tia materna. Porém, não encontramos nenhuma informação a respeito de se o avô sabia ou não que as netas eram abusadas sexualmente pelo atual companheiro da mãe.

Perguntas surgiram: Quando as netas fugiram para a casa do avô, revelaram-lhe o segredo do intercursos sexual e da gravidez? Se revelaram, quais foram os intervenientes que impossibilitaram que o avô também revelasse o segredo das netas aos órgãos de proteção e/ou intervisse com medidas protetoras? Se não tinha conhecimento, por que as adolescentes não contaram os fatos ao avô, uma vez que ambos tinham bom vínculo afetivo? Contudo, sem termos conseguido uma resposta específica para cada uma de nossas dúvidas, sinalizamos que o avô poderia ter sido uma figura de confiança e protetora das vítimas, mas, por algum motivo, não identificado, não declarou-se como tal.

Em relação à tia materna, acreditamos que esta foi eleita por Patrícia como pessoa de confiança, uma vez que a adolescente fugiu para sua casa logo após a genitora ter

descoberto que ela havia engravidado do padrasto. Conforme nos indica o Prontuário, a mãe compareceu na casa da tia, para tirar satisfação com a filha a respeito da gravidez, todavia não encontramos nenhuma informação que revelasse atitudes de proteção da mesma para com as sobrinhas.

A insuficiência de algumas informações no Prontuário gerou dúvidas ainda, no que se refere ao relacionamento da genitora com a família mais ampla, principalmente com a tia. Perguntamo-nos, por exemplo, como era o relacionamento da genitora com sua irmã? A tia desconfiava que suas sobrinhas poderiam estar sendo vitimizadas sexualmente? O que pensava sobre o relacionamento de sua irmã com João? Algum outro membro da família materna suspeitou de João?

Outro momento de reflexão importante durante este estudo diz respeito ao vínculo e a postura do pai biológico de Rafaela. Evidenciamos que o vínculo pode ser entendido como um fator de proteção para a ocorrência de abuso sexual, ao mesmo tempo em que o pai pode ser considerado a principal pessoa protetiva, uma vez que acreditou na revelação da filha e, como medida de proteção, retirou-a de casa e, por meio do registro de Boletim de Ocorrência, buscou responsabilizar o abusador pela violação praticada. Cabe também lembrar, que a pessoa protetiva da criança não pode apenas destinar medidas de defesa instantâneas para proteger a vítima, ao contrário, deve assegurar que a mesma mantenha-se protegida e segura durante e após o todo o processo de revelação.

Ao contrário de Rafaela, a qual revelou o segredo para seu genitor, não encontramos nenhum indício que qualificasse a participação dos pais biológicos na vida das adolescentes Patrícia, Carla e Daiane, nem tampouco da família paterna mais ampla (tios, avós, primos, outros irmãos...). De modo geral, concluímos que estas vítimas sofriam mais um tipo de violência: a negligência dos pais biológicos, a qual pode ter sido um fator de risco para o abuso. Acreditamos que se uma criança vive separada do pai, mas mantém vínculo positivo

com este, e este lhe dá a sensação de proteção, é possível que minimize as conseqüências da desproteção da criança, além de proporcionar segurança para que esta solicite ajuda.

Ressaltamos, contudo, que ao longo da análise desta categoria encontramos mais dúvidas do que respostas, contudo compreendemos que as dúvidas prevaleceram em decorrência do Relatório Situacional estar pautado fortemente na dinâmica do abuso sexual, que ao nosso ver refletiram como limites para nossa análise.

2.2.5 O segredo do abuso e a figura materna

De acordo com as informações contidas no Prontuário de Denúncia, percebemos que as vítimas escolheram a genitora como primeira pessoa de confiança para revelar o segredo do abuso sexual incestuoso, porém o descrédito da mesma, a submissão ao companheiro, a falta de vínculo para com as filhas, as acusações que as responsabilizavam pela ocorrência do abuso foram fatores cruciais que contribuíram para que a relação incestuosa perdurasse em silêncio durante anos a fio no seio familiar.

Como analisamos anteriormente no primeiro caso, a suposição de que a genitora é a aliada natural da criança ou adolescente que sofreu abuso sexual, nos conduz a uma visão extremamente equivocada e distante da realidade. É sabido, conforme revelamos neste estudo, que algumas vítimas apelam em vão pela proteção do progenitor não-abusivo, e continuam sendo abusadas sexualmente.

Neste segundo caso, avaliamos que não foi diferente. Duas das vítimas (Patrícia e Carla) revelaram o segredo do abuso à genitora, contudo não obtiveram êxito, uma vez que a mesma desconsiderou qualquer tipo de comentário a respeito, passando a transmitir atitudes

de proteção ao companheiro e de desproteção às filhas, isto é, defendia João e culpava as filhas por serem “*oferecidas*”, “*atiradas*” e “*totalmente responsáveis*” pelo ocorrido.

Se a coragem e a confiança na figura materna incentivaram Patrícia e Carla a revelarem o segredo da relação incestuosa, presumimos que o mesmo não ocorreu com Rafaela e Daiane, uma vez que os relatos evidenciaram que não o fizeram, por terem certeza de que a mãe não acreditaria em uma só palavra.

Partindo destas informações, podemos observar claramente a participação da genitora no ato incestuoso cometido pelo próprio companheiro, e conseqüentemente sua participação ativa na manutenção do segredo que permeava toda a dinâmica familiar. Segundo Forward e Buck (1989) a mãe que participa ativamente do incesto tende a ser uma mulher dependente, sendo que no início ela se apóia no marido, mas à medida que sua filha assume uma responsabilidade cada vez maior pelos afazeres domésticos, a mãe passa a depender dela. Conforme os autores ela começa a se sentir ressentida em relação à filha, como se esta, em lugar de estar sendo pressionada a assumir cada vez mais o papel materno, estivesse apoderando-se indevidamente desses privilégios. “À medida que esse ressentimento cresce, a mãe desenvolve uma forte hostilidade em relação à filha, o que faz com que esta se aproxime do pai e com que a mãe passe a desejar ver a filha punida e humilhada” (FORWARD;BUCK, 1989, p.60).

De acordo com os mesmos autores, as mães que participam da relação de incesto, acabam percebendo as filhas não como vítimas, mas como participantes voluntárias do intercuro sexual, como se as filhas tivessem de transformado na “outra”, e fossem as responsáveis pelo fracasso familiar e o conflito conjugal. Os autores (*idem*) descrevem que as mães podem assumir um caráter de perseguição, rotulando muitas vezes as vítimas de “sem vergonha”, “vagabundas”, mentirosas e destruidoras de lares.

Com relação a estas descrições acerca da figura materna, percebemos que quando Patrícia revelou o segredo para a genitora – de que era abusada sexualmente e esperava um filho do padrasto - a mesma atribuiu-lhe toda a culpa pela ocorrência do abuso, perpetrou violência física e psicológica, além de colocá-la para fora de casa, fato que pode ser comprovado através da fala da adolescente descrita no Relatório Situacional: *“Tas grávida do João? Se eu descobrir que tu tá grávida dele te coloco pra rua.” “Sua vagabunda, você não é mais minha filha.”* O sentimento de raiva, gerado muitas vezes pela hostilidade e pelo ciúme em relação às filhas, pode ter levado a genitora desejar ver a filha punida e humilhada, como verificamos neste caso.

Identificamos que a genitora pode ter realizado os abortos⁴⁵ em Patrícia e Carla, como forma de causar-lhes sofrimento e castigar as filhas pela ocorrência do ato incestuoso. Interpretamos ainda que a genitora também poderia ter provocado os abortos como forma de preservar a imagem de normalidade da família, evitar interferência externa e manter o segredo do relacionamento incestuoso dentro da estrutura familiar. Informações contidas no Prontuário de Denúncia vêm ao encontro de nossa interpretação, confirmando que Carla foi obrigada pela mãe a deixar o filho (fruto da relação incestuosa) na maternidade, por esta não querer passar vergonha diante dos vizinhos.

Em sua descrição acerca da dinâmica de uma família incestogênica, Perrone; Nannini (1998) alertam quanto à intenção implícita desta ao apresentar uma imagem exterior de bem-estar grupal, imagem essa discrepante com o que ocorre em sua dinâmica interna. Particularmente as crianças devem colaborar ativamente nesta encenação de normalidade, apesar de viverem papéis familiares invertidos e de serem vítimas de uma real ausência

⁴⁵ De acordo com informações do Prontuário de Denúncia, quando a genitora desconfiava que as filhas estavam grávidas, logo partia para a prática do aborto. Os mesmos eram feitos na companhia do companheiro, que administrava os remédios e ajudava nos preparos caseiros, porém além destes, a genitora passava uma sonda dentro da vagina das filhas para efetivar com êxito o aborto. Estas informações podem ser verificadas no Apêndice B.

materna. Como uma das trágicas conseqüências do jogo familiar incestogênico, as crianças não apreenderão que o incesto deve ser interdito.

Identificamos que a participação e a postura da genitora ante a relação incestuosa ocorreu, metaforicamente, como uma forma de “carimbo de autorização no passaporte” do abusador, em que autorizou não só a continuação do abuso sexual, como manteve o segredo em silêncio dentro da esfera familiar, tornando-se, sem dúvida, a peça-chave para que a relação incestuosa continuasse oculta ao longo dos anos.

Outro interveniente que nos chamou a atenção, diz respeito à distribuição de papéis entre pais e filhos. Percebemos que as funções familiares foram alteradas, uma vez que o padrasto passou a ser o marido, a mulher perdeu a função de esposa e de mãe, e as filhas passaram a exercer simultaneamente a função de amante do pai e de mãe de suas irmãs. As vítimas foram acusadas pelo progenitor não-abusivo de terem facilitado o abuso e de serem responsáveis pelo conflito familiar, isto é, foram percebidas pela genitora como rivais, além de serem incriminadas de terem seduzido o padrasto. Através das colocações da mãe, a vítima assumiu o papel de abusador e este de vítima.

Reafirmamos que a figura materna não deu crédito aos relatos de abuso sexual sofridos pelas filhas, tendo silenciado sobre a história de violação por um longo tempo. Nem mesmo as provas concretas da relação incestuosa (gravidez) foram suficientes para convencer a genitora de que suas filhas realmente foram vitimizadas sexualmente, sendo esta uma comprovação da existência de não-proteção materna, conforme diz Furniss (1993).

Averiguamos ainda, que em conversa com a Assistente Social do SOS Criança, a genitora confirmou que esperaria a decisão judicial para tomar qualquer atitude com relação a João, uma vez que não acreditava em nenhuma palavra das filhas.

2.2.6 Informações acerca do relacionamento entre enteada/filha(s) vítima(s) e pai/padrasto (abusador)

“Meu padrasto era carinhoso comigo, eu me sentia bem com a atenção dele, diferente da minha mãe.” Analisamos que conhecer o contexto onde a criança cresce, o relacionamento desta com a figura materna e demais parentes é muito importante, uma vez que o abuso sexual incestuoso é considerado um sintoma de confusão de papéis e de gerações, bem como um sintoma de disfunção familiar. Ficou revelado na presente pesquisa que as adolescentes sofriam de carência afetiva e que este padrasto, além de transgredir o dever de proteção, bem estar e educação das enteadas, utilizou gestos afetivos e movimentos sedutores que confundiram a adolescente enquanto esta era abusada sexualmente.

“Indagado se as garotas concordavam em namorá-lo (praticar sexo com ele), revelou que nenhuma delas queria, apenas Patrícia passou a gostar dele com o decorrer do tempo e com isso até engravidou e teve a filha do casa.” Segundo estas informações descritas no Prontuário, analisamos que o sentimento de culpa por parte do abusador não se fez presente em nenhum momento durante a conversa com a Assistente Social. Ao contrário, o mesmo tentou envolver a enteada em um jogo de carinho, transformado-a em sua refém, e conseqüentemente do próprio abuso sexual fazendo-a acreditar ser ela a maior culpada pelos acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve a intenção de evidenciar a complexidade do abuso sexual incestuoso praticado contra crianças e adolescentes no espaço familiar, fenômeno este comumente assentado pelo segredo uma vez que está pautado em relações de poder desiguais entre adultos e crianças.

Nossa reflexão acerca do assunto não teve por objetivo elaborar conclusões definitivas e singulares sobre este tipo de violência que, geralmente, não aparece socialmente ou é deliberadamente encoberto, ao contrário, nosso principal objetivo foi o de tentar revelar que o segredo é, metaforicamente, o combustível que abastece e regula o motor, que é o abuso sexual. Sendo assim, consideramos que a abordagem do segredo é apenas o ponto de partida para a continuação e aprimoramento do assunto, haja vista que a pesquisa documental, contemplou parcialmente as expectativas do trabalho, o que abordaremos a seguir.

Conforme nos mostrou a pesquisa documental desenvolvida no Projeto SOS Criança de Florianópolis, a família vem se tornando um perigoso esconderijo para a violência intrafamiliar - sobretudo o abuso sexual incestuoso -, pois é caracterizada como um lugar privilegiado para a guarda de segredos. Desta forma, para entendermos o contexto do abuso e, conseqüentemente, quais as peculiaridades do segredo numa relação incestuosa, precisamos entender que a violência sexual intrafamiliar é a que mais silencia e assombra a maioria dos lares, fazendo com que crianças e adolescentes experienciem o abuso sexual dentro de suas próprias casas, perpetrado por aqueles que deveriam ser os cuidadores, e os mantenedores sociais e legais de seus direitos.

Vimos neste estudo, que o abuso sexual incestuoso perpetrado pelos pais e padrastos contra as vítimas, quer sejam filhas ou enteadas, não pode ser traduzido apenas por atos libidinosos, obscenos, o assédio sexual e os estupros, mas, sobretudo, pela falta de diferenciação das funções familiares e pelo rompimento das fronteiras geracionais, entre o adulto e a criança/adolescente. Estão aí presentes poderes desiguais para fins de dominação, exploração, satisfação de desejos e necessidades pessoais do primeiro. O poder adultocêntrico envolve dinâmicas familiares fortemente estruturadas em segredos com o objetivo de manter a união familiar, dificultar a revelação para o meio externo como forma de evitar a interferência de terceiros.

No que concerne aos fatores que levaram as vítimas a permanecerem em silêncio durante anos, compreendemos que nos dois casos analisados, estes se encontravam intrinsecamente relacionados às estratégias de coerção utilizadas pelo agressor: medo, sedução, culpa, chantagens, ameaças e vergonha; às atitudes de descrédito da mãe em relação às filhas, a responsabilização das vítimas pelo incesto, a ausência de medidas de proteção e segurança para as mesmas; a submissão ao companheiro, além de se obrigar as vítimas a manterem o segredo para o meio externo em nome da família; e à falta de um ambiente familiar seguro e protetor, que desprezava e impedia qualquer movimento e impossibilitava as tentativas de diálogo.

Ao longo da reflexão constatamos que a somatória das vulnerabilidades pessoais e familiares expôs a perversidade do abuso sexual intrafamiliar, que aos poucos foi se instalando e envolvendo uma série de pequenas dominações no dia-a-dia de cada vítima. O abusador, apropriou-se da fraqueza de cada uma delas e, além do abuso sexual, foi o autor de outras formas de violência – física, psicológica e negligência – mantendo a guarda de segredos e evitando a revelação. Estes segredos criados e sustentados dentro da esfera familiar

envolviam a tríade abusador, vítima(s) e genitora, formando um triângulo fortemente ligado pelo segredo e pelo silêncio, o que, por sua vez, comprometia toda a dinâmica familiar.

Como foi dito anteriormente, este estudo evidenciou que a suposição de que a genitora seja sempre uma aliada natural da criança ou da adolescente que sofre abuso sexual, nos conduz a uma visão equivocada, pois, como foi revelado, as filhas apelaram em vão pela proteção do progenitor não-abusivo, e continuaram sendo vitimizadas sexualmente por seu pai/padrasto, em virtude da falta de proteção materna. Em referência à genitora, percebemos nos dois casos que às mães foram as primeiras pessoas de confiança a quem as vítimas pediram ajuda, porém nem mesmo os fatos concretos da relação incestuosa levaram-nas a acreditar nas revelações das filhas, repudiando toda e qualquer atitude de proteção, contribuindo significativamente, para que a ação transgressiva do abusador continuasse protegida pelo segredo e pelo silêncio das vítimas durante muitos anos.

Desta forma, acreditamos que nem sempre uma pessoa de confiança pode ser considerada uma pessoa protetiva da vítima, uma vez que os resultados revelaram que as vítimas procuraram ajuda intrafamiliar, mas não receberam nenhuma medida de proteção e foram desacreditadas pela figura materna. Após um longo tempo recorreram à ajuda externa elegendo uma segunda pessoa de confiança e também não foram contempladas por medidas de proteção, sendo que somente a terceira pessoa de confiança lhes deu crédito e destinou medidas seguras e protetivas com vistas ao fim do abuso sexual.

Este aspecto nos mostrou que o padrão abusivo dominava e geria toda a dinâmica da família e, ao contrário da postura protetiva, preventiva e educativa esperada dos responsáveis, os mesmos ensinaram às vítimas, ou melhor, as treinaram para serem vítimas do mundo, de outros tipos de violência e de outros fatores, ensinando também que devem obediência a figura masculina e, por conseguinte tornarem-se submissas.

Ressaltamos que este estudo está destinado mais especificamente, para os profissionais que atuam na área de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo os Assistentes Sociais e Psicólogos do SOS Criança, os quais atenderam Assistentes Sociais e Psicólogos do SOS Criança, os quais atendem casos de violência doméstica e produzem os Prontuários de Denúncia.

Em vários momentos da pesquisa os prontuários suscitaram-se mais dúvidas do que respostas em relação ao segredo do abuso, o que impossibilitou a realização de uma reflexão mais aprofundada e específica sobre a temática, configurando-se como um limite para nosso estudo. Ao final da coleta de dados, acreditamos ter conseguido dar apenas o pontapé inicial acerca do estudo sobre o segredo, julgando ser necessário o aprofundamento da questão por meio de outros instrumentais de pesquisa, sejam eles, entrevistas com as vítimas, com familiares, denunciante e profissionais a fim de dimensionar as dúvidas remanescentes da pesquisa documental.

Entrevistas com as vítimas seriam de suma importância para entendermos como o segredo se manteve por tantos anos no seio familiar, bem como saber quais eram os sentimentos das mesmas perante o agressor e a genitora, uma vez que o abuso se concretizava dia após dia. Acreditamos que a continuidade do estudo poderia iniciar com este instrumental de pesquisa, haja vista que como ex-estagiária do SOS Criança, temos conhecimento de que a família continua em acompanhamento em um dos Programas da rede de proteção à infância e juventude do município de Florianópolis, o que facilitaria os esclarecimentos destas e de outras dúvidas.

Outro interesse ainda surgiu, no decorrer do desenvolvimento deste estudo: pesquisar a rede social, mais especificamente a rede familiar dos dois casos analisados, uma vez que em nenhum momento ficou claro se os parentes sabiam ou não que as adolescentes estavam sendo vitimizadas sexualmente.

No que concerne ao trabalho dos profissionais da rede de proteção que intervém junto a esta forma de violência – principalmente ao Assistente Social – é essencial dar um caráter preventivo e investigativo à sua ação. Estes precisam conhecer o fenômeno do abuso sexual de maneira aprofundada, protagonizando cada vez mais informações referentes ao segredo que mantêm todo o processo abusivo, a fim de romper com o abuso sexual e evitar a revitimização de crianças e de adolescentes.

No que concerne, mais especificamente ao segredo que silencia uma relação incestuosa entre um adulto e uma criança e ou um adolescente, consideramos de suma importância que os Assistentes Sociais e Psicólogos, bem como outros profissionais das mais diversas áreas (educadores, enfermeiros, médicos, escrivãos, juizes, pedagogos, dentre outros) investissem cada vez mais nas informações referentes à temática. Seria importante que disponibilizassem mais tempo para verificar quais foram as pessoas de confiança a quem a criança pediu ajuda, buscassem saber se houver outras fontes de abertura do segredo, como por exemplo: cartas, bilhetes, anotações em agenda e confissões ao diário, desenhos escolares, dentre outros, que poderiam também ter revelado que a criança/adolescente estava sendo abusada sexualmente, mas que por algum motivo, ou falta de conhecimento e também descrédito, não geraram denúncia à rede de proteção.

Acreditamos que conhecendo mais a fundo a questão do segredo, os profissionais poderão entender o quão forte é o mecanismo utilizado pelo agressor para envolver a vítima e geralmente outros membros da família em dinâmicas fortemente estruturadas no silêncio, no tabu, em que o proibido jamais deve ser dito, pensado e/ou sequer revelado a qualquer outra pessoa dentro ou fora da esfera doméstica. Assim, o sentimento das vítimas com relação ao abusador, ao progenitor não abusivo, a pessoa de confiança, a família mais ampla, os fatores que impulsionaram ou ocultaram a revelação do incesto poderão ser conhecidas com mais detalhes e poderão proporcionar um entendimento mais amplo sobre o abuso sexual.

No que concerne ao trabalho dos profissionais da rede de proteção que intervêm junto a esta forma de violência – principalmente ao Assistente Social e Psicólogo– consideramos essencial o trabalho que é por eles desenvolvido, isto é, o caráter preventivo e investigativo que dão à sua ação. Precisamos todos, lutar por espaços mais democráticos, reconhecendo o espaço da criança na família e na sociedade, espaço este, pautado em formas adequadas para a educação, respeito, compreensão, no diálogo e, sobretudo no direito.

Consideramos, pois, que a atuação profissional preventiva por meio da realização de campanhas de divulgação e ações de informação sobre a existência e a extensão da violência sexual contra crianças e adolescentes, é fundamental não só para estimular e orientar a prática da denúncia, como também para sensibilizar e mobilizar a opinião pública, indicando sinais de mudança no padrão cultural e de avanços na compreensão dos direitos das crianças e adolescentes.

Por outro lado, percebemos que os investimentos na comunicação da criança através de programas de prevenção à violência, podem fazer muita diferença para uma vítima de violência doméstica. A criança que sabe que pode pedir ajuda e onde pedir ajuda, que recebe informações claras sobre sexualidade e que pode dizer “não” se não deseja tocar e ser tocada, tem maiores oportunidades para identificar e revelar um abuso sexual, tão logo este ocorra, consigo ou com outra pessoa.

Outro fator que consideramos de suma importância diz respeito ao compromisso profissional que o Assistente Social tem em transmitir, durante o atendimento a desresponsabilização dos fatos para a vítima, isto é, assegurar a vítima que em nenhum momento esta foi responsável pelo abuso, embora sua submissão tanto por medo quanto por culpa possa ser confundida com consentimento. Por isso é preciso romper o silêncio e se falar cada vez mais sobre o tema levando as pessoas das comunidades, dos bairros a compreenderem o problema e apoiarem uma família que vivencia essa situação.

Diante do exposto, consideramos que na medida em que os profissionais conhecerem de forma mais profunda os segredos familiares e suas conseqüências em todo o processo sexual abusivo de crianças e adolescentes, poderão entender melhor toda a dinâmica incestuosa e, conseqüentemente, intervirão de maneira mais direta e eficaz em cada caso que lhe for apresentado.

Resta lembrar que uma situação de abuso sexual não pode ser apagada e esquecida, o tratamento consiste em trabalhar as conseqüências e minimizar o dano psicológico causado pela experiência. Portanto, profissionais da área de saúde e educadores precisam preocupar-se com a formulação de políticas públicas de prevenção e lutar para que sejam efetivadas, e ao mesmo tempo, fortalecer crianças e adolescentes para saberem dizer não – e denunciar qualquer situação de abuso sexual ocorrida consigo mesmas ou com algum conhecido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e abuso sexual na família**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Núcleo de Estudos Violência e Relações de Gênero, 2002.

AZEVEDO, Maria Amélia. A pedagogia despótica e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: onde psicologia e política se encontram. In: AZEVEDO, Maria Amélia; MENIN, Maria Suzana de Stefano (Orgs.). **Psicologia e política**: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro. São Paulo: Cortez/FAPESP, 1995. p.115-144.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Pele de asno não é só história...** Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

_____. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O olhar instrumentalizado transdisciplinar. **Infância e Violência Doméstica**. Módulo 3 A/B. Telecurso de Especialização. São Paulo: LACRI/USP, 2000.

_____. Pondo os pingos nos is: guia prático para compreender o fenômeno. **Infância e Violência Doméstica**. Módulo 1 A/B. Telecurso de Especialização. São Paulo: LACRI/USP, 2000.

BORBA, Fernanda Ely. **Mães**: sujeitos privilegiados para a prevenção do abuso sexual incestuoso. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Guia Escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. Brasília: Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. **Série Cadernos de Atenção Básica**, n.8, Brasília, 2001.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.49-79.

CALAPTINO, Jorge; MINUCHIN, Patrícia e Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CAMINHA, Renato Maiato. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In: **Violência Doméstica**. [199?], p. 43.

CENTRO REGIONAL AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA (CRAMI) (Org.). **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez/Brasília: UNICEF, 2002. (Série Fazer Valer os Direitos, v.1).

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COSTA, Janaina Moura Machado da. **Reflexões quanto à integralidade dos aspectos legais e terapêuticos na intervenção terapêutica primária do abuso sexual infantil**. Florianópolis: Movimento Sistêmico, 2000.

COHEN, Cláudio; GOBBETTI Gisele Joana. **O incesto: o abuso sexual intrafamiliar**. Disponível em: <www.cohen.org.br>. Acesso em: 03 abr 2005.

COHEN, Cláudio. O incesto. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs). **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CUNHA, Maria Leolina Couto. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes na modalidade violência sexual**. Módulo 4, Curso de capacitação. Curitiba: CECOSVI, 2004.

DAY, Vivian Peres. **A violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Porto Alegre: Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 2003.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Relatório Final da Oficina - CECRIA, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário**. In: OFICINA DE INDICADORES DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CECRIA, Brasília, 01 a 02 dez., 1997.

_____. A questão da violência: violência contra a infância. **Revista Sociedade e Estado**, v.X, n.02., jul./dez., p.12; 475-490, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula e SILVEIRA, Eva Teresinha (Coords.). **Circuitos e curto-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Veras, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIGUEIREDO, Mauro Teixeira. **O avesso da violência: o movimento nacional de meninos e meninas de rua e a luta pela cidadania para crianças e adolescentes no Brasil**. 1996. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FLORES, Renato Zamora. Definir e medir o que são abusos sexuais. In: FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Relatório Final da Oficina, CECRIA, 1998, p.23-32.

FORWARD, Susan; BUCK, Craig. **A traição da inocência: o incesto e sua devastação**. Tradução de Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FURNISS, Tillmann. **Abuso sexual da criança**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, Marceline (Org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução de Sônia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Notas para uma primeira compreensão da família incestogênica. In: GUERRA, V.A. **O olhar instrumentalizado transdisciplinar**. São Paulo: LACRI/PSA/USP, 1996. (Apostila do Telecurso de Especialização).

HINTZ, Helena Centeno. Apresentação à edição brasileira. In: IMBER-BLACK, Evan et al. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p.x-xi.

IMBER-BLACK, Evan et al. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KOLLER, Silvia Helena. Violência doméstica: uma visão ecológica. In: **Violência doméstica**. [199?], p.31.

LAMOUR, Martine. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997. p.43-61.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. **Vocabulário de psicanálise**. 10.ed. Tradução de Pedro Tamen. s/l.: Livraria Martins Fontes Editora Ltda: 1988.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Violência intrafamiliar: um estudo preliminar. In: FALEIROS, Vicente de Paula; SILVEIRA, Eva Terezinha. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, 1997.

LOLL, Sílvia. **Violência contra la mujer**. In: JORNADA MUJER Y PROSTITUCIÓN EN NUESTRO MEDIO E PROSTITUCIÓN: MICROCOSMOS DE LA SITUACIÓN DE LA MUJER, Lima, 1993.

MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.55, p.114-130, 1997.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Questões Candentes. In: OLIVEIRA, Antônio Carlos de (Org.). **Abuso sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2003.

PASSOS, Luciane dos. **Violação de Direitos: um estudo sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica que aguardam atendimento no Projeto Acorde**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RECH, Lilian Keli. **Abrindo a caixa de pandora: o desvelamento do abuso sexual contra a criança e o adolescente**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ROBERTS, Janine. *Trainnees* e treinamento: segredos e revelações. In: IMBER-BLACK, Evan (Cols.). **Os segredos na família e na terapia familiar**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROUYER, Michèle. As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In: GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F.R. (Org.), **Quem mandou nascer mulher?** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Circuito cerrado: abuso sexual incestuoso. **Vigiladas y Castigadas**. Lima, Peru: Cladem, 1993.

_____. **Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade**. São Paulo, s/d. (mimeo.)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, p.29-55; 195-216, 1995.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: Violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA, Marli Palma. **A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia**. 2000. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade de Campinas, São Paulo.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Entre violentados e violentadores**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

APÊNDICES

Apêndice A - Prontuário 1: “Vitória”.

- Vítima sexual: Vitória
- Data de entrada da denúncia: primeira quinzena de março de 2003
- Data do atendimento: segunda quinzena de abril de 2003
- Data do encerramento: primeira quinzena de agosto de 2003
- Número de reincidências: não houve reincidências
- Tipo de violência: atos obscenos, atos libidinosos, assédio sexual, violência psicológica; violência física
- Denunciante: Secretária da escola de Vitória
- Outras pessoas de confiança para quem a vítima revelou o segredo: Secretária da escola; Assistente Social do SOS Criança
- Outras vítimas na família: Vitória possui uma irmã chamada Jéssica a qual com 08 anos de idade começou a ser vitimizada sexualmente pelo pai através de atos libidinosos. Jéssica relatou para Assistente Social do SOS que certa vez seu pai tirou sua blusa e contorceu seus mamilos até ela chorar de dor. Em uma das tentativas de abuso, combinou com a mãe para que ela chegasse mais cedo do trabalho, justamente para ver com seus próprios olhos do que seu companheiro era capaz. A mesma concordou e quando chegou em casa viu seu companheiro com a filha na cama, porém ele contou qualquer história e ela acreditou.
- Como a mãe interagia no conhecimento do abuso? Quando o caso foi denunciado ao SOS Criança a genitora já era falecida, porém consta no Prontuário de Denúncia que a mesma foi estuprada pelo marido e acabou engravidando de Jéssica. O mesmo fugiu para outro estado e quando retornou após cinco anos foi morar com a companheira. Jéssica contou várias vezes para a genitora sobre as tentativas de abuso sexual, porém a mesma dizia que não era verdade. Antes de a mãe morrer, chamou a filha mais velha e falou para ela

cuidar de Vitória, pois sabia que seu companheiro iria acostumar a filha “*só no dedo*”.

- Onde ocorria a violência sexual? Como acontecia?
 - dentro de casa;
 - quando perpetrava violência física em Vitória, aproveitava para passar a mão em seus peitos e em suas nádegas;
 - masturbava-se na frente da filha enquanto estavam assistindo televisão;
 - quando ia tomar banho pedia propositalmente para a filha levar a toalha e entregar em suas mão, para que ela o enxergasse nu;
 - toda vez que ia falar com Vitória mexia no pênis;
 - andava somente de cueca dentro de casa;
 - quando se masturbava no quarto fazia questão de gemer alto para que Vitória ouvisse;
 - quando a filha estava lavando louça, esbarrava propositalmente para encostar em seu corpo; e
 - pedia para Vitória usar roupas mais justas, que marcassem seu corpo.
- O que mantinha o segredo do abuso por parte da vítima?
 - medo;
 - constrangimento;
 - mágoa da mãe; e
 - era chantageada pelo genitor com dinheiro, o qual queria que a filha retribuísse em forma de sexo.
- Estratégias utilizadas pelo agressor para encobrir/justificar o abuso sexual:
 - agressão física (enquanto batia aproveitava para passar a mão na filha)
 - agredia verbalmente (cadela, égua, merda)
 - disse para Assistente Social que errou com Jéssica, mas não com Vitória.
 - que já está pagando por seus erros, pois está muito doente.
 - que faz 5 anos que não mantém relação sexual com nenhuma mulher, devido a problemas de impotência.
 - quer pagar pensão alimentícia para Vitória, e não quer mais manter nenhum contato com a filha.
- Ordem do abuso:
 - estuprou a mãe;

- estuprou Jéssica
- assédio sexual, atos libidinosos, atos obscenos com Vitória
- Duração do abuso: Jéssica: desde os 8 anos de idade até aos 15 anos, quando saiu de casa. Vitória: desde a morte da mãe. Primeira vez aconteceu com 11 anos.

Vitória:

- tem medo de ser estuprada pelo pai
- não quer mais chorar, pois seu pai já lhe fez chorar muito
- sente-se constrangida quando está perto do pai, sente que o mesmo fica lhe observando
- *“meu pai não deixou eu chorar no enterro da minha mãe.”*
- *“meu pai me dava mesada e dizia que agora eu estava devendo para ele, mas eu sabia que ele não estava se referindo ao dinheiro, e sim para eu pagar de outra forma.”*
- *“sempre apanhei muito de meu pai; ele me agredia severamente e aproveitava para passar a mão nos meus seios e na minha bunda. Me obrigava a limpar a casa quando eu estava doente.”*
- *“quando eu estava lavando louça, ele ficava sempre me olhando por trás, e às vezes esbarrava em mim, só para encostar no meu corpo.”*
- *“eu tinha medo de usar roupas justas, pois sabia que ia chamar a atenção do meu pai, mas era ele quem pedia: filha veste aquela calça que deixa a tua bunda bonita ou aquela blusa que mostra bem os teus seios.”*
- ele me dizia *“tu era uma porra que tava no saco do pai mexendo, até que um dia pediu pra sair e tu chegou no mundo.”*
- *“quando algum amigo do meu pai me dava algum elogio, ele ficava com ciúmes e brigava com ele.”*
- *“não consigo mais chegar perto do meu pai, tenho nojo dele.”*

Jéssica:

- Sente mágoa da mãe por não ter acreditado nela
- Mágoa do pai por ter causado tanto sofrimento
- Sentiu preocupação em deixar a irmã mais nova morar com os pais
- Sentia medo do pai

- Sua relação com a irmã sempre foi muito boa, porém ficou um tempo sem manter contato devido à proibição do pai, contudo quando o SOS Criança a procurou, não teve dúvidas em levar a irmã morar em sua casa
- O pai, quando ia abusar da filha, fingia-se de doente, *“pedia que lhe trouxesse um copo de água e estava nu embaixo das cobertas. Quando eu me se aproximava para entregar a água, ele me segurava, me colocava na cama, e me estuprava.”*
- *“Tive problemas de desenvolvimento nos seios, de tanto que meu pai apertava.”*
- *“Por causa de tudo isso casei aos 15 anos para me livre deles, tanto do meu pai pelo abuso, e da minha mãe por nunca ter me defendido.”*

Apêndice B - Prontuário 2:

“Rafaela, Daiane, Patrícia, Carla, Ana Paula”.

- Vítimas sexuais: RAFAELA – 17 anos
DAIANE – 15 anos
PATRÍCIA – 21 anos
CARLA – 20 anos
ANA PAULA – 4 anos
- Data de entrada da denúncia: primeira quinzena de agosto de 2001
- Data do atendimento: mesma data da denúncia
- Data do encerramento: segunda quinzena de agosto de 2001
- Número de reincidências: não houve reincidências
- Tipo de violência: estupro e atos libidinosos
- Denunciante: As vítimas compareceram na sede do SOS Criança e revelaram a situação de abuso
- Outras pessoas de confiança para quem as vítimas revelaram o segredo: genitora, avô materno, pai biológico, CEVIC, Assistente Social e Psicóloga do SOS Criança
- Como a mãe interagia no conhecimento do abuso?
 - negou conhecimento dos abusos sexuais sofridos pelas filhas
 - submissa ao marido
 - não acreditava no relato das filhas, mesmo sabendo que as mesmas estavam grávidas de seu companheiro
 - colocava as meninas para fora de casa quando apareciam grávidas
 - ao mesmo tempo em que não acreditava nas filhas, não queria que ninguém soubesse do abuso e da gravidez
 - tentava realizar aborto nas filhas através de remédios, sondas, agressões físicas
 - mandou Carla deixar a criança na maternidade
 - culpava as filhas pela ocorrência do abuso
 - não queria que nenhuma pessoa fora da família soubesse do ocorrido

- perpetrava violência psicológica dizendo que elas não eram mais suas filhas, e que colocaria todas para morar na rua
- acusava as meninas de estarem grávidas de João
- verbalizava que esperaria decisão judicial “*pois não acredita em uma só palavra advinda das filhas.*”
- perpetrava violência física e verbal para saber quem era o pai das crianças
- Onde ocorria a violência sexual? Como?
 - dentro da própria residência, mais precisamente dentro do quarto quando a mãe saía para trabalhar
- O que mantinha o segredo do abuso por parte das vítimas?
 - medo
 - vergonha
 - pena da mãe
 - sofriam chantagens por parte do agressor
 - pacto de segredo
 - abuso sexual era única forma de carinho que recebiam
- Estratégias utilizadas pelo agressor para encobrir/justificar o abuso sexual:
 - autoritarismo
 - colocava a mãe contra as filhas
 - elogiava as meninas, potencializava suas qualidades : “*Hum que cafezinho bom que a Patrícia faz, acho que vou acabar casando com ela.*”
 - tentou realizar abortos nas enteadas (remédios)
 - controlava a data da menstruação das meninas
 - disse para a Assistente Social que sentia atração pelas enteadas, porém nenhuma queria namorar com ele, apenas Patrícia que passou ao longo do tempo gostar dele e engravidou duas vezes
 - tinha atração por adolescentes e disse que precisava de um tratamento
- Ordem do abuso sexual:
 1. Patrícia: engravidou 2 vezes. Um aborto e um filho registrado por João
 2. Carla: engravidou 2 vezes. Foi obrigada pela mãe a deixar a criança na maternidade para doação e teve a segunda.
 3. Rafaela: estupro
 4. Daiane: atos libidinosos

5. Ana Paula: atos libidinosos

- Duração do abuso sexual:
 - Patrícia: aproximadamente 7 anos
 - Carla: aproximadamente 6 anos
 - Rafaela: foi estuprada uma vez
 - Daiane: uma vez João praticou atos libidinosos

Conversa com Rafaela (Fonte original: Prontuário de Denúncia)

Rafaela relatou que ela e as irmãs provinham de uma família numerosa (ao todo eram oito irmãos), carente em recursos financeiros e que a mãe era muito instável em seus relacionamentos amorosos e que, portanto a maioria dos filhos nascia de pais diferentes. Segundo a adolescente há cerca de dez anos atrás a mãe, Nair, amigou-se com João. Desta união já nasceram quatro (4) crianças.

Desde que Nair se uniu a João, o relacionamento entre mãe e filhas ficou muito difícil, pois o padrasto se mostrou autoritário e arrogante e sempre que podia colocava a mãe contra as filhas. Na casa onde a família residia tudo era ditado segundo as normas de João, sendo que Nair sempre aceitava tudo passivamente. Rafaela percebia que o padrasto tinha atitudes estranhas para com suas irmãs e que tinha um olhar de malícia para com todas. Certa ocasião a irmã Patrícia apareceu grávida e foi botada para fora de casa pela mãe. Nair informou que Patrícia havia engravidado de João, mas que a culpa era da filha. Nair ordenou que não queria que ninguém soubesse da situação e que as situações da família se resolveriam por ali, sem interferência externa. Meses depois a história se repetia com a irmã Carla que também engravidou, teve uma criança prematura que deixou na maternidade para adoção.

Rafaela disse que sempre desconfiou que o padrasto abusava de suas irmãs mas ficou calada por medo, vergonha e pena da mãe. Após Patrícia e Carla saírem de casa, Rafaela notou que João passou a concentrar a atenção nela. Rafaela contou que há uns meses atrás (não soube precisar data) o padrasto entrou em seu quarto, trancou a porta e estuprou-a. Rafaela disse que houve penetração, sangramento e muita dor. Depois do fato, Rafaela contou para a irmã Daiane, que havia sido estuprada pelo padrasto, e a mesma revelou que ele também havia tentado com ela. Rafaela se calou, sendo que decidiu contar ao pai biológico há mais ou menos um mês e então o pai retirou-a da casa da mãe e procurou a Delegacia de Polícia, onde foi registrado Boletim de Ocorrência.

Conversa com Daiane (Fonte original: Prontuário de Denúncia)

Daiane disse que sabia que alguma coisa errada havia com as irmãs mais velhas porque ambas apareciam grávidas sem terem namorados. Ela e Rafaela desconfiaram do padrasto, mas quando falavam com a mãe encontravam muita resistência e colocações do tipo “*o que acontece aqui em casa deve ficar entre nós*”. Meses atrás Rafaela contou-lhe que havia sofrido abuso sexual por parte de João e então ambas compreenderam que a mesma situação deveria ter acontecido com as outras irmãs. Daiane disse que certa ocasião o padrasto passou a mão em sua vagina e que ela lhe desferiu um tapa. Após este dia o padrasto não tentou mais nada com ela. Daiane demonstrou sentir muita mágoa da mãe que, segundo ela, não foi protetiva para com os filhos. Disse ainda, que a irmã de quatro (4) anos verbalizou que João (no caso seu pai) costumava ficar pelado e pedia para que a criança mexesse em seu pênis.

Conversa com Patrícia (Fonte Original: Prontuário de Denúncia)

Patrícia relatou que ela e seus irmãos moraram desde pequenos na casa de seus avós maternos, juntamente com a genitora. Depois que a mãe se casou com João e foi morar em outra casa, ela e as irmãs continuaram a residir com os avós. A adolescente relatou que gostava muito de sua avó, e que possuía bom vínculo para com os dois, mas que com o passar dos anos veio a falecer. Após este episódio, contou que seu avô também ficou muito doente, período também, em que sua mãe teve mais quatro (4) filhos do novo companheiro (João).

Patrícia verbalizou que quando estava com aproximadamente doze (12) anos de idade, a mãe começou a visitar os filhos na casa do avô em companhia de seu companheiro, e que segundo informações da menina, iniciaram as investidas sexuais por parte do padrasto. Que certo dia ela estava na cozinha fazendo café, quando de repente viu ao seu lado João que, ao seu ouvido, sussurrou: “*Hum, que cafezinho bom que a Patrícia faz, acho que vou acabar casando com ela.*”

Conforme Patrícia, aos poucos João foi lhe conquistando. Em um certo dia, o padrasto aproximou-se dela dizendo que era muito bonita, que a considerava inteligente, que sentia um carinho especial, além de lhe pedir em namoro. Patrícia relatou que não respondia nada ao padrasto, pois ao mesmo tempo em que gostava dos elogios recebidos, ficava sem jeito e não sabia como agir. De acordo com a adolescente: “*Meu padrasto era carinhoso comigo, eu me sentia bem com a atenção dele, diferente da minha mãe.*”

Segundo a mesma, o padrasto continuou freqüentando a casa do avô nos finais de semana, e percebia que as conversas para com ela haviam mudado de tom, pois ele dizia que não conseguia mais ficar longe da enteada. Várias vezes o mesmo tentou lambe seu pescoço e lhe beijar, atitudes que a deixavam muito envergonhada.

Após um certo tempo, seu avô ficou muito doente e não tinha mais condições de cuidar das netas, foi quando a genitora pediu sua permissão para levar as filhas para residir com ela. Patrícia relata que não gostou da idéia, pois sabia que a intenção da mãe era de transforma-las em empregadas, uma vez que ela trabalhava fora e as mesmas teriam que cuidar das tarefas domésticas e cuidar dos irmãos menores de idade.

Logo nas primeiras semanas, João procurou a enteada, dizendo que estava feliz por estarem mais próximos, e que por ela ser especial gostaria de tirar sua virgindade, o que realmente conseguiu pouco tempo depois, sendo que a adolescente acabou engravidando. Patrícia, na época, com quatorze (14) anos de idade, afirmou que quem primeiro percebeu os sinais de gravidez foi João, o qual tinha controle de sua menstruação e assim que atrasou, rapidamente preparou um chá de ervas e obrigou-a a tomar para efetivar o aborto. Quando indagada acerca de como tinha certeza de que realmente tratava-se de um aborto, ela afirmou que assim que tomou o chá desceu “uma coisa a mais” que não era só menstruação, além de ter vomitado muito.

João dizia para a enteada não contar nada para a mãe, caso contrário, ele iria para a prisão e ela ganharia uma surra da genitora.

Quando a adolescente estava com aproximadamente dezoito (18) anos, engravidou pela segunda vez do padrasto. Ele implorou a ela que não contasse que o filho era seu, caso alguém lhe perguntasse de quem era a criança, deveria afirmar ser de outro homem que havia transado em uma festa. Segundo Patrícia, João ainda tentou o aborto através de remédios, ela afirma: “*ele ficava só embutindo remédio para eu abortar.*”

A essa altura Nair já estava bastante desconfiada de que sua filha estava grávida de seu companheiro, isto porque Patrícia dava os primeiros indícios de gravidez, tais como enjôos e vômitos. Segundo Patrícia, Nair afirmava: “*Tas grávida do João? Se eu descobrir que tu ta grávida do João eu te boto pra fora.*” Nair também tentou provocar o aborto por meio de remédios, preparos caseiros (chá), disse Patrícia.

Patrícia foi proibida pela mãe de freqüentar a casa do avô, além de ser ameaçada para não falar aos vizinhos, pois do contrário, seria humilhada e o nome da família manchado.

Mediante ameaças da mãe, Patrícia resolveu sair de casa ainda grávida, fugindo para a casa do avô e, de lá para a casa da tia materna, Antônia. Patrícia afirmou que já na casa

da tia recebeu a visita da mãe que a pressionou para saber quem realmente era o pai de seu filho, foi quando Patrícia afirmou: “*Esse filho é do teu marido!*”, Nair furiosa respondeu aos gritos, disse Patrícia: “*sua vagabunda, tu não é mais minha filha.*”

Patrícia teve a criança e aos seis (6) meses esta foi registrada por João

Questionada se tinha conhecimento do que acontecera com Carla, ela afirmou que ficara sabendo do estupro e do aborto da irmã.

Conversa com Carla

Carla afirmou que não sabe ao certo quando João começou aliciá-la, afirma que de repente começou a ficar “gorda” e a sentir-se “esquisita”, sendo que a mãe também a achou diferente. A adolescente não sabia o que lhe ocorria porque acredita que João nesta época mantinha relações sexuais com ela depois de dopá-la. Afirma que nos dias que tinha que ficar com seus irmãos menores de idade só acordava mediante chutes e berros da mãe, e que um de seus irmãos viu um pó estranho no fundo de um copo de suco que tomou.

O corpo de Carla começou a modificar-se e, segundo ela, João afirmou que ela deveria estar assim por conta de uma foto que sua mãe levava para a “macumba”, como havia sumido uma foto de sua primeira comunhão ela acabou acreditando nesta explicação. Começou a tomar remédios que, segundo João, lhe fariam melhorar. Esses ora eram administrados por ele, ora por sua mãe. Como os remédios não estavam sendo suficientes, Nair achou melhor passar uma sonda dentro do útero da adolescente, até que um dia, após fortes cólicas, “*saiu um bebezinho, tinha perna, todo completinho, peguei um palito e abri assim as perninhas dele pra ver, era um menino, não entendi como aquele bebe tinha vindo parar dentro da minha barriga, pensei que era doença*”, afirmou Carla.

Por volta dos dezessete (17) anos, novamente Carla começou a engordar e dessa vez foi acusada pela mãe de estar grávida de João. Nair levou a filha até o banheiro e através de agressões físicas tentava arrancar-lhe uma confissão. Quando João percebeu o choro da adolescente pediu a companheira que parasse com aquilo, e esta exigiu que os dois saíssem de sua casa, porém, logo depois se arrependeu e pediu que retornassem.

Novamente iniciou-se o processo de tentativa de aborto, remédios, sondas, preparos caseiros, chás. A adolescente fugiu para a casa do avô, mas retornou. João afirmava a Carla que conhecia uma maJoãora de tirar o bebê de dentro dela. Afirmou que se penetrasse na vagina esta iria alargar-se e o bebê iria ter espaço para descer, alegou ainda que quando penetrava Carla pela frente a “bolinha” ia para trás então ele teria que penetra-la também por

trás para jogar a “bolinha” de volta para frente. Desta maJoãora, João mantinha relações sexuais genitais e anais com a enteada durante a gravidez.

Apesar das tentativas, o aborto não se efetivava. A cada dia a barriga de Carla crescia mais e mais, e Nair ficava enfurecida. Carla afirmou que a mãe enfurecida, abria suas pernas e passava a sonda várias vezes na tentativa de provocar o aborto. Então, depois de uma sessão de tentativas da mãe com a sonda, enquanto dormia, Carla sentiu uma “água” escorrendo por entre suas pernas e foi imediatamente conduzida a maternidade onde deu a luz a bebê prematuro (7 meses). O parto foi normal, e Carla foi orientada pela mãe a deixar a criança na maternidade pois esta “não queria passar vergonha”. A mãe também conduziu a adolescente ao Juizado para oficializar a doação.

Conversa com Nair (Fonte original: Prontuário de Denúncia)

Informada do teor da denúncia a mãe negou que tinha conhecimento dos abusos sexuais sofridos por suas filhas durante os anos de convívio com o companheiro João.

Indagada sobre o que ela perguntava as filhas Carla e Patrícia quando as mesmas apareciam grávidas, já que não possuíam namorados, Nair respondeu que “*não perguntava nada*”, pois achava que namoravam na rua. Quando indagada ainda se as filhas tinham hábitos de rua, disse que não, e que todas viviam sob cuidados rigorosos.

Indagada sobre o que ela faria em relação ao companheiro, pois o mesmo estava morando com ela, respondeu que esperaria a decisão judicial, pois “*não acreditava nas palavras das filhas.*”

Conversa com João (Fonte Original: Prontuário de Denúncia)

Informado do teor da denúncia, João manteve o olhar voltado para o teto e em nenhum momento encarou os técnicos do SOS Criança. Verbalizou que tinha atração pelas enteadas e que namorou elas.

Indagado se as garotas concordavam em namorá-lo (praticar sexo com ele), revelou que nenhuma delas queria, apenas Patrícia passou a gostar dele com o decorrer do tempo e com isso até engravidou e teve uma filha do casal.

Indagado se a companheira Nair sabia de alguma coisa ele disse que uma vez ela perguntou se ele estava tendo alguma coisa com Patrícia, porém negou. Concluiu dizendo que sente atração por adolescentes e que precisava de um tratamento para isso.